

OCCUPAÇÃO MAVÁ. UMA ETNOGRAFIA DO EDIFÍCIO

RESISTÊNCIA!

ROBERTA ORTIZ
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MAVÁ

OCUPAÇÃO MAUÁ.

Uma etnografia do edifício

ROBERTA ORTIZ SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ROBERTA ORTIZ SILVA

OCUPAÇÃO MAUÁ ■

Uma etnografia do edifício

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo.

“Versão Corrigida”

Orientação | Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

São Carlos | julho 2023

AUTORIZO A REPRODUCAO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRONICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

0077o Ortiz, Roberta Silva
Ocupação Mauá: uma etnografia do edifício / Roberta
Silva Ortiz; orientador João Marcos de Almeida
Lopes. -- São Carlos, 2023.
213 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2023.

1. Direito à moradia. 2. Movimentos Sociais. 3.
Morar no centro. 4. Ocupações. 5. Trajetórias urbanas.
I. Lopes, João Marcos de Almeida, orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidata: **Roberta Ortiz Silva**

Título da dissertação: "Ocupação Mauá: uma etnografia do edifício".

Data da defesa: **12/05/2023**

Orientador: Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes

Comissão Julgadora:

Resultado:



Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
(IAU/USP)

Não votante



Profª Drª Cibele Saliba Rizek
(IAU/USP)

aprovada



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
(CNRS)

aprovada



Profª Drª Thaís Troncon Rosa
(UFBA)

aprovada

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

Para Dulce, João, Renata e Gabriel

Vocês são a minha inspiração diária para fazer
deste mundo um lugar melhor.

Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Eu nem sei dizer o tamanho do meu respeito pelo tema estudado, muito menos se eu tinha a audácia em fazer uma etnografia de um edifício. Mas tive. E Tenho. E vou ter, enquanto o fôlego me sobrar. Enquanto o acesso à moradia ainda for direito de toda pessoa humana. Deixo aqui meu afeto a **Tânia, Branca, Marilene, Helena, Giovana e Simone**¹ que residem na Ocupação Mauá. Mulheres que me inspiraram. Moradoras, por quem olhei. Lideranças, por quem zelei!

Agradeço ainda, a todas as famílias que moram na **Rua Almir Rodrigues Bento** e que presenciaram a enchente de 2010 (vocês foram o combustível para eu enxergar a luta pela moradia digna).

Não tenho palavras para descrever o marco que essa enchente teve na minha vida e na de minha família, mas o reflexo dela fez com que eu chegasse aqui. De perto ou de longe, algumas pessoas foram fundamentais nesse processo, foram tantos apoios, incentivos, ensinamentos e contribuições. Saí de Araçatuba, cidade que fica localizada no interior de São Paulo (quase na divisa com Mato Grosso do Sul) para estudar. No fim da minha graduação, deixei a universidade em busca do sonho em um dia ser docente, então ingressei no mestrado.

Agradeço a **Livia Zanelli de Moraes** que já me acompanha desde o curso de arquitetura e urbanismo, ora de perto e ora de longe, foi quem certamente me fez “olhar para a habitação”. Fica aqui todo o meu carinho e admiração: você inspira pessoas.

Devo a **Rosio Fernández Baca Salcedo** o “olhar para o social” que desde então se fez presente em mim. Através dela, passei a conhecer as ocupações no centro paulistano e tive a oportunidade em participar de uma assembleia sobre os movimentos sociais que lutam por uma moradia.

Ainda, as conversas com o **Ruy Sardinha Lopes** me permitiram voar alto e sonhar grande. Eu sempre serei grata por todo seu apoio e incentivo. Foi ele quem me acolheu no IAU.USP e serei eternamente grata. Através dele conheci o meu orientador **João Marcos de Almeida Lopes**, quem me abriu as portas. Arquiteto que olha para “os sem-teto” ... Ele me permitiu ser quem eu sou, na essência, e nas reuniões me dizia: *“eu quero ler mais sobre isso (referindo-se à descrição de cenas)”*, *“quando você escreve desse jeito (apontando para o rascunho impresso), é como se o leitor estivesse sentindo o cheiro que você também sentiu na*

¹ Vale ressaltar que essas seis mulheres mencionadas possuem nomes fictícios para que possam ser resguardadas.

cena”. Obrigada pelo apoio, incentivo e aprendizado! Assim, através do João conheci o **Gabriel de Santis Feltran**, minha gratidão por me encorajar com a metodologia. Obrigada por me ajudar com a etnografia urbana.

Conheço muitas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para minha evolução no universo da escrita. Agradeço, portanto, a todos que fizeram e fazem parte da minha vida, em especial a Professora **Adalberto Cavalcante** com quem fiz aulas de redação desde o colégio e quem corrigiu esta dissertação, com muito carinho.

A minha irmã, **Renata Ortiz Silva**, por compartilhar a vida comigo durante tantos anos, por me amparar nas dificuldades, por respeitar nossas diferenças, por valorizar nossos encontros e viagens. Além disso, agradeço por me ensinar e aconselhar. Obrigada também por trazer alegria para nossa família com suas histórias e humor. Obrigada pelo acolhimento e parceria, desde sempre, principalmente na pandemia. Tenho muito orgulho de você e da mulher que se tornou.

A minha mãe, **Dulcimar Ramada Ortiz da Silva** pela sensibilidade e pela capacidade de amar. Pela dedicação, pelo incentivo, pelo acolhimento e por não me deixar esquecer os meus valores e objetivos. Obrigada, mãe, por acreditar em mim e sempre repetir quando preciso escutar: *“paciência e persistência”*.

Ao meu pai **João Roberto da Silva** que contornou situações no trabalho e não mediu esforços para me ajudar até aqui. Homem honesto e de poucas palavras, mas que demonstra seu amor através de atos de serviço e tempo de qualidade. Obrigada por sempre cuidar de nós três!

Ao meu cúmplice nos momentos certos e incertos, **Gabriel Rodrigues Dias**. Obrigada pela paciência durante esse tempo. A cada dia eu descubro algo lindo em você, porque você tem um coração gigante! Ainda bem que eu estou do seu lado e você ao meu. Obrigada, ainda, por me lembrar que *“as coisas foram feitas para dar certo”* e por me dizer *“se recorde de onde você veio e aonde você chegou”*.

Aos meus padrinhos, **Lusmarina Fernandes Nunes da Silva e Nelson Francisco da Silva**, por acompanharem meu crescimento pessoal e profissional, ainda por me abrirem as portas do apartamento e me receberem tantas vezes em São Paulo quando eu estava em trabalho de campo.

Ao **Jéfferson Moraes**, por me escutar infinitas vezes. Sua terapia me ajudou a superar as dificuldades e suas sábias palavras me permitiram aprender com os acertos, erros, a fechar ciclos e evoluir.

Aos amigos **Paulo Pinheiro, Pietro Speziali e Amir Ilkiu Sarout** com quem pude compartilhar tantos aprendizados nesse período em que estive na USP. Agradeço por nossas longas conversas!

Agradeço ainda a **Equipe de Natação** da USP São Carlos que me proporcionou continuar em um dos esportes que amo e onde tive a oportunidade em fazer amizades, viagens e competir. Obrigada **Larissa Hayakawa** por participar desta etapa comigo!

Aos colegas do **Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS)**, ao **Programa de Aprendizagem e Ensino (PAE)**, ao apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** e a **todos os funcionários** do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo que estiveram nos bastidores e colaboraram para tudo isso acontecer, em especial as bibliotecárias **Brianda, Cleverci e Vilma**.

Por fim, agradeço a **Deus** por me permitir desfrutar de saúde e pela bênção de estar rodeado de pessoas do bem.

“Antes a casa tinha dois gatos: um para o armazém, outro para o sótão. Quando os dois se encontravam, havia sempre luta. Infalivelmente o do armazém é que começava, mas o do sótão é que vencía”.

(O Diário de Anne Frank, 2021, p.74)

“Quem não luta, tá morto!”

*(Movimento de Moradia na Luta por Justiça,
MMLJ)*

RESUMO

ORTIZ, Roberta. *Ocupação Mauá: uma etnografia do edifício*. 2023. 209 f. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo/ USP.

O presente trabalho pretende contribuir com os estudos, na área da arquitetura, através da ocupação como alternativa de moradia. Sendo assim, a pesquisa aborda o nexo entre as dinâmicas familiares, os deslocamentos habitacionais investigados a partir das trajetórias urbanas de mulheres, que saíram de uma situação de rua para a Ocupação Mauá, localizada no centro de São Paulo e ainda analisa a gestão interna de três movimentos sociais dentro do edifício. Tomando como base a realização de uma pesquisa multi-metodológica que mistura o método histórico, documental e etnográfico, tais articulações exemplificam o trabalho de campo a partir das trajetórias de vidas improvisadas, que envolvem a “*arte de perambular*”, na mudança e permanência de uma ocupação a outra, pela incessante espera de uma Habitação de Interesse Social (HIS), que contemple a faixa econômica das famílias em estudo. Dessa forma, a dissertação delinea o antigo Hotel Santos Dumont, que ficou abandonado por mais de 20 anos e tornou-se habitação improvisada para as famílias na Ocupação Mauá que contornam a precariedade. Além disso, o documentário *Ocupa Mauá* contribuiu para a dissertação, serviu como ferramenta metodológica e auxiliou no *contornamento* da pesquisa devido ao vírus *Sars-CoV-2*, principalmente na prospecção de entrevistas. A pesquisa estabelece, assim, um diálogo sobre a arte do “*contornamento*”, afetação e sensibilidade, percursos em ocupações, nas dobras do “*legal e do ilegal*”, traçado pela história do antigo Hotel Santos Dumont, a fim de entendê-lo de fora (pela rua) para dentro (o edifício).

Palavras – chave: *direito à moradia. Movimentos sociais. Moradia no centro. Ocupações e trajetórias urbanas.*

ABSTRACT

ORTIZ, Roberta. *Ocupação Mauá: an ethnography of the building*. 2023. 209 f. Dissertação de Mestrado. São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo/ USP.

*The present work intends to contribute to the studies, in the area of architecture, through the occupation as a housing alternative. Thus, the research addresses the nexus between family dynamics, housing displacements investigated from the urban trajectories of women, who left a street situation for the Ocupação Mauá, located in the center of São Paulo and also analyzes the internal management of three social movements within the building. Taking as a basis the realization of a multi-methodological research that mixes the historical, documentary and ethnographic method, such articulations exemplifies the fieldwork from the trajectories of improvised lives, which involve the "art of wandering", in the change and permanence from one occupation to another, by the incessant waiting for a Social Interest Housing (HIS), which contemplates the economic range of the families under study. Thus, the dissertation outlines the former Hotel Santos Dumont, which was abandoned for more than 20 years and became improvised housing for such families in Ocupação Mauá for circumvent precariousness. In addition, the documentary *Ocupa Mauá* contributed to the dissertation, served as a methodological tool and helped to circumvent the research due to the Sars-CoV-2 virus, especially in the prospecting of interviews. The research thus establishes a dialogue on the art of "circumvention", affectation and sensitivity, paths in occupations, in the folds of the "legal and the illegal", traced by the history of the former Hotel Santos Dumont, in order to understand it from the outside (through the street) to the inside (the building).*

Keywords: *right to housing. Social movements. Downtown housing. Occupations and urban trajectories.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1: A construção de um fogão de chão.	28
Figura 1.2: Fachada da Ocupação Mauá.	31
Figura 1.3: Fachada da Ocupação Mauá.	32
Figura 2.1: Fachada do Hotel Santos Dumont (1953).	44
Figura 2.2: Vista do mirante Jardim da Luz (1900).	45
Figura 2.3: Estação da Luz.	46
Figura 2.4: Vista do pedestre para a Rua Mauá (Estação da Luz).	48
Figura 2.5: Setor 1 – Quadra 19 – Destaque no lote do Hotel Santos Dumont.	49
Figura 2.6: Vista do pedestre pela Rua General Couto de Magalhães.	50
Figura 2.7: Letreiro WN Serralheria com vista para fachada da Ocupação Mauá.	51
Figura 2.8: WN Serralheria que virou um Hortifruti.	52
Figura 2.9: Lojinha de roupa ao lado da Ocupação Mauá.	53
Figura 2.10: Mercadinho de Júlia.	54
Figura 2.11: Mercadinho reformado.	55
Figura 2.12: Fachada da Ocupação Mauá e comércio local.	56
Figura 2.13: Documento de comunique-se.	60
Figura 2.14: Memorial Descritivo.	62
Figura 2.15: Alvará rubricada.	63
Figura 2.16: Notas de Alvará sobre alinhamento dos terrenos.	64
Figura 2.17: Notas de Alvará sobre o alinhamento dos terrenos.	65
Figura 2.18: Aprovação do plano de construção.	66
Figura 2.19: Memorial descritivo da reforma do edifício.	68
Figura 2.20: Memorial descritivo da reforma do edifício.	69
Figura 2.21: Memorial descritivo da reforma do edifício.	70
Figura 2.22: Memorial descritivo da reforma do edifício.	71
Figura 2.23: Documento sobre as especificações da reforma.	72
Figura 2.24: Documento sobre a especificação da reforma.	73
Figura 2.25: Documento de prorrogação para a nova escada de emergência.	74
Figura 2.26: Documento de reajuste.	75
Figura 2.27: Documento de reajuste.	76
Figura 2.28: Linha do tempo sobre o edifício.	73

Figura 2.29: O edifício.....	74
Figura 2.30: Planta do primeiro andar.....	75
Figura 2.31: Planta do segundo andar.....	76
Figura 2.32: Corte AA.....	77
Figura 2.33: Corte BB – Fachada do Hotel Santos Dumont.....	78
Figura 2.34: Croqui do térreo e destaque na Vila da Ocupação Mauá.....	79
Figura 2.35: Construção das casinhas no quintal da ocupação.....	80
Figura 2.36: Vista das casinhas.....	81
Figura 2.37: Vista interna do cômodo.....	81
Figura 2.38: Vista interna do cômodo.....	82
Figura 2.39: Vista do quintal do edifício para as casinhas.....	83
Figura 2.40: Lavanderia da vila.....	84
Figura 2.41: Planta do primeiro andar.....	85
Figura 2.42: Planta do segundo andar.....	85
Figura 2.43: Planta do terceiro andar.....	86
Figura 2.44: Planta do quarto andar.....	86
Figura 2.45: Pavimento tipo.....	87
Figura 2.46: Planta do quinto andar.....	88
Figura 2.47: Planta do sexto andar.....	88
Figura 2.48: Certidão de transcrição do imóvel.....	90
Figura 2.49: Certidão de transcrição do imóvel.....	91
Figura 2.50: Certidão do imóvel.....	93
Figura 3.1: Jornal Informativo, folha 01.....	97
Figura 3.2: Jornal Informativo, folha 02.....	98
Figura 3.3: Jornal Informativo, folha 03.....	99
Figura 3.4: Jornal Informativo, folha 04.....	100
Figura 3.5: Relação das ocupações realizadas entre 2016 e 2017.....	101
Figura 3.6: Recados nos corredores (regras internas).....	112
Figura 3.7: Recados nos corredores (regras internas).....	113
Figura 3.8: Escala semanal da limpeza do banheiro compartilhado.....	114
Figura 3.9: Informativo de eventos e reuniões.....	115
Figura 3.10: Frases dentro da ocupação.....	122
Figura 3.11: Frases dentro da ocupação.....	123

Figura 3.12: Frases dentro da ocupação.	124
Figura 3.13: Frases dentro da ocupação.	125
Figura 3.14: Entrada do pátio com vista para o palco.	126
Figura 3.15: Entrada do pátio com vista para o palco e caixa d'água.	127
Figura 3.16: Vista do pátio com a caixa d'água e tubulações.	128
Figura 3.17: Vista do pátio interno.	129
Figura 3.18: Outro ângulo do pátio interno.	130
Figura 3.19: Vista do pátio com as bicicletas.	131
Figura 3.20: Frase na parede do pátio.	132
Figura 3.21: Portaria.	134
Figura 3.22: Junção de cômodos por paredes quebradas.	145
Figura 3.23: Poltrona que eu utilizava durante nossas conversas.	150
Figura 3.24: Bolsa com os panos de prato.	155
Figura 3.25: Corredor que evidencia a entrada da casa de Branca.	159
Figura 3.26: Cozinha no primeiro cômodo.	160
Figura 3.27: Divisória para o quarto das filhas no segundo cômodo.	161
Figura 3.28: Sala, quarto e lavanderia no terceiro cômodo.	162
Figura 3.29: Banheiro externo, em frente aos cômodos.	163
Figura 3.30: Banheiro externo, em frente aos cômodos.	164
Figura 3.31: Casa de Marilene.	168
Figura 3.32: Vista da casa de Marilene.	174
Figura 3.33: Vista da casa de Marilene.	174
Figura 3.34: Esgoto aberto.	175
Figura 3.35: Esgoto arrumado.	176
Figura 3.36: Vista do quarto de Marilene.	176
Figura 3.37: Vista do quarto de Marilene.	177
Figura 3.38: Outra vista do quarto de Marilene.	177
Figura 3.39: Vista atual do quarto de Marilene.	178
Figura 3.40: Antiga cozinha.	178
Figura 3.41: Antiga cozinha.	179
Figura 3.42: Nova cozinha.	179
Figura 3.43: Nova cozinha.	180

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
RESUMO	09
ABSTRACT	10
LISTA DE FIGURAS	11
SUMÁRIO	14
APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PAULISTANO	24
1.2 A MORADIA COMO IDENTIDADE	26
1.3 A MORADIA COMO DIREITO	29
1.4 JUSTIFICATIVA	35
1.5 OBJETIVOS	36
1.5.1 Objetivo Geral	36
1.5.2 Objetivos Específicos	37
1.6 METODOLOGIA	37
1.7 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO	39
2 REGISTRO VIVO DO EDIFÍCIO	43
2.1 HISTÓRICO DO HOTEL SANTOS DUMONT	43
2.1.1 Análise do Entorno e do terreno	48
2.2 PERSONIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO	56
2.2.1 Os herdeiros	57
2.3 DOCUMENTOS DO EDIFÍCIO: DESARQUIVAMENTO	58
2.3.1 Estudo Iconográfico: Documentos do Edifício	59
2.3.2 Estudo Iconográfico de Plantas	74
3 A OCUPAÇÃO MAUÁ: UMA APROXIMAÇÃO	96

3.1 O OLHAR	103
3.2 PRECARIIDADE <i>VERSUS</i> CONTORNAMENTO	105
3.2.1 Outra Perspectiva: as reformas dentro da Ocupação Mauá	109
3.2.2 Regras internas: um jeito de organizar e manter o edifício	111
3.3 O CAMPO	115
3.3.1 Diário íntimo: um recorte	116
3.3.2 Diário iconográfico: uma leitura particular	121
3.3.3 Trajetória de Tânia: a líder do movimento	137
3.3.4 Chegada na Ocupação Mauá	142
3.3.5 Branca: coordenadora de andar no ano de 2018	142
3.4 CASA DE BRANCA	144
3.4.1 Cena um: visita à casa de Branca	149
3.4.2 Cena dois: relatar o vivido	153
3.4.3 Cena três: Flexibilidade Habitacional e suas Adaptações	157
3.4.4 Cena quatro: Dimensões sobre conflitos	165
3.5 CASA DE MARILENE	167
3.5.1 Cena um: casas anteriores	170
3.5.2 Cena dois: movimento de moradia	172
3.5.3 Cena três: adaptando o espaço	173
3.5.4 Cena quatro: reaproximação	181
4 CONCLUSÃO	183
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
6 ANEXOS	195

APRESENTAÇÃO

Durante esses **três anos de mestrado**, dediquei-me a estudar a metodologia etnográfica e, nesse caminho, foi possível ter contato com a área das Ciências Sociais, onde aprendi aprofundar as experiências do trabalho de campo e a contar o que eu havia experienciado. Portanto, dentro desta abordagem, coube a mim registrar todas as observações durante as visitas técnicas na **Ocupação Mauá** e a certeza de que o trabalho de campo foi o “*ponta pé*” inicial que estruturou esta pesquisa.

Cursei disciplinas com o Prof. Dr. **Gabriel de Santis Feltran**, na área de Sociologia, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); com a Prof^a Dra **Cibele Saliba Rizek**, na área de Sociologia, no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP) e ainda com o Prof. Dr. Eduardo José Manzini, na área de Psicologia, na Universidade Estadual Paulista (UNESP de Marília). Através do contato com esses profissionais, aos quais sou muito grata, foi possível aprofundar, entender melhor a metodologia e me familiarizar com as extensões do trabalho de campo.

Portanto, com esta pesquisa, já somam cinco anos – desde a minha graduação até a dissertação de mestrado. Desse modo, conto a história do edifício e as trajetórias de três mulheres que foram frutos deste trabalho. Assim, descrever a trajetória de Tânia, a **Casa de Marilene** e a **Casa de Branca** foram resultados do trabalho de campo, muito significantes, expressos por meio de um contato informal e pelas conversas de *WhatsApp*.

TERÇA, 10 DE MAIO DE 2022

Querida Diana:

Encontrei *o diário de Anne Frank*. Chamou-me a atenção sua reedição. Eu o vi em cima da mesa da minha dentista. Cheguei com pressa e em cima da hora, já fui sentando, enquanto ela apertava o botão para que a cadeira pudesse descer mais. A luz quase me deixando cega, fez-me fechar os olhos e ir respondendo às perguntas. Ela me pediu para abrir mais a boca. Eu precisava responder o que estava sendo perguntado e ao mesmo tempo aqueles instrumentos odontológicos me limitavam responder. “*Pode cuspir*” disse ela. O acúmulo de saliva com

sangue não me deixou conversar. Fiquei sem poder falar e, naquele dia, o sugador parou de funcionar.

Sendo assim, a consulta se resumiu em conversas sobre o meu dente e o sugador que precisaria ir para o conserto. Queria ter perguntado sobre o livro, esse que comecei te contando. A impressão que tive foi a de que ela lia, enquanto esperava seus pacientes. Fiquei curiosa para saber em detalhes a história, já que ainda não tinha lido *o diário de Anne Frank*. Só tinha o conhecimento de que o documento retratava os horrores da Segunda Guerra Mundial.

Então, soltei antes de sair da sala: “essa capa está linda!” Não resisti e comprei essa versão impressa. Na capa tinha estampado o perfil do rosto de *Anne*. Cabelo na altura dos ombros, queixo fino, sobrancelhas arqueadas, um nariz de menina e **um olhar observador de quem tagarela**, mas também expressa questionamentos e pensamentos. Essa foto me chamou a atenção. Dentro do livro tinham mais fotos suas, mas agora ela sorria. O olhar e o sorriso de uma criança que sonhava em ser jornalista e escritora famosa.

De garota observadora e tagarela, *Anne* relata momentos de tensão, estresse, solidariedade e ternura. São exatamente essas emoções, descritas em seu livro, que serviu de inspiração para mim. O fato de ser tagarela me chamou a atenção, principalmente em confiar seus segredos a querida *Kitty*, amiga e companheira de história. Sim, **o diário levava o nome de uma mulher** e *Anne* contava os dramas da adolescência e da vida:

Os **professores** são as pessoas **mais estranhas do mundo**, mas talvez sejam **no bom sentido**. Dou-me razoavelmente com os professores e com as professoras. Ao todo são nove, sete homens e duas mulheres. O sr. Kepler, o velho professor de matemática, implicava comigo por eu falar demais. Mandou-me fazer uma redação sobre o tema; “Uma tagarela”. Uma tagarela! O que se poderia escrever sobre isso? Mas não me afligi... Pensei e tornei a pensar. De repente, as palavras surgiram... Como argumento, aleguei que falar **era próprio das mulheres** e que eu me esforçaria para mudar se a minha mãe não falasse tanto como eu. E, como era sabido, **contra efeitos hereditários pouca coisa podemos fazer**. (FRANK, 1942, p. 21 e 22).

Identifiquei-me como uma mulher que também ama tagarelar e que pouco pode fazer “contra efeitos hereditários”. Minha mãe fala tanto quanto eu. A cada momento que lia sobre *Anne*, mais ainda eu queria conhecê-la. Sua escrita me incentivou a voltar a escrever na pandemia. As sensações de *Anne* me permitiram identificar que os medos, as angústias e os pensamentos como processos que se imortalizam quando vão para o papel. Senti muito por sua vida. Ela era determinada, sabia o que queria e foi corajosa. Apesar de seu sonho ter sido realizado só depois de sua morte, uma escritora não se torna escritora, ela já nasce... *Anne* tinha alma de escritora, além de corajosa, foi forte! Uma mulher judia, naquele período e contexto

(lembramos que se tratava dos anos 1940) expressando-se por palavras. Dedicar-se ao seu diário foi uma bela decisão, pois através desses relatos surgiram o seu famoso *Diário de Anne*. Querida Diana, preciso ir. Continuo depois.

Sua Roberta

PARTE I: INTRODUÇÃO.



1 INTRODUÇÃO

Não há neutralidade. Essa tese é sobre Leonor, sua vida, seus pontos de vista, sua forma de habitar o mundo. É sobre um conjunto de redes e de conexões que alargam um campo do entendimento **da pobreza, precariedade e violência**, através das relações que eu pude acompanhar. É sobre como as micropolíticas implicam circunstâncias concretas e específicas, em seus **vínculos íntimos** e constituições éticas, **morais e emocionais**. Os capítulos lidos, em sequência, ajudaram-me a mostrar **a profundidade** e diversidade de questões e **enfrentamentos que fazem a vida diária** de Leonor. (PIEROBON, 2018, p.26, grifo nosso).

Embora a presente dissertação seja focada no edifício como protagonista, são as pessoas que dão vida a ele. Por isso, assim como Pierobon (2018, p.26), que conta a vida de Leonor, esta pesquisa traz como campo empírico os deslocamentos habitacionais vivenciados por mulheres. Dessa forma, a vida cotidiana de Tânia, Branca, Marilene e suas redes de relações são partes deste estudo e, para melhor entendê-las, foi realizado um levantamento bibliográfico, histórico e social para apontar de forma crítica a problematização do aumento da população de rua – inclusive no contexto do vírus *Sars-Cov-2* – e com isso, justificar a alternativa de moradia encontrada por famílias que estão à mercê do morar precário e improvisado. Conforme Pierobon (2018, p.25), “aquilo que Leonor queria me contar, era o que me interessava e fiz neste **ouvir paciente** e do compartilhamento do mundo a minha metodologia de trabalho”. Sendo assim, caracterizar as famílias que saíram de uma situação de rua e foram para a ocupação é o fundamento deste capítulo.

Segundo Drumond (2021), a pesquisa sobre o Déficit Habitacional no Brasil vem passando por diversos processos de refinamento metodológico, e, nessa última fase de 2016 a 2019, desenvolvida pela Fundação João Pinheiro desde 1995, o déficit foi estimado em 5.876.699 domicílios pelo território brasileiro. Além disso, o déficit absoluto apresentou uma tendência de aumento, enquanto a **habitação precária** cresceu de 1.296.754 em 2016 para 1.482.585 em 2019. Nesse cenário, os domicílios improvisados, que representavam 9,5% passaram a caracterizar 13,4% em 2019 (DRUMOND, 2021).

Ainda assim, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021, p.14), pela perspectiva das grandes regiões do Brasil, o **Sudeste**² apresentou os maiores números, em termos absolutos, somando déficit de 2.173 milhões de domicílios, seguido pela região Nordeste, com 1.709

² As palavras e expressões que aparecem em negrito evidenciam palavras-chave em estudo.

milhão de unidades. Depois veio a região Norte, com um déficit de 678 mil domicílios, a região Sul, com 605 mil e, por último, a região Centro-Oeste, com 490 mil domicílios.

Dessa maneira, sobre a região **Sudeste**, nota-se que a cidade de São Paulo possui **1.385 imóveis ociosos**, que estão abandonados, subutilizados ou apresentam terrenos sem edificações. Isso significa que o **centro paulistano** possui prédios vazios que são vistos como alternativas para a Prefeitura aumentar o número de unidades habitacionais destinadas à moradia popular (SANTIAGO; MURARO, 2018).

Por um lado, existem imóveis abandonados e por outro faltam unidades habitacionais para as famílias de zero a dois salários mínimos. Portanto, de acordo com Santiago e Muraro (2018), o município precisaria de 358 mil novas moradias para zerar o Déficit Habitacional e, por isso, os prédios vazios chamam tanto a atenção de movimentos sociais de moradia. Uma vez que esses edifícios não estão cumprindo a sua função social, este assunto será abordado mais à frente.

Além disso, esses edifícios poderiam ajudar a solucionar a problemática sobre a carência de habitação, em outras palavras, questionar o número de imóveis, caracterizados como vagos, significa também proporcionar acesso à moradia à população que ganha entre zero a dois salários mínimos, de acordo com as regiões brasileiras.

Conforme a Fundação João Pinheiro (2021, p.141), a distribuição do Déficit Habitacional por faixas de renda mostra que, na região Norte e Nordeste, **a maior parte do déficit** se encontra entre os domicílios com até **um salário mínimo**, já para as **demais regiões** e mais especificamente o Sudeste, predominam os domicílios com renda domiciliar entre **um e dois salários mínimos**.

Isto é, essa faixa econômica é a que mais sofre com a falta de moradia. Além disso, a dificuldade dessas famílias está em financiar uma casa própria com o salário que recebem, isso quando recebem. Conforme estatísticas, a desigualdade é grande no país e 25% da população brasileira vivem com R\$387,07 mensais ou US\$5,5 dólares por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre (OLIVEIRA, 2017).

Por comparação, uma população para ser considerada *extremamente pobre*³, de acordo com Uchoa (2019), corresponde àqueles que vivem com US\$1,90 dólares (7 reais) por dia – uma realidade da África Subsaariana. De acordo com Deutsche Welle Brasil (2018) a proporção é semelhante na América Latina e no Caribe, onde 26% dos cidadãos têm renda diária inferior

³ Para facilitar a leitura do texto, as citações bibliográficas e empíricas seguem a regra da ABNT: entre aspas duplas quando a citação for direta curta e no itálico quando aparecem como palavras e expressões êmicas, bem como os estrangeirismos.

a US\$5,50 dólares, e 11% vivem com menos de US\$3,20 dólares. Portanto, a pobreza relacionada à região da América Latina, segundo o relatório, apresenta que a localidade está associada a aspectos não monetários, como por exemplo a falta de acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade que também são critérios avaliados (DEUTSCHE WELLE BRASIL, 2018).

Ainda em concordância com a Fundação João Pinheiro (2021, p.14), em relação ao caráter urbano ou rural do Déficit Habitacional, as regiões **Sudeste**, Sul e Centro-Oeste possuem mais de 90% da sua composição em áreas urbanas. Ou seja, ao passo em que a cidade recebe mais pessoas, começa a apresentar desigualdade e pobreza que é reflexo do crescimento urbano e, por isso, a faixa econômica de **zero a dois salários mínimos** possui dificuldade de acesso à moradia digna. Isso faz com que os prédios vazios, os quais não cumprem alguma função social, chamem a atenção. Esse fenômeno, segundo Telles (2013, p.28), pode ser analisado como a “arte do *contornamento*, dos constrangimentos, das ameaças e riscos” , atribuídos para que as pessoas ocupem edifícios vazios ou abandonados. Sendo assim, essa parcela da população precisa *encontrar* soluções para sobreviver e encontrar alternativa de moradia nas ocupações do centro.

A arte do *perambular* reflete a realidade em que essas famílias se encontram. Vindas de **situação de rua**, ou até mesmo fugindo da diária de um hotel, saem em busca do aluguel de quartos, esperando pagar por um alojamento com *preço mais acessível*, já que o acesso à moradia, a um alojamento, subordina-se ao pagamento pelo seu uso, seja de um cômodo, ou até mesmo pelo uso de uma cama.

Além disso, o modo como os indivíduos transitam nas fronteiras porosas do “*legal e do ilegal*”⁴ expressa o quanto esse *contornamento* precisa ser diário, pois os deslocamentos habitacionais de uma ocupação a outra se traduz no *perambular* de famílias que lutam por uma moradia. Esse *pinga-pinga* faz com que elas não tenham um lugar fixo, onde suas trajetórias são marcadas por ameaças de reintegração de posse e despejo, submetidas a viver na improvisação e precariedade.

No entanto, conforme Rodrigues (2017, p.14), em relação à *infracionalidade* do morar, termo utilizado para expressar uma moradia, a autora explica o quanto essa dinâmica é perversa e está relacionada à capacidade de pagar por esta mercadoria:

⁴ Artigo da autora Telles (2013, p.28) que vai discutir sobre os jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal, através de um conteúdo etnográfico e de anotações de um percurso de pesquisa.

Não é possível **pedir um pedaço “de casa”** para morar, um banheiro **para se tomar banho**, um tanque para lavar roupa, **uma cama para dormir um pouco**, exceto, é claro, se se trata de relações pessoais (parentesco e amizade), de **aluguel de quartos**, de lavanderias, etc. e, é claro **pagando-se por este uso**. (RODRIGUES, 2017, p.14, grifo nosso).

Portanto, o morar acaba se resumindo à capacidade de pagar por esta mercadoria *não fracionável*, pois, nesse contexto de dificuldade de acesso à terra ao alojamento, o caminho do aluguel de quartos tem sido, na maioria das vezes, a única alternativa encontrada. Desse modo, para Rodrigues (2017), analisar esse panorama de *infracionalidade* significa, por exemplo, comparar com um sapato, pois assim como a casa, um sapato também não é fracionável. Logo, “não se compra a sola, depois o couro de um sapato”, assim sendo, a moradia também não o é (RODRIGUES, 2017, p.15).

Nesse contexto, abordar a questão da moradia para esse grupo sócio-espacial⁵ significa também ressaltar a carência de programas habitacionais, voltados à população de baixa renda, principalmente, quando o assunto está relacionado às famílias com uma renda de zero a dois salários mínimos que, de uma forma ou de outra, habitam nos grandes centros urbanos. E, na medida em que essa população não vem sendo contemplada por políticas públicas de provisão habitacional, que lhes assegure a existência próxima de seus meios de vida, no caso, o centro das grandes cidades, o aluguel segue sendo o caminho encontrado para a sobrevivência.

Com o encerramento do Programa "Minha Casa Minha Vida", promovido pelo atual governo (2022), praticamente se esgotaram quaisquer alternativas de financiamento público. No momento, não existem incentivos para os grupos organizados em movimentos sociais, que lutam, nos centros urbanos, pela conquista de uma moradia digna.

Conforme Salcedo e Martins (2017), o que existiu foi um incentivo para a preservação e reabilitação de edifícios para a Habitação de Interesse Social (HIS), em áreas centrais, que foram: o *Programa de Arrendamento Residencial (PAR)* e a *Locação Social do Programa Morar no Centro*, respectivamente, durante a gestão de 2001 a 2004 e no período de 2004 a 2008, pela Prefeitura Municipal de São Paulo. As autoras ainda complementam que o *Programa de Arrendamento Residencial (PAR)* é uma parceria entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, para famílias com renda **de três a seis salários mínimos** com interesse no financiamento da reforma de edifícios para habitação (SALCEDO; MARTINS, 2017).

⁵ O termo *sócio-espacial* foi evidenciado no âmbito dos projetos e pesquisas do Grupo de Pesquisa Morar de Outros Modos (MOM), vinculado à Escola de Arquitetura da UFMG. Ver KAPP, 2018 – disponível em <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>.

E sabido que os antigos programas existentes para a aquisição de moradia foram direcionados às famílias com renda de até seis salários mínimos, visto que os valores eram tabelados e correspondiam a R\$260,00 reais mensais, valor do salário mínimo, em 2004, elaborado pelo escritório contábil⁶. Sendo assim, os subsídios do Governo contemplaram uma parcela da população que buscava a reforma de edifícios, na região central, mas que não foi suficiente porque deixou de atender à necessidade habitacional das famílias que recebem entre **zero a dois salários mínimos**. Logo, não houve iniciativas para essa faixa econômica e, por isso, essas pessoas são as que mais sofrem com a carência de moradia.

1.1 AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PAULISTANO

As ocupações existentes no centro de São Paulo foram alternativas encontradas por uma população historicamente excluída e que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social, entre elas, as pessoas em situação de rua, ou aquelas que sobrevivem pagando diárias de um hotel barato, ou ainda, as que migram de uma ocupação a outra. Esses deslocamentos habitacionais incessantes são caracterizados por famílias nestas situações improvisadas e são esses *diferentes mundos* que compõem a guerra, a *guerra dos lugares* (RAMOS, 2009), que, certamente, tem como solo, em boa medida, a luta pela moradia e, como trégua nesse conflito, surgem as ocupações.

Dessa forma, colocar as ocupações em evidência, como resultado da carência habitacional, surge também como solução para encurtar a distância da casa ao trabalho. Essa questão está relacionada ao permanentemente esforço do tempo gasto no percurso da região periférica à região central. Sabe-se que a questão econômica do morar próximo ao trabalho custa caro e está relacionada com a infraestrutura existente no centro, diferentemente das franjas periféricas, onde faltam investimentos relacionados à mobilidade urbana, comércio, hospitais e escolas. Na verdade, não existe a cidade, não chega à infraestrutura.

Nessa dinâmica, em busca da proximidade ao trabalho e da infraestrutura de uma cidade, surgem os movimentos sociais que lutam pela moradia na região central. Por isso, ocupar os edifícios, reflete a mudança de um endereço da periferia para o centro, onde de um lado não chega infraestrutura e se refugiam essas pessoas das classes mais desfavorecidas, de locais afastados para a região central. Assim, uma vez instalados na região central, lugar que oferece

⁶ A empresa Audtec elaborou uma tabela com os valores de Salário Mínimo de 1940 a 2022, podendo ser consultada em: <https://audtecgestao.com.br/capa.asp?inford=1336>.

as melhores condições de transporte, saúde, comércio e lazer, as ocupações surgem como uma forma de moradia. Consequentemente, a possibilidade de moradia, no centro, acaba aparecendo como alternativa atraente para aquelas pessoas que buscam morar perto do trabalho, da escola dos filhos, do hospital, mercado e de toda a infraestrutura que não chega à região periférica.

Em contrapartida, essas pessoas acabam expostas, cotidianamente, às agruras de uma luta para permanecerem ali – em condições insalubres, precárias e improvisadas. Dessa forma, sabe-se, de acordo com Fernandes (2020), que as regiões periféricas são como *locus* que abrigam e promovem a desigualdade social. Segundo a autora:

Mais uma vez, (...) rende atentar para a porosidade, os fluxos, as movimentações que aparecem na sobreposição do mundo “legal” / “ilegal”, ou na dicotomia “asfalto” / “favela”. Trata-se, portanto, **de supor as regiões “periféricas” como locus privilegiados quanto à desigualdade e à segregação** (...) (FERNANDES, 2020, p. 119, grifo nosso).

Nesse cenário, as regiões periféricas repercutem a segregação, ora dos mais pobres, ora dos serviços que uma cidade oferece e, por isso, a população menos favorecida encontra alternativa nas ocupações, no centro, em busca daquela infraestrutura que lhes foi negada na periferia. E aqui entra a nossa questão: o “*formal* e o *informal*”, o “*legal* e o *ilegal*”, no contexto de instalação de moradia, seja ela qual for, acaba acompanhando aquela população.

Assim, a **região central acolhe essas pessoas** que procuram morar perto da infraestrutura da cidade porque, tanto as políticas públicas como as elites, ainda insistem em manter a população pobre longe, onde não chega luz, sem infraestrutura nenhuma. É curioso que, num contexto em que esta segregação espacial se mantém, a infraestrutura aparece como índice que ameniza a precariedade, mesmo na periferia, como relatado pelo morador da Ocupação Mauá:

Para mim não serve, **serve sim** (a periferia), **se lá tiver infraestrutura**. Porque o pobre é o que mais paga para esse país ser bonito e decente. (Trecho extraído do documentário Ocupa Mauá, 2018, grifo nosso).

De acordo com Ramos (2009, p.25), o centro de São Paulo diferencia-se do restante da cidade por estar posicionado no **lugar de maior sobreposição de usos e interesses dos estágios e desenvolvimentos da sociedade brasileira**. A autora ainda afirma que “por meio desses três mecanismos (político, econômico e cultural) as classes dominantes realizam o acúmulo de toda a infraestrutura, acessibilidade, vantagens e recursos do espaço urbano” (RAMOS, 2009, p.25).

Assim, a organização espacial do centro assume grande visibilidade e atração para os que buscam morar e trabalhar perto da infraestrutura, pois, “enquanto o Estado fornecia a

infraestrutura necessária para o desenvolvimento de novas áreas para o uso das classes ricas, as classes populares ocupavam as regiões esquecidas pela gestão pública” (RAMOS, 2009, p.26).

Portanto, o centro de São Paulo tem sido uma alternativa de habitação para os mais pobres e, “**não é por outra razão que a guerra dos lugares é potencializada, exatamente no centro de São Paulo**, onde se tem a maior facilidade de acesso à infraestrutura urbana da cidade” (RAMOS, 2009, p.25).

1.2 A MORADIA COMO IDENTIDADE

A casa e seu uso estão associados, desde a época do homem primitivo, às necessidades de sobrevivência, do compartilhamento da comida, de refúgio contra predadores – tanto de modo temporário, semipermanente, ou como abrigo móvel (GRESSLER, 2007, p.66). Por isso, no que diz respeito à construção de abrigos, na pré-história, o homem foi se fixando em locais e construindo seus alojamentos, aprimorando as técnicas, desenvolvendo sistemas da agricultura etc.

Dessa maneira, falar sobre a moradia significa caracterizar uma pessoa pela localização e endereço, visto que um pedaço de terra vai além do “*abrigar-se*”; ele engloba a referência de lugar. De acordo com Rapoport (1969), a casa é um elemento principal, pois:

[...] Es el factor de su lucha constante por la sobrevivencia. En sus esfuerzos para protegerse de las enclemencias del tiempo y del clima, ha desarrollado a lo largo de los años muchos tipos de viviendas, uno de los cuales es casa con patio. (RAPOPORT, 1969, p. 32, grifo nosso).

Diante disso, para Rapoport, o abrigo é sinônimo de sobrevivência, de luta e vai além do proteger-se das intempéries do tempo. Nessa conformidade, estudar a definição de abrigo, significa perseguir seu conceito. A nomenclatura foi evoluindo, do *dólmen*⁷ até as formas técnicas e tecnológicas da construção de uma habitação. Nesse processo, o homem foi se adaptando às maneiras de *como* se abrigar e *onde* se abrigar, para se proteger e realizar suas necessidades mais básicas do morar.

Mais tarde, depois que as primeiras aglomerações passaram a existir, vieram as primeiras vilas, nas quais a residência era uma mistura de instalações para estocagem de alimento, animais e outros itens, bem como local para dormir, trabalhar e viver (GRESSLER,

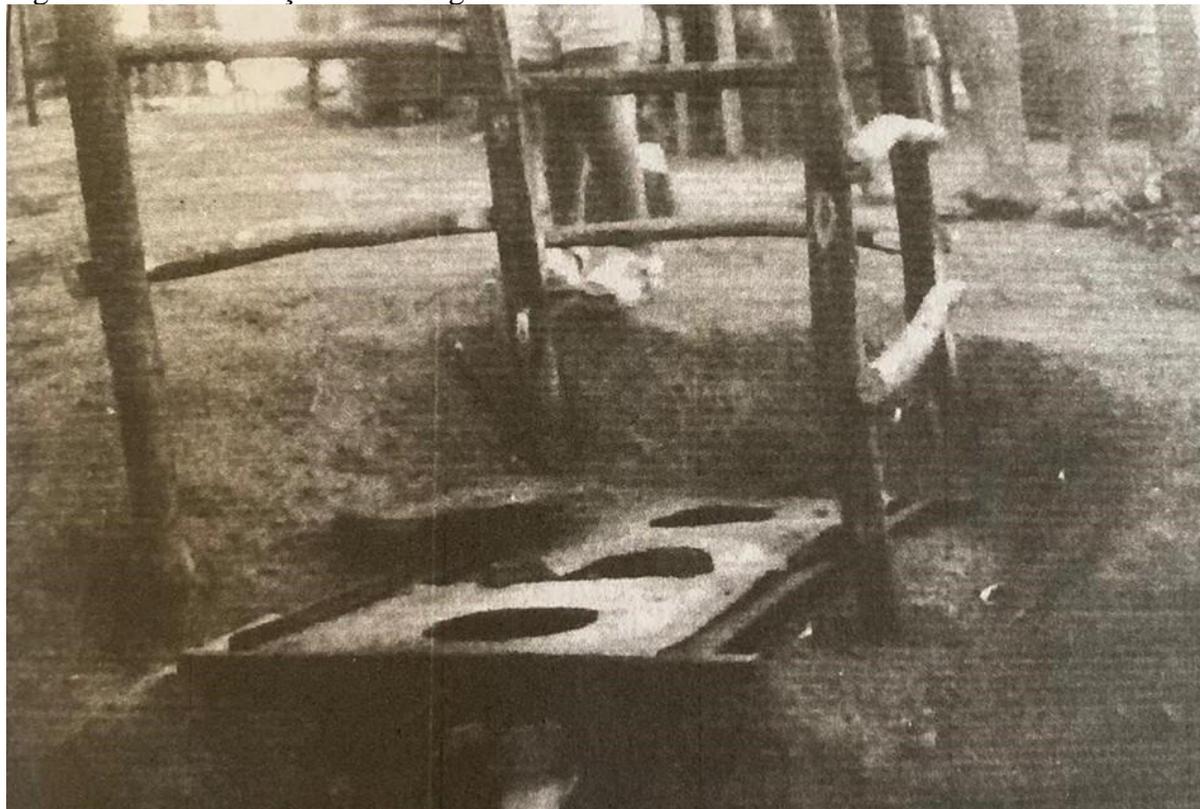
⁷ Dólmen foram as primeiras formas de abrigo que o homem construiu. Ela é basicamente uma “escultura” com três pedras que simbolizam as “paredes” e o “telhado”.

2007, p.66). Posteriormente, tais demandas originaram as casas medievais que, por sua vez, compunham construções que misturavam, no mesmo local, lugar de proteção, ambiente doméstico, local para viver, local de troca, de estocagem e de trabalho.

Com a evolução do modo de produção e hegemonia da propriedade privada, os sentidos do habitar ganharam novas percepções, determinados pela alienação dos meios de produção. A terra acabou se transformando em mercadoria e, desse modo, há que se pagar por um metro quadrado de lote, em qualquer contexto territorial, seja o meio urbano ou rural, seja na forma de compra ou de aluguel. Nessa circunstância, e em regime de compra e venda de força de trabalho, como única forma de obtenção de alguma renda, o desempregado, não dispondo de recursos, não tem direito a morar, enquanto não estiver vendendo sua força de trabalho (RODRIGUES, 2017, p.15).

Por conseguinte, pagar pelo uso da terra significa ser possuidor dessa mercadoria e através dela ser possível comprovar sua identidade por meio de um endereço, como aborda Rodrigues (2017). A autora defende o estudo de que até mesmo para construir criativamente um fogão, (Figura 1.1) é preciso um pedaço de chão:

Figura 1.1: A construção de um fogão de chão.



Fonte: Rodrigues (2017, p.15).

Nesse sentido, cabe analisar a funcionalidade de um fogão, tido como necessidade básica de uma família e questionar que, para construir um fogão de chão (criativamente), é preciso 'ter a posse' de um pedaço de terra, de direito ao seu uso. Dessa maneira, a atribuição que damos para o fogão, nesse contexto, é que ele não se torna apenas um utensílio, indo além, ele representa um metro quadrado de um terreno que passa a portar uma das necessidades mais básicas da pessoa humana.

Cabe, portanto, neste capítulo, retratar a casa (a *res-idência*) como uma forma de identificar a pessoa humana através de uma localização (endereço) e, com base nessa premissa, estudiosos, na vertente do Rapoport, retratam a casa como a forma física de construção para a vida do ser humano, que se difere das formas de organização relativas às outras questões, como as culturais (GRESSLER, 2007, p.63).

Ainda assim, conforme Rapoport (1989, p. 65), os *fatores socioculturais* que formam uma casa são evidenciados, “tanto pelos aspectos físicos, quanto os culturais precisam ser considerados, mas este último precisa de ênfase especial”. Ou seja, ao expressar ‘*a forma de uma casa*’, considerar os aspectos culturais, ali existentes, significa compreender mais do que a própria construção de um teto como cobertura, como também a cultura daquela comunidade.

Portanto, a construção é um fenômeno cultural, onde forma e organização são muito influenciadas pelo meio cultural, no qual o ser humano pertence. Logo, a identidade está vinculada àquela cultura, onde a casa está compreendida (RAPOPORT, 1989, p.65).

1.3 A MORADIA COMO DIREITO

Segundo Alfonsin (1997, p. 43), prevalece a condição de desigualdade econômica, que persiste em nosso país, decorrente da *irregularidade de condições* de alojamento da população:

No que toca ao objeto, os espaços urbanos considerados mais **degradados**, são aqueles onde **se refugia a população mais pobre**: áreas de risco, alagados, lixões (...) situados nesse tipo de intervenção pública. (ALFONSIN, 1997, p. 43, grifo nosso).

Conforme a autora, quando diz respeito à questão de residir em uma área não regularizada, entra em jogo **o direito de morar** e aí implica, indiscutivelmente, o direito de viver e viver num contexto ordenado, onde outras liberdades e vidas, igualmente, têm de ser respeitadas, o que não é o caso de uma ocupação, um barraco, uma palafita, uma casa de pau-a-pique, ainda que desesperadamente construídas como medidas imprescindíveis para a sobrevivência. Tais formas de abrigo não resultam da realização do direito à moradia, como um *direito universal*. Trata-se de formas resultantes do processo indiscriminado de valorização da terra e de segregação espacial (ALFONSIN, 1997, p. 43).

Nesse sentido, o acesso à moradia digna é assim assegurado no artigo 5º da Constituição Federal, de 1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do **direito** à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à **propriedade**, nos termos seguintes:
[...] XI – **a casa é asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia por determinação judicial [...]
XXII – é garantido o **direito de propriedade**;
XXIII – a propriedade **atenderá a sua função social**. (CF 1988, texto compilado até a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, grifo nosso).

Ou seja, assegurar o direito de propriedade implica também exercer os direitos e garantias fundamentais do ser humano, em que aparecem, na Constituição Federal, como direitos inter-relacionados e interdependentes. Nesse sentido, fica bem claro que para se ter direito à propriedade, precisa cumprir a sua função social.

Visto a importância dessa garantia, principalmente, pelos moradores da **Ocupação Mauá**, que estudam as leis expressas na Constituição Federal Brasileira, antes mesmo de entrarem para o movimento social de uma ocupação, eles discutem o direito à propriedade no Grupo de Base⁸. Assim, o direito básico é abordado aos moradores, e eles fazem dessa garantia um “mantra”. Por isso, ao cruzar a Rua Mauá, onde a Ocupação Mauá está localizada, a importância desse direito está estampada logo na **parede da entrada**⁹(Figuras 1.2 e 1.3), onde é possível ler o Artigo 3º que diz: “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essa expressão artística reforça que os grupos organizados que lutam pela moradia estão por dentro da garantia dos direitos humanos e buscam por essa liberdade.

⁸ Grupo de base é a nomenclatura utilizada para definir um grupo de moradores que estudam os direitos básicos e a organização de um prédio ocupado no centro paulistano.

⁹ A fachada do edifício traz a imagem do saci-pererê que é um personagem do Folclore Brasileiro e representa um ser negro. Segundo a lenda ele possui apenas meio metro de altura e uma perna, com a qual se locomove rapidamente. Mas, na atualização das fotos para a pesquisa, em 2022, a parede foi pintada e a figura do saci foi removida, trazendo então uma indagação: *essas famílias poderão permanecer no edifício ou vão continuar nessa incerteza e angústia de não saber para onde ir?*

Figura 1.2: Fachada da Ocupação Mauá.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Figura 1.3: Fachada da Ocupação Mauá.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Segundo Araújo e Nunes Júnior (2010), ainda sobre o direito de propriedade que conta sobre direitos fundamentais do ser humano, expresso na Constituição Federal Brasileira, o Art. 5º tem a finalidade de proteger a dignidade humana, em todas as dimensões, resguardando os homens e mulheres, na sua liberdade, nas necessidades e na preservação.

Ainda, em conformidade com o inciso XI do Art. 5º, faz referência ao *asilo inviolável*: qualquer tipo de habitação ou forma de abrigo, mesmo que temporária, não pode ser invadida sem a autorização do morador. Isso se a propriedade estiver cumprindo a sua função social, pois o inciso XXIII do Art. 5º também traz a garantia de que “a propriedade atenderá a sua função social”, na qual foi destinada a ser. Caso for condicionada ao uso comercial, precisará ser voltada para o comércio, mesmo se for destinada ao uso residencial.

Dessa forma, as ocupações existentes são alternativas encontradas pela população que está excluída e fora do contexto de infraestrutura da cidade. Nesse sentido, esse grupo de pessoas ocupam os edifícios que estão vazios e que não cumprem a sua função social. Essa justificativa está apresentada no Art. 182 da Constituição Federal Brasileira, onde:

Art. 182: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, **tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.** 1º O plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana; 2º **A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;** 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro; 4º É facultativo ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, **que promova seu adequado aproveitamento**, sob pena, sucessivamente, de: I parcelamento ou edificação compulsórios; II **imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;** III desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (CF 1988, Vide Lei nº 13.311, 2016, grifo nosso).

Dessa forma, o edifício quando está abandonado/subutilizado e não cumpre a sua função social, como aponta o Art. 182, o imóvel passa a virar atrativo para os movimentos sociais que lutam pela moradia, e a presente pesquisa procura compreender a ocupação desses edifícios e a necessidade dessa população no improvisar de uma moradia. Não basta lidarmos apenas com o déficit habitacional, as desigualdades sociais, a pobreza ou exclusivamente a questão do direito à moradia. É necessário também compreender as dinâmicas privadas que comandam a busca

pelas alternativas de alojamento adequado. Portanto, é imprescindível resgatar, para além da função social da propriedade, a lógica das necessidades básicas de qualquer ser humano:

Não se pode morar um dia e **no outro não morar**. Morar uma semana **e na outra não morar**. No limite da necessidade, é possível – malgrado das consequências funestas – almoçar um dia e no outro não, almoçar e não jantar. (RODRIGUES, 2017, p. 14, grifo nosso).

Isso significa que, dentro desses *contornamentos* diários, as famílias que ocupam um edifício como alternativa de moradia improvisada, ainda presenciam situações de despejos e reintegrações de posse. De acordo com a autora Rodrigues (2017, p.14), essa população fica *à mercê* e na *inconstância* “de almoçar um dia e no outro não almoçar, ou então almoçar e não jantar”. Logo, mesmo que a Constituição Brasileira (1988) assegure que todos temos direito à moradia, o acesso para as famílias de zero a dois salários mínimos ainda é escasso, pois faltam investimentos para a Habitação de Interesse Social (HIS) voltados a essa faixa econômica.

1.4 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que a população em situação de rua sofreu um incremento de 129.354 mil pessoas, entre o período de 2012 a 2020, principalmente no momento de eclosão da pandemia. O número estimado de pessoas, em situação de rua no Brasil, em setembro de 2012, era de 92.515 mil e foi para 221.869 mil pessoas em março de 2020. De acordo com Gameiro (2021), essas análises foram feitas pela representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e os últimos dados já correspondiam ao efeito do vírus Sars-Cov-2. Chama atenção que o número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil sofreu uma aceleração que se deu semestralmente (NATALINO, 2020, p.12)¹⁰.

Ainda assim, as capitais brasileiras são as cidades que mais sentem esse *boom* e, conforme Gameiro (2021), 31% das pessoas estão na rua há menos de um ano, 64% por perda de trabalho, moradia ou renda. Destes, 42,8% afirmaram que, se tivessem um emprego, sairiam das ruas. Os dados representados pelo psicólogo sanitário, Marcelo Pedra, apresentaram dados de cadastro de serviços do SUS que mostram haver um aumento de **35% das mulheres em situação de rua** (GAMEIRO, 2021).

Tendo em vista este exponencial incremento da população de rua, retratar a moradia, no Brasil, implica questionar não só o acesso aos programas habitacionais, mas também o alto valor dos aluguéis dos imóveis no contexto em que buscam moradia, cujos valores excessivos não conseguem pagar. O representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Vanilson Torres, relata que o novo perfil de pessoas que se encontram em uma situação de rua são pessoas pertencentes à classe trabalhadora que não conseguem mais pagar suas contas, por isso estão indo para as ruas em busca de alimento. Assim, elas estão nessas condições por não terem mais como se manter (GAMEIRO, 2021).

Dessa forma, as **ocupações** surgem como uma espécie de “*ventilador*” para aliviar as pessoas frente ao ‘calor’ dos altos valores dos aluguéis. Como relatado por um morador da Ocupação Mauá, as ocupações:

¹⁰ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em Nota Técnica de junho de 2020, registra um aumento de em torno de 140% no contingente de população em situação de rua, tomando como referência o ano de 2012, até março de 2020. Esse contingente somaria, pelos cálculos apresentados no estudo, uma quantidade crescente de brasileiros submetidos a esta condição, ainda com tendência de elevação, devido à “crise econômica acentuada pela pandemia da Covid-19”.

Caem como **um ventilador** (para aliviar o povo) de estar pagando aluguel, mas aqui (na ocupação) é **luta**. Aqui tem que **ter disposição**. Porque, daqui é para um lugar definitivo. Aqui você tem que lutar. (Relato do morador da Ocupação Mauá, fala extraída do documentário *Ocupa Mauá*, 2018, grifo nosso).

A expressão utilizada pelo morador – caem como *um ventilador* – traduz a forma como a necessidade de uma moradia acessível, aqui representada pelas ocupações, é provisoriamente atendida, contribuindo, inclusive, para algum alívio financeiro, tendo em vista o montante dos valores, relativamente simbólicos, despendidos na forma de contribuição, por volta de R\$230,00 reais mensais, no caso da Mauá¹¹.

Logo, é assim que essas pessoas sobrevivem e *contornam as dificuldades*, segundo Fernandes (2020, p.14), “é assim que as teorias se renovam. Quando se insiste em dobrá-las, obrigá-las a enfrentar o incômodo das situações dramáticas [...]”. Por isso, as ocupações aparecem como uma *oportunidade* de sair de uma situação de rua, porque provisoriamente ela *conforta* e *contorna*. Fernandes explica (2020, p. 14) “às vezes o trágico e o dramático de certas circunstâncias é desfeito e refeito por intermédio de práticas de **contornamento das dificuldades**”. Logo, nesse contexto de contornar as dificuldades, as famílias brasileiras passam a se adaptar, nos edifícios abandonados, que não cumprem a sua função social e essas ocupações passam a se caracterizar como uma alternativa de moradia encontrada por famílias que improvisam uma casa.

1.5 OBJETIVOS

Para melhor entendimento, os objetivos desta dissertação serão apresentados em Objetivo Geral e Objetivos Específicos, como descrito abaixo.

1.5.1 Objetivo Geral

Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar alguns aspectos das dinâmicas habitacionais decorrentes das propostas e ações dos movimentos sociais envolvidos na luta pela moradia no centro de São Paulo (particularmente a Frente de Luta por Moradia – FLM). Nesse contexto, a investigação toma como referência a **Ocupação Mauá**, objeto de estudo, localizado em frente à Estação da Luz, mais especificamente no Bairro Bom Retiro.

¹¹ O fato de esta arrecadação ter à frente um movimento organizado, acaba contribuindo para essa aparente segurança e cobre as despesas de funcionários para o funcionamento do edifício.

1.5.2 Objetivos Específicos

1) *Verificar os documentos do antigo Hotel Santos Dumont (plantas, alvarás, habite-se e certidões);*

2) *Analisar a infraestrutura do edifício e as tipologias habitacionais (apropriação do espaço);*

3) *Estudar os materiais midiáticos produzidos sobre as ocupações, no centro de São Paulo, especificamente, o documentário Ocupa Mauá, para auxiliar no trabalho de campo no contexto do vírus Sars-CoV-2;*

4) *Investigar a forma de gestão interna da Ocupação Mauá (movimentos sociais);*

5) *Descrever a trajetória de três mulheres na Ocupação Mauá.*

1.6 METODOLOGIA

Para compor este capítulo e contribuir com a pesquisa, a metodologia desta dissertação possui caráter arquivístico com uma complementação etnográfica, partindo do trabalho de campo, na investigação das trajetórias urbanas de mulheres, exemplificar as vidas improvisadas que retratam a arte “*de perambular*”, a arte “*do contornamento*” (TELLES, 2013) e o “*contornamento das dificuldades*” (FERNANDES, 2020), visto que, por meio dos deslocamentos habitacionais, foi possível devido aos registros do diário de campo. Além disso, a metodologia empregada contou com o auxílio do material midiático – ferramenta para compor o trabalho de campo e contornar a situação presenciada pelo vírus *Sars-CoV-2*. Dessa forma, o documentário *Ocupa Mauá* foi analisado e passou a ser objetivo específico da pesquisa durante a pandemia.

Podemos, aqui, destacar a importância da análise deste documentário, pois ele adentra o prédio, salientando, pelas filmagens: a fachada do edifício, seus corredores, espaços em comum e a vista do pátio interno. Assim, o material audiovisual, que complementou o estudo, permitiu a análise de relatos dos próprios moradores da Ocupação Mauá e tais trechos estão representados na pesquisa. Assim, foi possível levantar questões, evidenciar os problemas, estudar as trajetórias de mulheres, em cenas cotidianas, evidenciar e reforçar a liderança da ocupação pelo protagonismo feminino.

Dessa forma, estabelecer esse diálogo entre as dinâmicas familiares, os deslocamentos habitacionais e a gestão dos movimentos de moradia, depositada por meio da “confiança no trabalho de campo”, pela *incursão prospectiva* nas entrevistas, **permitiu traçar a história do antigo Hotel Santos Dumont**, a fim de entendê-lo de fora (pela rua) para dentro (o edifício).

Para tanto, compreender a atuação do Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM), filiado aos outros três movimentos: Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), Movimento de Moradia do Centro (MMRC) e a Associação Sem-teto do Centro (ASTC) foi de suma importância para compreender os **fenômenos contemporâneos** que abrangem a moradia no Brasil.

Tais experiências com os registros fotográficos, além da prospecção de entrevistas, ressaltam a investigação do prédio, sua infraestrutura e suas adaptações que caracterizam as vidas improvisadas. Nesse sentido, a análise permitiu ressaltar o processo transitório na mudança e permanência de ocupações, no centro paulistano, evidenciadas pelos deslocamentos habitacionais, que apontam uma habitação improvisada, com o propósito de “esperar” por uma habitação definitiva.

Assim, registrar as vivências realizadas, no trabalho de campo, permitiu “*serem afetadas*” pelas surpresas encontradas nesse método. Portanto, permanecer em contato com a realidade dessas famílias, significou “apreender uma dimensão central do trabalho de campo e reconsiderar a noção de afeto” (FAVRET-SAADA, 1990). Para complementar esse assunto, Rizek (2013) denota que:

[...] A elaboração das **etnografias urbanas**, em particular, talvez seja necessária pensar **as relações e os vínculos** que se estabelecem no **trabalho de campo**, como forma de *afetação*, **que envolve o próprio pesquisador de um modo bastante peculiar** (RIZEK, 2013, p. 20, grifo nosso).

Ou seja, o *trabalho de campo* é fundamental nessa metodologia – como abordado pela autora – porque, sem o trabalho de campo não existe pesquisa etnográfica. Dessa forma, através de um caderno com registros do material extraído, no trabalho de campo, o diário de campo, é uma forma de esboçar pensamentos, ensaiar e contar o que está sendo observado, com a intenção de “fazer parte” do estudo inicial, antes do texto final.

Para assimilar de forma mais ampla essa questão, Rizek (2013, p.20) traz as *relações* e os *vínculos* como parte desse processo, desenvolvido no trabalho de campo, pois como ela mesma relata, “*envolve o próprio pesquisador de um modo bastante peculiar*”, de tal forma,

que as histórias, experiências e a própria transcrição das entrevistas traduzem essa dedicação realizada no trabalho de campo.

Além disso, pode-se dizer que as expectativas colocadas no trabalho de campo são quebradas, quando o etnógrafo se aproxima da realidade vivenciada, pelos registros do diário de campo. Então, é possível dizer que tudo muda o tempo inteiro, e o trabalho de campo evidenciou que as pessoas estão de passagem. Nesse sentido, essa experiência de “estar em campo” permite explorar o vivenciado para exemplificar que o *perambular* dessas mulheres e seus deslocamentos habitacionais estão expressos através da arte do *contornamento*.

De tal modo, o trabalho de campo desta dissertação foi marcado também pelas dificuldades da autora frente ao vírus *Sars-Cov-2*, *desenhado pela reaproximação com as mulheres da Ocupação Mauá*. Por isso, descrever o que foi realizado, em campo e contar o caminho percorrido faz essa experiência ser vivida e sentida.

Em suma, os resultados apresentados na Ocupação Mauá foram reflexos do trabalho de campo, durante três anos, divididos em suas oito visitas – algumas nos finais de semana, outras durante a semanas e cada visita teve um acompanhamento de dois dias. Ou seja, por esse trabalho de campo, as trajetórias de vida de três mulheres foram contadas, vez que os melhores resultados de cada cena foram obtidos através da informalidade. Assim, conseguir descrever o que foi aprendido, em campo, fez parte da escrita do diário de campo e, conforme aponta Rizek (2013, p.23), o diário de campo funciona como anúncio de um texto futuro, ao qual só se chega – quando se chega – **por esse retorno do trabalho de campo** e, por isso, cabe ao etnógrafo(a) contar as histórias que lhe contam, porque ele/ela estava presente e implicado(a) na própria cena, no próprio enredo que consegue transmitir e descrever.

1.7 ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação foi elaborada dentro das exigências estabelecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU.USP) para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Sendo assim, o texto que segue está organizado em três partes: **na primeira**, é abordada uma reflexão acerca dos estudos temáticos na área do déficit habitacional e também sobre as ocupações no centro paulistano, através do levantamento de leitura de dissertações, teses, livros, periódicos, artigos e dados censitários. Além disso, a primeira parte delinea a pesquisa com relação as pessoas que vieram de uma situação de rua e encontraram a

oportunidade, na ocupação de edifícios abandonados, que não cumpriam a sua função social; a partir disso, esse capítulo situou a moradia como forma de identidade e também como direito.

Na **segunda parte** do texto, esboça-se a relação do edifício como registro vivo, por meio da análise do entorno e do estudo icnográfico de documentos – que foram desarquivados pelo Sistema Municipal de Processos (SIMPROC) de São Paulo – para a análise da morte e vida do prédio. Nesse sentido, o capítulo trouxe a personificação do edifício, que, a partir da sua desocupação e abandono por mais de vinte anos, passou a ganhar vida. Após sua ocupação os movimentos de moradia que organizam o edifício passaram a direcionar as famílias para a reforma e adaptação para moradia; assim, o Hotel Santos Dumont se transformou na Ocupação Mauá.

Dessa forma, a estrutura desta dissertação conta com os dois primeiros capítulos voltados ao material bibliográfico, histórico e social. Além disso, de modo a complementar as atividades desenvolvidas durante a pandemia, o material midiático e a retomada do trabalho de campo foram estudos que contribuíram para o delineamento do terceiro capítulo.

Finalmente, nas notas finais, apresenta-se a **terceira parte** com três situações etnográficas, evidenciada pelos deslocamentos habitacionais investigados a partir de trajetórias urbanas de mulheres na Ocupação Mauá. Desse modo, se nota a trajetória de Tânia, brevemente relatada, visto ser a líder geral do movimento social que luta pela moradia, no entanto, não mora atualmente na ocupação. Já as trajetórias de Branca e de Marilene são aprofundadas, pois elas são moradoras da Ocupação Mauá e exemplificam a vida improvisada de famílias que se esforçam para morar na região central.

Vale ressaltar que trata-se de uma história com **cinco protagonistas**: um **vírus letal** (Sars- Cov-2), **o edifício** localizado na maior cidade da América Latina (São Paulo) e três mulheres: **Tânia**, a líder do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), **Branca e Marilene**, que são moradoras na Ocupação Mauá e lutam por um objetivo em comum: conquistar a casa própria e deixar como herança para seus filhos.

Por isso, na **terceira parte** existe uma mescla das trajetórias de vida dessas mulheres e também com a minha história, onde costurei situações da minha vida. Foram contornadas e, a partir disso, contei como começou minha aproximação com o tema estudado – desde o meu interesse com o assunto até a escolha da Ocupação Mauá. A partir da abordagem de Maldonado (2020), a etnógrafa mescla parte da sua vida para compor a história de sua dissertação. Foi referência e também inspiração para mim. Além do mais, o diário de campo foi uma ferramenta que trouxe a trama deste último capítulo, onde descrevi meus dias durante a pandemia, que

interfeririam no contato com as mulheres. Então, fiz deste *contornamento* um caminho para estudar o documentário *Ocupa Mauá* que contribuiu com a metodologia da pesquisa.

Antes de mais nada, pedimos com humildade, licença aos filósofos e sociólogos, pois a escolha da metodologia etnográfica, apresentada nesse trabalho, não é ambição da nossa parte, foi consequência em utilizar a sociologia como ferramenta para ajudar a entender a arquitetura. Esse arriscar permeou a narrativa, na qual o foco está no retorno, durante o trabalho de campo e na *prospecção das entrevistas*. Dessa forma, descrever a Casa de Branca e a Casa de Marilene, nessa **terceira parte**, permitiu resultados referentes à ampliação dos espaços adaptados, na Ocupação Mauá, visto que os melhores resultados obtidos se deram pelas conversas informais que foram as mais significativas.

A terceira parte ainda aborda a questão da precariedade existente no edifício, daí trazer a questão da precariedade *versus* o *contornamento* significou descrever as observações realizadas no trabalho de campo (ensaio fotográfico), pois esta parte vai além das trajetórias de Branca e Marilene, já que mostra o papel e a organização dos movimentos de moradia que gerenciam o mesmo edifício. Nesse aspecto, o capítulo conta com a análise do edifício de seis andares, organizado pelo **Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM)**, ocupado não por um, mas por três movimentos sociais: o **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**, o **Movimento de Moradia na Região do Centro (MMRC)** e a **Associação Sem-Teto do Centro (ASTC)**.

Vale ressaltar que, mais do que qualquer outra coisa, **os nomes mencionados no texto são fictícios**, com exceção do município de São Paulo e do vírus Sars- Cov-2. Assim, tal recurso visa preservar a identidade das interlocutoras, que contribuíram para que essa história fosse realmente contada.

PARTE II: UM REGISTRO VIVO.

0 EDIFÍCIO

Durante oitenta anos, o edifício permaneceu ereto na intersecção de duas grandes avenidas. Ele era um marco, cujas paredes foram desgastadas pelas chuvas de lágrimas e golpeadas pelos risos.

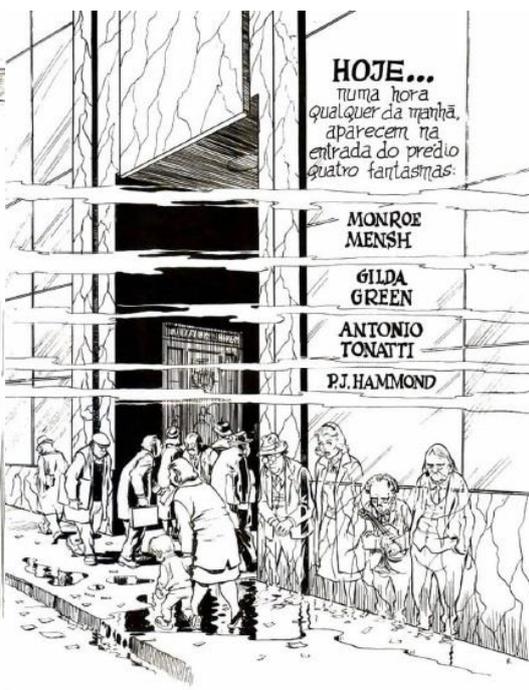
Com o tempo, um invisível acúmulo de dramas rodeou sua base.



Certo dia, o prédio foi demolido. Em seu lugar restou apenas uma lugubre cavidade e resíduos de destroços psíquicos.



Meses depois, uma nova torre ergueu-se da cratera.



HOJE...

numa hora qualquer da manhã, aparecem na entrada do prédio quatro fantasmas:

MONROE
MENSCH

GILDA
GREEN

ANTONIO
TONATTI

P.J. HAMMOND

Fonte: Graphic Novel "O Edifício: uma história de vida e morte de um edifício" (EISNER, 1989)

2 REGISTRO VIVO DO EDIFÍCIO

Esta segunda parte contextualiza o cenário da **Ocupação Mauá**, desde a análise do seu entorno, do terreno, de suas plantas, alvarás, habite-se até a certidão de imóvel. Foram cinco anos estudando esta ocupação e a sua forma de organização, dentre eles, três dedicados ao mestrado, com **oito visitas ao edifício** para o trabalho de campo – levando em consideração o contexto do vírus *Sars- CoV-2*.

Dessa forma, o cuidado em coletar, classificar e ordenar os documentos fez com que surgisse esse capítulo como característica importante da pesquisa: **o registro vivo do edifício**. Tais anotações vieram das experiências no campo, por meio de visitas técnicas, prospecção de entrevistas e também pelo desarquivamento de documentos que caracterizam o percurso do edifício.

Além disso, a vida expressa pelas famílias que residem, de forma improvisada, na Ocupação Mauá, será abordada mais adiante por meio das trajetórias de Tânia, de Branca e de Marilene. Antes disso, reunir os documentos que contam a história do prédio foi necessário. Logo, foram desarquivados e **ordenados por ano**, o que permitiu

analisar esses registros e entender *a morte e a vida*¹² do antigo **Hotel Santos Dumont**.

2.1 HISTÓRICO DO HOTEL SANTOS DUMONT

O antigo Hotel Santos Dumont (Figura 2.1), de acordo com Oliveira (2017, n.p), foi inaugurado **em 1953**, pelo comerciante polonês *Mayer Wolf Sznifer*, com o intuito de atender à demanda turística, na região do bairro da Santa Ifigênia¹³, hoje como Bairro Bom Retiro. Essa área recebia viajantes que transitavam pela *Estação da Luz*, localizada em frente ao hotel.

¹² Expressão utilizada no Graphic Novel “O Edifício: uma história de vida e morte de um edifício”, por Will Eisner, 1989.

¹³ O endereço do edifício Rua Mauá, 340 fazia parte do bairro Santa Ifigênia (1953) e depois de alguns anos determinado pela Lei de Zoneamento no centro de São Paulo, essa mesma rua veio a fazer parte do bairro Bom Retiro.

Figura 2.1: Fachada do Hotel Santos Dumont (1953).



Fonte: Foto de Gabriel Zellaui¹⁴, *apud* Oliveira (2017)

No início da colonização de São Paulo, de acordo com Saconi (2013), toda a região da Luz era um grande pasto chamado de Campo do Guaré, e a autora ainda complementa que a região era inundada pelos rios Tietê e Tamanduateí. As transformações radicais chegaram à cidade com a construção da Ferrovia São Paulo *Railway Company*, em 1860, em que apenas as cargas de café eram embarcadas. Nesse trajeto, as cargas passavam pelos **trilhos da Luz** (Figura 2.2) para depois chegarem ao porto de Santos. Essa rota era importante para o Estado de São Paulo, por isso, para melhor receberem as embarcações de café, o bairro ganhou esse monumento que gerou grandes mudanças para os moradores locais (SACONI, 2013).

¹⁴ Coleção/Fonte: Biblioteca Mário de Andrade. Resumo: Fachada do Hotel Santos Dumont na Rua Mauá, estabelecimento comercial. Disponível em: < <https://goo.gl/YFioR3>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Figura 2.2: Vista do mirante Jardim da Luz (1900).



Fonte: Acervo/ Estação ¹⁵

Dessa forma, a área se valorizou e atraiu, além de empreendedores, núcleos de comércio aos seus arredores. A região tornou-se aos poucos insuficiente para atender ao crescente movimento e uma nova edificação foi construída para substituir a *Ferrovias São Paulo Railway Company* (SACONI, 2013).

Com isso, a Estação da Luz (Figura 2.3) foi inaugurada em março de 1901, e a própria administração pública realizou as obras de melhoria, integrando os bairros ao centro da cidade, a fim de melhorar a mobilidade urbana. Além disso, o setor de hotelaria resolveu investir no local, devido ao seu ponto estratégico e a importância de um hotel próximo à *Estação da Luz* já que facilitava quem estava de passagem e também ajudava aqueles que pretendiam ficar um tempo pela região.

¹⁵ Bairro da Luz, 1900, visto a partir do mirante do Jardim da Luz, <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-a-estacao-da-luz,8946,0.htm>.

Figura 2.3: Estação da Luz.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

De acordo com o *Guia Ilustrado do Viajante* (1924), existiam vários hotéis pela imediação da *Estação da Luz* e entre eles: o *Hotel Fraccaroli*, *Hotel Rebecchino*, *Hotel Federal*, *Hotel Paulista*, *Hotel do Comércio* e o **Hotel Santos Dumont**, todos localizados na Rua Mauá¹⁶ (OLIVEIRA, 2017, n.p).

Dentre esses hotéis, destaca-se o **Hotel Santos Dumont**, popular e modesto, se comparado aos demais, conforme a categorização estabelecida pela Comissão Estadual de Preços, classificado na *categoria E*. Ele funcionava para hospedar pessoas mais simples e com condição financeira mais baixa, contrapondo-se aos demais, apresentados como mais sofisticados e tratando-se dos hotéis na capital, esse critério era convencionado de *A*, como mais luxuoso até a *categoria E*, como mais simples.

¹⁶ ZORZETO, Ricardo in MEDINA, Cremilda (org.). “Vamos ao Centro”, p.50 *apud* MONTEIRO, Ana Carla de Castro. Os hotéis da metrópole: O contexto histórico e urbano da cidade de São Paulo através da produção arquitetônica hoteleira (1940-1960), Dissertação (Mestrado), São Paulo (USP), 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/dKggDu>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

Segundo Oliveira (2017, n.p), as exigências mínimas de categorização pela *Comissão Estadual de Preços* eram estabelecidas de acordo com as normas de **1905** e logo o edifício precisaria apresentar esses critérios para ser eleito nas categorias de *A até E*:

1 – Quanto ao **prédio**: a) elevador, quando o prédio tiver mais de 3 pavimentos; b) vestíbulo para a portaria, mais salão de estar; c) aparelhagem de prevenção contra incêndio com extintores químicos nos locais próprios; d) pia com água corrente nos quartos.

2 – Quanto às instalações de **copa, cozinha**: a) paredes da copa e cozinha cobertas de azulejos até 2 metros de altura; b) coifa sobre os fogões (ferro, cimentos, zinco, cimento ou alvenaria); c) pias de ferro esmaltado com água quente e fria; d) geladeira ou geladeiras com capacidade normal de copa e cozinha respectiva.

3 – Quanto ao **mobiliário dos quartos**: a) solteiro: cama, mesa de cabeceira, um guarda-roupa com espelho, uma mesa e uma cadeira; b) casal: cama de casal (ou duas camas), mesa de cabeceira, um guarda-roupa dupla com espelho, uma mesa e duas cadeiras; c) o guarda-roupa poderá ser substituído por embutido de capacidade igual e com espelho.

4 – Quanto as **instalações sanitárias**: a) 2 WC, 2 banheiros, 2 chuveiros, 2 lavatórios separados por sexo, para cada grupo de 12 quartos.

5 – Quanto aos **serviços de portaria** e comunicações: a) portaria organizada dia e noite com porteiro permanente; b) aparelho telefônico na portaria ou um pavimento.

6 – Quanto ao serviço de **arrumação e limpeza**: a) uma arrumadeira para cada 15 quartos; b) um empregado para limpeza para cada 20 quartos; c) corpo de empregados decentemente trajados; d) manter em todas as dependências do hotel, a pintura, o mobiliário e os utensílios em geral, em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene.

7 – Quanto à **rouparia**: a) depósito ou depósitos para roupa limpa; b) depósito ou depósitos para roupa servida; c) roupas em bom estado de conservação e asseio; d) roupa de cama composta de lençóis, 1 colcha, fronhas, cobertores, toalhas de rosto e de banho; e) mudança geral da roupa de cama uma vez por semana para os hóspedes permanentes e sempre que houver mudança de hóspedes; f) mudança de toalha de rosto e banho duas vezes por semana.

8 – Quanto a **primeira refeição**: a) café completo pela manhã: leite, café, pão e manteiga¹⁷. (OLIVEIRA, 2017, n.p, grifo nosso).

De acordo com as normas para classificar um hotel, as características analisadas referiam-se a sua organização e instalação. Cabe ressaltar que essas exigências eram necessárias para o hotel atingir seu nível máximo de classificação, sendo possível supor que “*quem o procurava para se hospedar não queria gastar muito*”, conforme relatado pela autora Oliveira (2017, n.p), já que o Hotel Santos Dumont tinha um valor mais acessível na diária por pessoa.

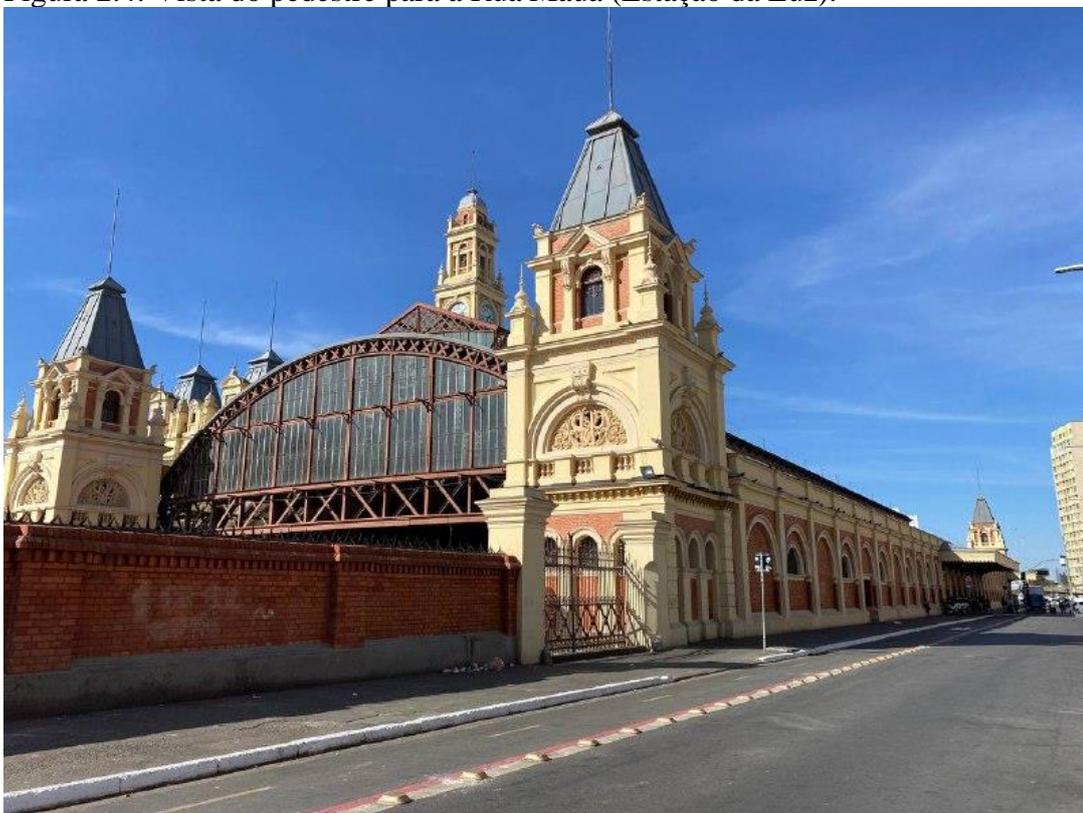
¹⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS. São Paulo, 1 abr. 1950. Edição 1.138, pp. 2-12, *apud* Oliveira (2017). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

2.1.1 Análise do Entorno e do terreno

O terreno está localizado entre as vias: Rua Mauá, Rua General Couto de Magalhães, Rua Washington Luís e ainda pela Avenida Cásper Líbero. Essas vias favorecem uma proximidade ao comércio, pois englobam os bairros como: a Santa Efigênia, o Campos Elíseos, **Bom Retiro** e a Luz (GOOGLE EARTH, 2022).

Além disso, essa área possui uma mobilidade urbana (metrô e trem) acessível, onde os turistas que passam pelo bairro Bom Retiro procuram pelos monumentos da Pinacoteca de São Paulo, o Espaço Cultural Casa da Luz, o Parque Jardim da Luz e a nova **Estação da Luz** (Figura 2.4). Essa última fica em frente ao antigo Hotel Santos Dumont, localizado na Rua Mauá, número 340, especificamente no bairro Bom Retiro (GOOGLE EARTH, 2022).

Figura 2.4: Vista do pedestre para a Rua Mauá (Estação da Luz).



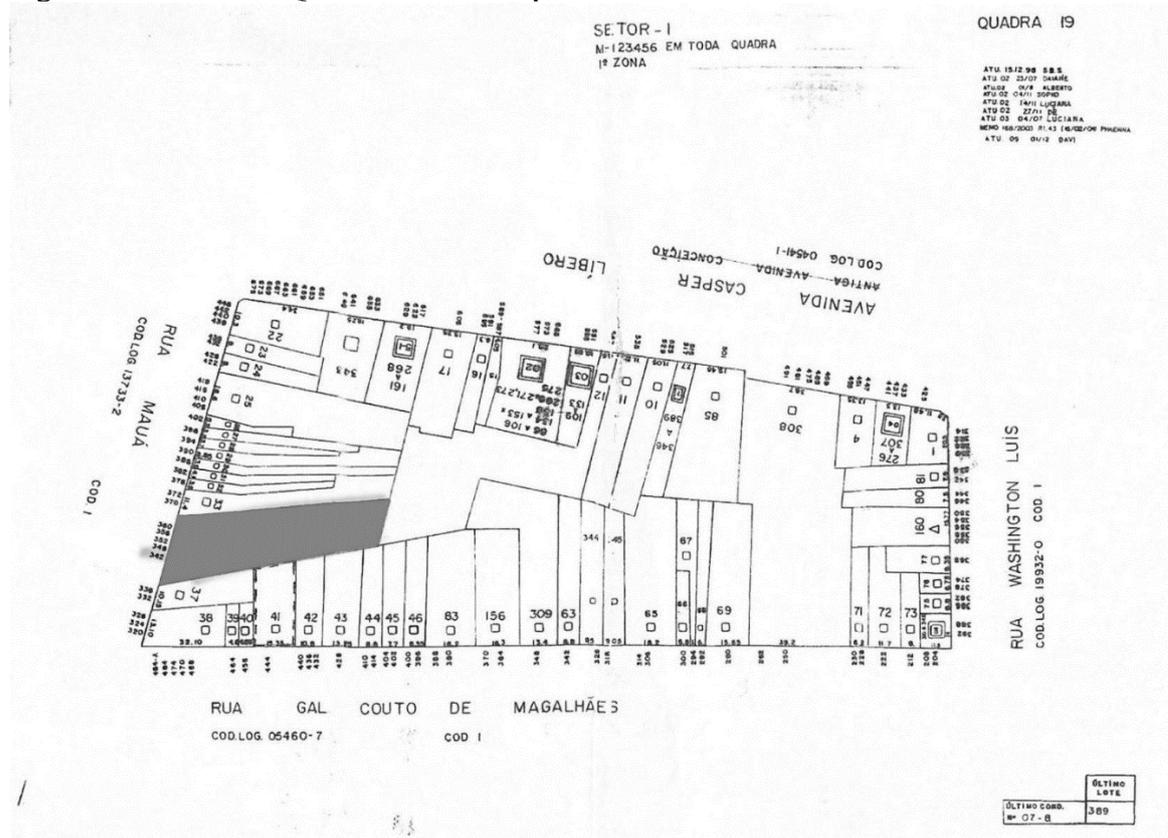
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A localização privilegiada no centro chamou a atenção de famílias que viviam em **situação de rua** – assim como apresentado na justificativa da pesquisa – já que essas pessoas que pagavam uma diária de hotel tiveram dificuldade em manter os altos valores desses aluguéis e, por isso, o edifício que estava vazio e não cumpria a sua função social foi ocupado em 2007.

O antigo Hotel Santos Dumont já completava vinte anos de abandono, o que levou a ser ocupado por famílias filiadas ao Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM). A escolha do edifício se deu pela proximidade ao comércio, transporte, trabalho, escola, restaurante, shopping e Unidade Básica de Saúde (UBS da República), principal característica dos movimentos sociais de moradia ativos no centro paulistano. Esses grupos organizados prezam pela infraestrutura do centro, oferecida pela cidade. Portanto, as famílias que ocuparam o antigo Hotel Santos Dumont apostaram na região central também pela facilidade dos deslocamentos que encurtam a distância da casa ao trabalho.

Essa área continua chamando a atenção do **Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM)** e está associado a mais movimentos sociais. Portanto, a Ocupação Mauá, desde 2007, foi ocupada e continua mantida por **três movimentos sociais**: o **Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)**, a **Associação Sem-Teto de São Paulo (ASTC- SP)** e **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)** – que serão abordados nas próximas seções. Assim, o antigo Hotel Santos Dumont, ocupado por esses movimentos, levou o nome de Ocupação Mauá, devido à localização do terreno na Rua Mauá, 340 (Figura 2.5).

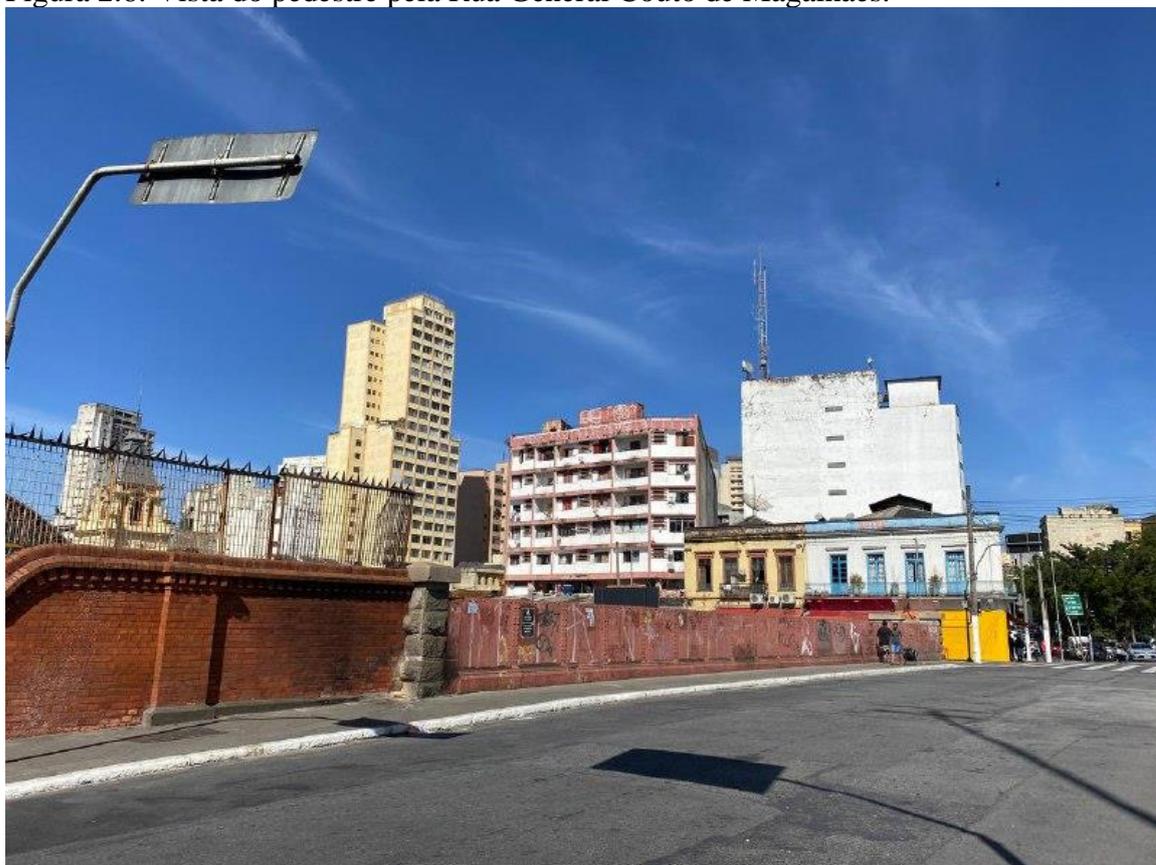
Figura 2.5: Setor 1 – Quadra 19 – Destaque no lote do Hotel Santos Dumont



Fonte: Acervo de Processos (2018)

Esse terreno levou à construção do edifício de seis andares, com um gabarito médio para dialogar com a arquitetura local. Portanto, as edificações vizinhas se enquadram como pequeno e médio porte. Assim, através dessa planta, disponibilizada pela Prefeitura de São Paulo (2018), é possível analisar a localização do terreno e entender seu entorno, pois a fachada da Ocupação Mauá pode ser vista tanto de quem chega pela **Rua Mauá**, como de quem passa pela **Rua General Couto de Magalhães**. Por isso, conforme a (Figura 2.6), a vista pela Rua General Couto de Magalhães representa parte da Estação da Luz e através dela é possível enxergar a fachada em vermelho e branco, representando a Ocupação Mauá.

Figura 2.6: Vista do pedestre pela Rua General Couto de Magalhães.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A localidade do antigo Hotel Santos Dumont fica evidenciada pela *Estação da Luz*. De acordo com Saconi (2013), a Estação foi inaugurada em 1901 e tombada como patrimônio histórico em 1982. Por conseguinte, as pessoas que passam pela região apreciam o monumento, quando transitam pelas vias próximas. A exemplo disso, as (Figuras 2.7 e 2.8) caracterizam a vista do pedestre ao sair da Estação da Luz e cruzar pela Rua Mauá.

Figura 2.7: Letreiro WN Serralheria com vista para fachada da Ocupação Mauá.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

A (Figura 2.7) é retratada pelo Letreiro WN Serralheria que virou um Hortifruti e, mesmo assim, continua com a pintura que indica a Serralheria. Além disso, também é possível observar que o atual Hortifruti (Figura 2.8) compõe o comércio local da Rua Mauá, onde ficam localizadas as lanchonetes e bombonieres.

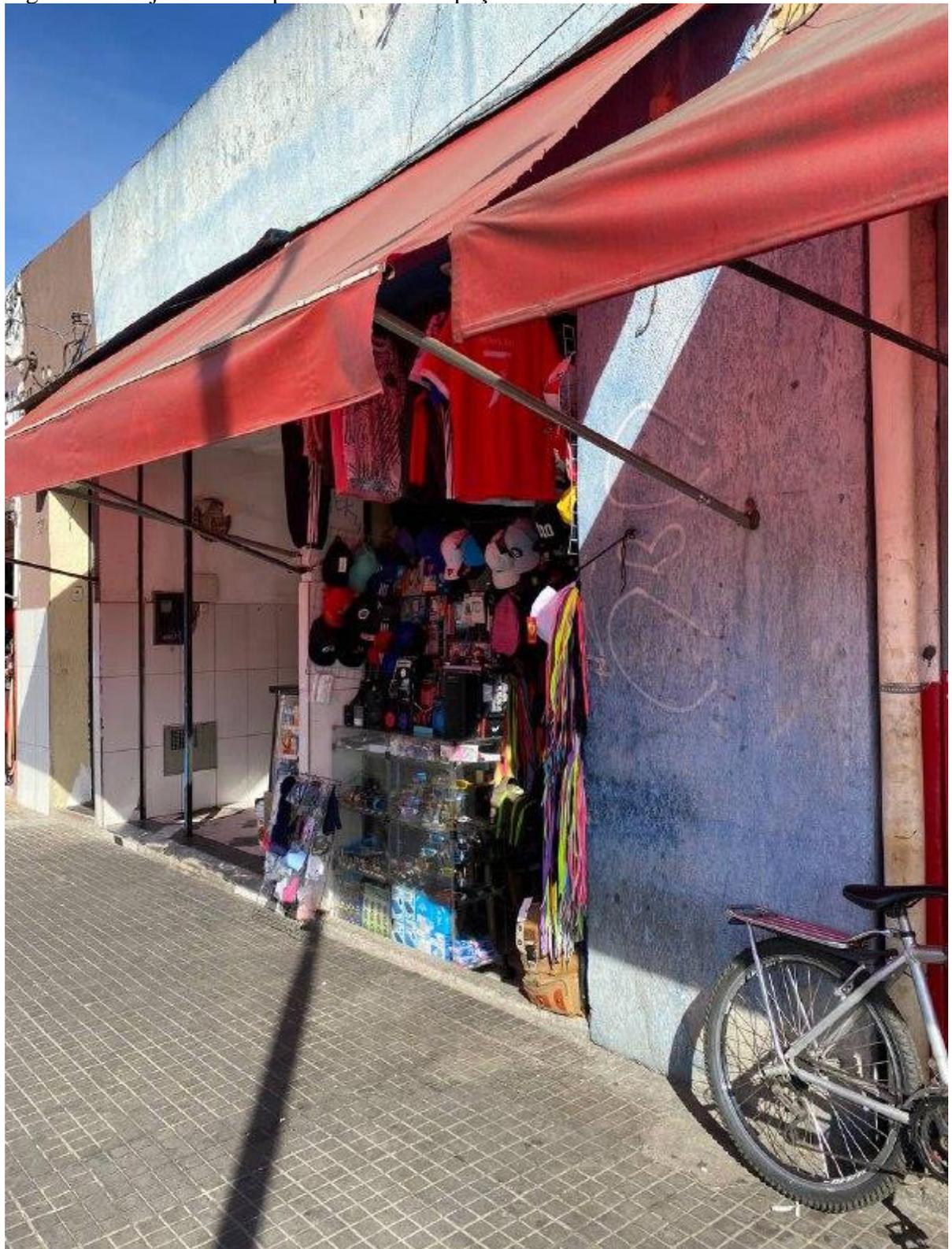
Figura 2.8: WN Serralheria que virou um Hortifruti.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Outra parte (Figura 2.9) da Rua Mauá é caracterizada pelo comércio local, onde ficam localizadas as lojinhas de roupas, acessórios e utensílios. Assim, esta rua possui uma variedade do comércio encontrado no Bairro Bom Retiro.

Figura 2.9: Lojinha de roupa ao lado da Ocupação Mauá.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

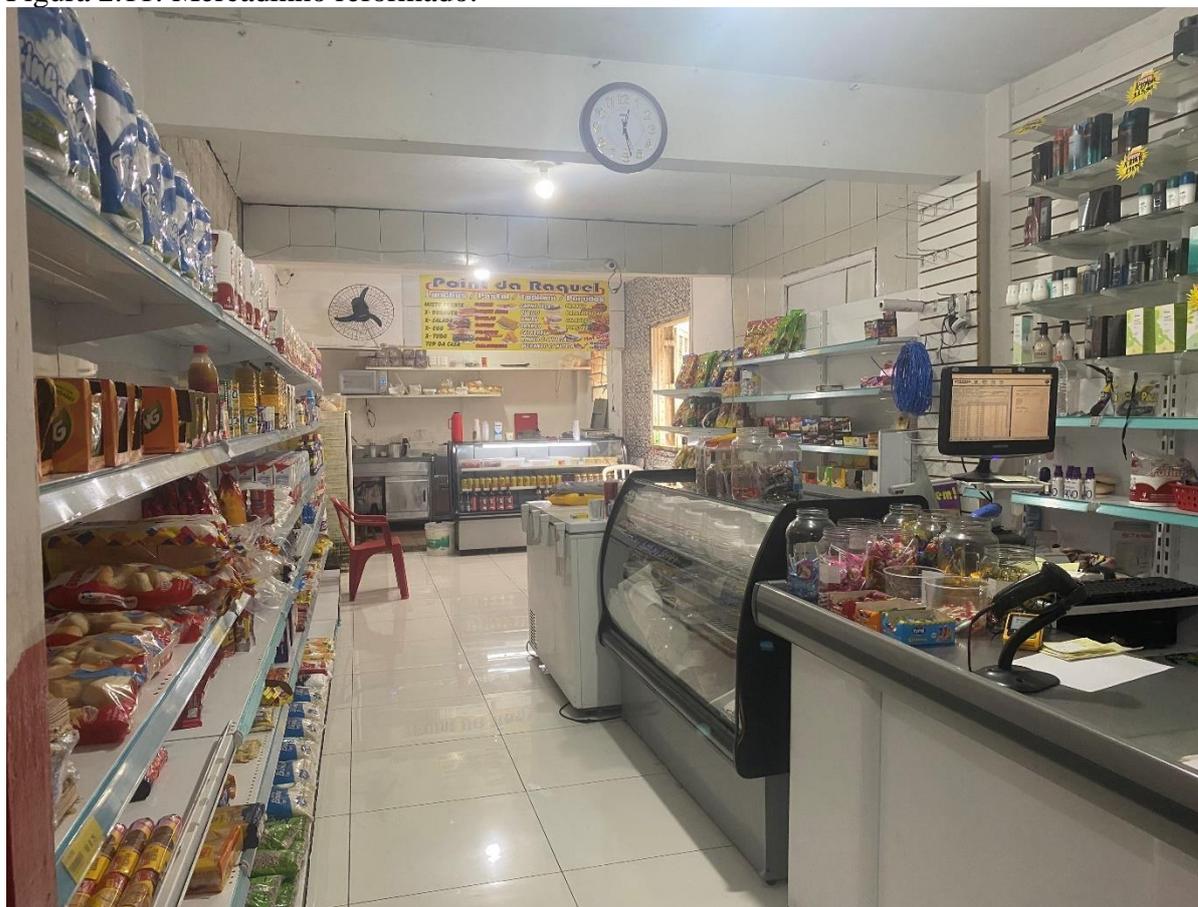
Por falar em comércio e mercado, dentro da ocupação, também existe um comércio local, onde a Júlia começou vendendo em seu próprio cômodo. Depois que ela conseguiu mais um espaço, aos poucos foi aumentando e expandindo até montar um mercadinho. Atualmente ela mora em outro andar, na ocupação, porque seu antigo cômodo virou este estabelecimento (Figura 2.10 e 2.11), que atende aos moradores do edifício.

Figura 2.10: Mercadinho de Júlia.



Fonte: Elaborada pela autora.

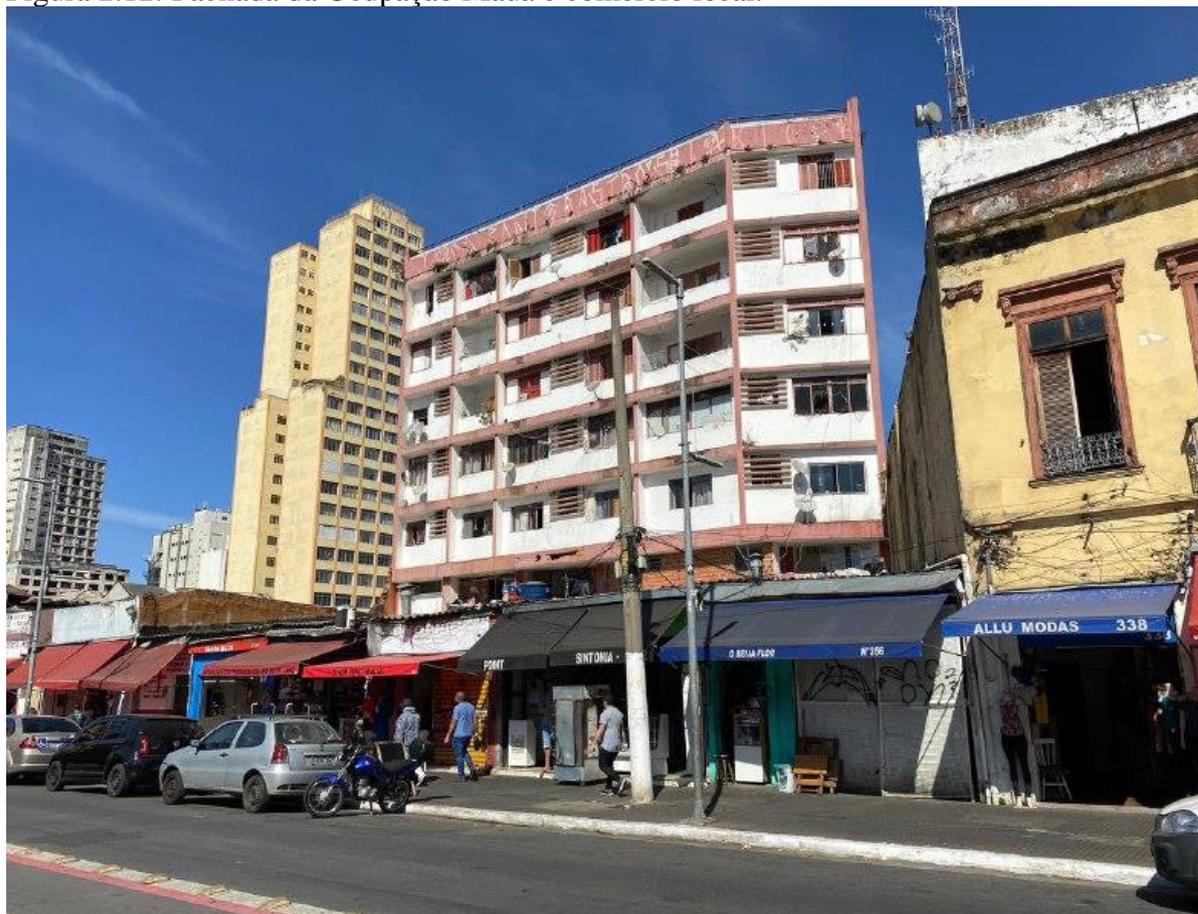
Figura 2.11: Mercadinho reformado.



Fonte: Elaborada pela autora.

Vale ressaltar que dentro da ocupação é o único comércio existente; já, na Rua Mauá, como citado anteriormente, existem demais lotes voltados para o comércio local, como ilustrado pela (Figura 2.12), onde é possível localizar o edifício ao fundo e o comércio na frente (térreo).

Figura 2.12: Fachada da Ocupação Mauá e comércio local.



Fonte: Elaborada pela autora.

Ou seja, essa mescla de áreas residenciais são caracterizadas pelos pavimentos superiores e o comércio no térreo, moldado pelos toldos que compõem a Rua Mauá em frente à Estação da Luz.

2.2 PERSONIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO

De acordo com Santos (2018, p.31), ao longo dos anos 1980, o antigo Hotel Santos Dumont entrou em decadência e, nos anos 1990, foi completamente abandonado. Esse abandono perdurou 20 anos e sem perspectiva de uma reforma para a reativação do imóvel – que já foi alugado para escritórios – o edifício passou a acumular lixo no local. Nesse contexto, o antigo Hotel Santos Dumont ganhou vida, quando foi ocupado **pela primeira vez em 2003**, onde as famílias permaneceram por 35 dias para uma ocupação rápida e se desfez.

2.2.1 Os herdeiros

De acordo com as entrevistas divulgadas pela Folha de São Paulo (2003), *Mário Lobo Sznifer*, neto do proprietário, morava com seu pai, no edifício, por um bom tempo, já que sua mãe vivia no Japão e suas irmãs na cidade de Atibaia, em São Paulo. Com isso, o edifício ficou muitos anos, servindo de moradia para os dois. Cada morava em um andar; ele no 2º e seu pai no 4º pavimento (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

O herdeiro ainda relata que foi seu avô foi quem inaugurou o edifício, em 1953, e mesmo com sua falência, em 1980, e passados tantos anos abandonado, não imaginaria que em 2003 o imóvel viria a ser ocupado. **A primeira ocupação** se deu de uma forma bem rápida e, de acordo com *Mário Lobo Sznifer*, existia interesse em uma possível negociação com os moradores sem-teto: “*vamos negociar para que eles consigam dinheiro para comprar da gente*”, afirmou o neto do proprietário (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Nesse sentido, os movimentos de moradia entraram em cena, alegando que o prédio já tinha uma dívida de mais de 20 anos sem o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPTU), já que o edifício não cumpria sua função social, e as dívidas referentes aos impostos estavam acumuladas (MMLJ, 2018).

Na segunda ocupação do edifício, em 26 de **março de 2007**, a justificativa continuou a mesma: ninguém estava morando no edifício e a propriedade não cumpria a sua função social. Além disso, existia uma quantidade de lixo, dentro do imóvel abandonado, segundo o relato das primeiras famílias que ocuparam o local. Dessa forma, as lideranças envolvidas nos movimentos de moradia se pronunciaram e justificaram a segunda ocupação – que se consolidou e existe até hoje.

Essa ocupação, especificamente, difere-se das outras da região central, pois ela “foi realizada e mantida, não por um, mas por três movimentos diferentes” (SANTOS, 2018, p.31). As diferentes organizações se uniram para ocupar o antigo hotel Santos Dumont. Dentre os movimentos filiados à **Frente de Luta por Moradia (FLM)** estão os três movimentos: o **Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)**, a **Associação Sem-Teto de São Paulo (ASTC- SP)** e o **Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**, que se dividiu no MSTC e no **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

Conforme citado por Santos (2018, p.31), os seis andares do prédio foram divididos entre os **três movimentos**, determinado um coordenador por andar e um coordenador geral para todo o conjunto, posição ocupada por Tânia, coordenadora do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

Depois de muitas tentativas de negociação, somente após a morte da avó de *Mário Lobo Sznifer*, os herdeiros e proprietários decidiram vender o imóvel. De acordo com a Folha de São Paulo (2003), o imóvel estava avaliado em R\$ 5 milhões de reais e esse acordo seria feito em parceria com a Prefeitura de São Paulo para Habitação de Interesse Social (HIS). Os moradores esperam até hoje por um financiamento que contemple a faixa econômica de zero a dois salários mínimos.

2.3 DOCUMENTOS DO EDIFÍCIO: DESARQUIVAMENTO

A seguir, serão mencionados todos os documentos e plantas disponibilizados pelo Sistema Municipal de Processos (SIMPROC) de São Paulo. Por esse órgão foi possível a solicitação do desarquivamento do processo do edifício, referente à pesquisa de plantas, alvarás e habite-se. Além disso, a certidão de Registro de Imóvel também fez parte dessa **pesquisa documental**, e os responsáveis pelo desarquivamento do processo foram o 5º e 8º Oficial Registro de Imóveis de São Paulo. Assim, foi possível **ordenar por ano**, os documentos do edifício que abordam sua construção e exemplifica sua **trajetória**.

O processo de desarquivamento teve início em 2018 para a verificação de algumas metragens dos cômodos do antigo Hotel Santos Dumont. Esse foi um estudo para compor meu Trabalho Final de Graduação (TFG), no qual me dediquei para propor tipologias de Habitação de Interesse Social (HIS) para a atual ocupação.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU.USP), passei a estudar as plantas originais do edifício, que foram as peças fundamentais para traçar essa trajetória. Em conformidade, continuei os estudos, **na trajetória e não apenas do edifício**, mas pela ótica das trajetórias de mulheres que residem na Ocupação Mauá e fizeram dessa experiência seus compartilhamentos de mundo. Já com relação aos documentos desarquivados, foi possível ter acesso a um material riquíssimo, pois essas plantas ainda não haviam sido divulgadas em estudos anteriores.

Portanto, o levantamento da **trajetória do edifício** foi realizado para a divulgação de suas plantas originais e documentos, em que passei a classificá-los por **ano/construção**. Por isso, entender o funcionamento do prédio, desde a sua construção até o processo de ocupação, trouxe uma **linha histórica** para entender a falência do hotel – caracterizada na pesquisa como

morte do edifício. Esse abandono chamou a atenção de pessoas que fazem parte de grupos organizados e lutam pela moradia na região central paulistana. Após a ocupação do edifício, ele voltou a ter vida e movimento na Rua Mauá.

Vale ressaltar que, frente aos contornos do vírus Sars-Cov-2, um caminho adicional a esta pesquisa foi o estudo do documentário *Ocupa Mauá* (2018). Assim, os procedimentos utilizados e os documentos coletados se deram por meio de uma digressão pessoal por fotografias. Além do mais, os materiais midiáticos e os documentos referentes à construção do edifício: comunique-se, memorial descritivo e laudo técnico de segurança serviram como complementação. Com isso, por esse estudo iconográfico como parte dos registros obtidos fez-se a trajetória do antigo Hotel Santos Dumont.

2.3.1 Estudo Iconográfico: Documentos do Edifício

De acordo com os documentos disponibilizados pelo Sistema Municipal de Processos (SIMPROC) de São Paulo, o início da construção do Hotel Santos Dumont é datado no ano de **1947**. Sabe-se que, na arquitetura, um edifício nasce antes mesmo de sua construção, onde no processo de esboço ele é desenhado e criado. Sua construção, de acordo com os documentos desarquivados, datam de **1947 a 1953**. Nesse intervalo de tempo, alguns documentos foram revisados para que o projeto fosse reajustado conforme a legislação do município.

Com isso, através do documento de *comunique-se*¹⁸, datado em **1948**, o engenheiro responsável pela obra indicou uma **modificação no projeto**: “*havendo a necessidade de executar o melhoramento aprovado, deve o requerente suprir as lojas projetadas na área a ser desapropriada*”, conforme a Figura (2.13):

¹⁸ É o aviso da Prefeitura sobre alguma documentação que falta, mas que precisa ser anexada para ajustar o projeto e atender a legislação da cidade.

Figura 2.13: Documento de comunique-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 45

de proc. n.º 92.941 de 1947. 29/12/47

[Circular stamp: URBI - TRADO HOJE - 29/12/47]

Arq. 2

Comunique-se:- Havendo necessidade de se executar o melhoramento aprovado, deve o requerente suprimir as lojas projetadas na area a ser desapropriada.

[Signature]
C. NORONHA
Dir. do Dept.º de Urbs
20/2/1948

PREFEITURA MUNICIPAL
RECEBIDO
31. DEZ. 1947
Arq. 2

ARQ 201
COMUNIQUE-SE
31/12/47
[Signature]
Heitor A. Firas Garcia
Eng.º Chefe de Divisão - Arq. 2

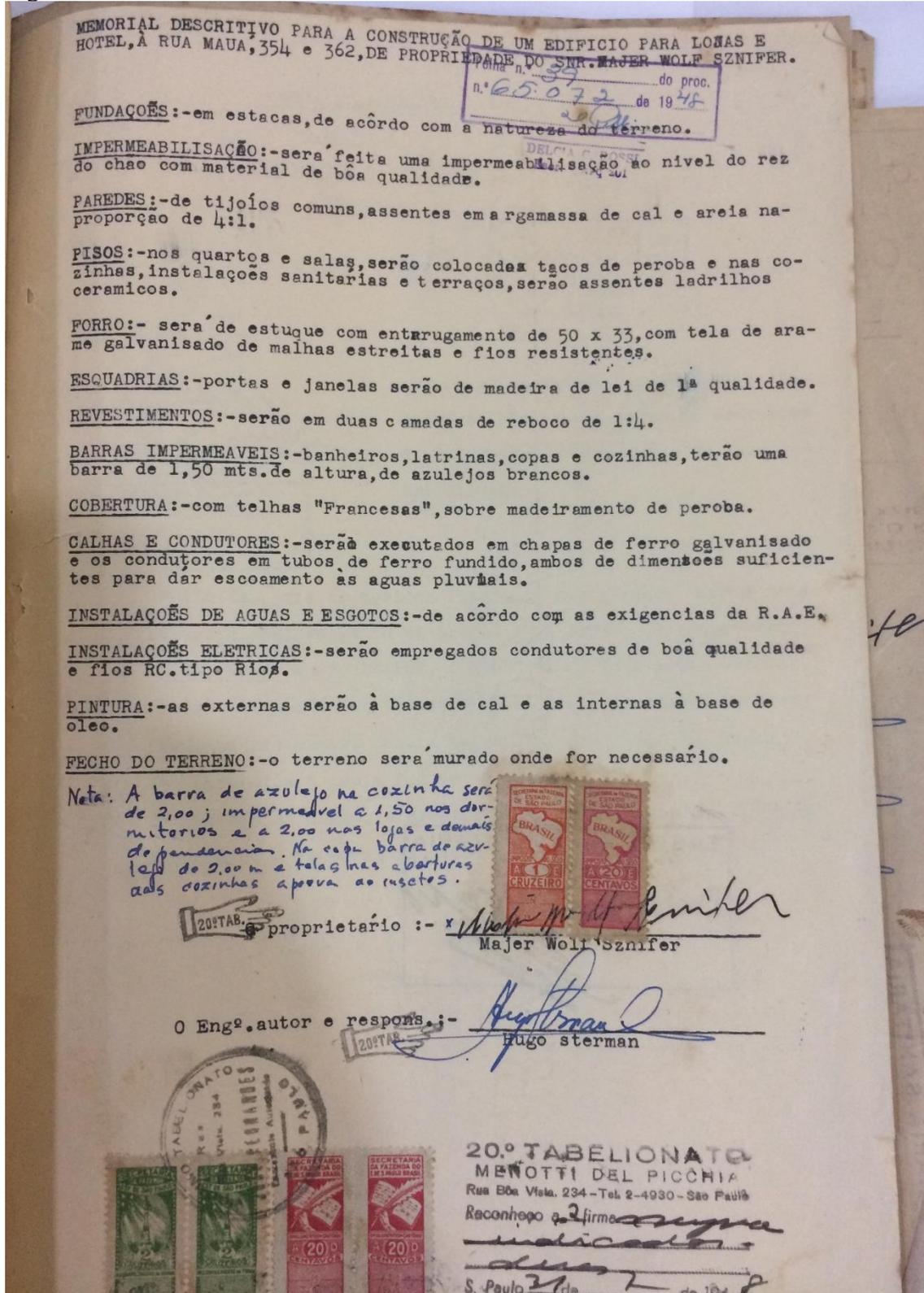
5 JAN 1948

PUBLICADO
D. E. M.
8/1/48
[Signature]

Fonte: SIMPROC (2018)

Para melhor entender as etapas de aprovação do projeto para a construção do Hotel Santos Dumont, durante os anos de **1947 e 1948**, o documento que contribuiu para ajustes e melhoramento do projeto não foi apenas o *comunique-se*, mas também o *memorial descritivo*. Por meio da (Figura 2.14), o memorial auxiliou no processo de especificações como: fundações, impermeabilização, paredes, piso, forro, esquadrias, revestimentos, barras impermeáveis, coberturas, calhas e condutores, instalação de água e esgoto, instalações elétricas e pinturas para a construção do hotel. Esses detalhamentos também foram documentados no ano de **1948**.

Figura 2.14: Memorial Descritivo.



Fonte: SIMPROC (2018)

Além do mais, o Alvará de Licença (Figura 2.15) foi emitido para que o proprietário Mayer Wolf Sznifer registrasse na Prefeitura do Município de São Paulo a demolição das casas para a construção do Hotel Santos Dumont com o documento: “terreno com casas a demolir” nos lotes de numeração de 342 a 352.

Figura 2.15: Alvará rubricada.

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

Folha de notas para alvará rubricada como folha N.º 55
do processo 65072 de 1948
319 | 1948 (a) *Sznifer*

Construção Aumento Reforma Revalidação Substituição Distrito	de <i>Hotel & lojas</i> à <i>Rua Mauá n.º 342/352</i> <i>S. Espirito</i> ZONA <i>Central</i>
PROPRIETÁRIO	<i>Mayer Wolf Sznifer</i>
CONSTRUTOR	-

ALINHAMENTO - *por uma paralela a 30 metros da fronteira na extensão de 15 metros em reta e depois obedecendo uma curva com raio de 16,60 (na extensão de 9,50) de acordo com a planta da folha n.º 33, que assim acompanhar o respectivo alvará.*

EXTENSÕES	Edifício	Pis. e port.	Muro-graúil	Cerca
NA <i>Rua Mauá - reta</i>	<i>1500</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
" <i>" Curva</i>	<i>950</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Soleira *sem grês.*

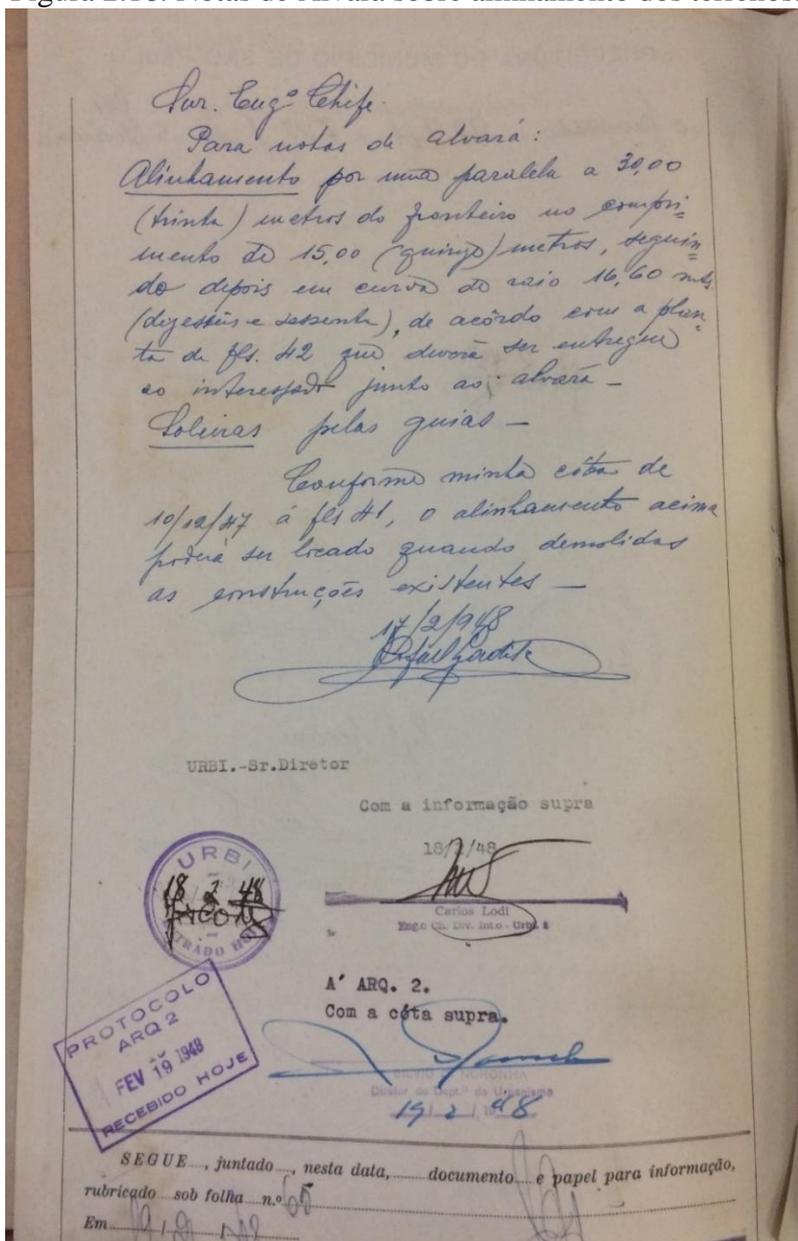
RUA Oficial *antes* *depois* da Lei 3427 - 1929
com plano aprovado
 Não oficial

OBSERVAÇÕES: *Terreno com casas a demolir*

Fonte: SIMPROC (2018)

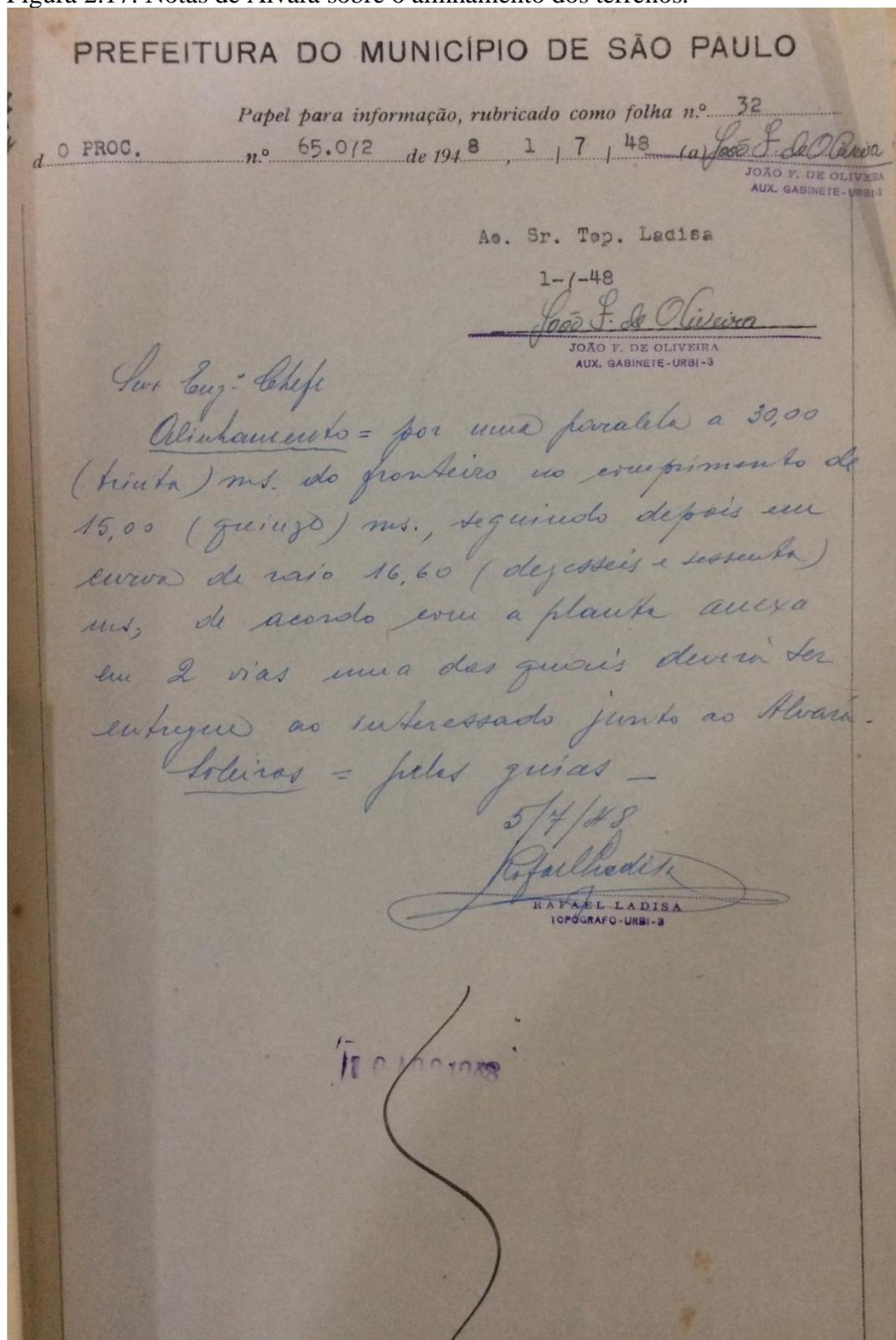
Conforme o documento acima, o Alvará de Licença (Figura 2.15) foi assinado pelo proprietário e nele está ressaltado que as casas estão localizadas no antigo bairro Santa Efigênia e atual bairro Bom Retiro, Zona Central, deveriam ser demolidas e melhor especificadas pela metragem do **terreno**. Dessa forma, faltaram ajustes referentes ao alinhamento e a metragem do edifício a ser construído, como relatado nas *Notas de Alvará de Licença* (Figuras 2.16 e 2.17) também datadas no ano de **1948**.

Figura 2.16: Notas de Alvará sobre alinhamento dos terrenos.



Fonte: SIMPROC (2018)

Figura 2.17: Notas de Alvará sobre o alinhamento dos terrenos.



Fonte: SIMPROC (2018)

Por conseguinte, as modificações foram alteradas, no ano de **1948**, e, com o andamento da documentação, houve a entrada do *Plano de Construção*, como ilustrado na (Figura 2.18) para o início da obra do Hotel Santos Dumont e suas lojas no lote ao lado do terreno. Nesse sentido, a obra teve como **engenheiro responsável** o *Hugo Sterman*. Assim começa a história do edifício, localizado na Rua Mauá de 354 a 362. Após a aprovação do *Plano de Construção* e também com o *Alvará de Licença* o hotel foi construído.

Figura 2.18: Aprovação do plano de construção.

SECRETARIA DE LICENCIAMENTO E ARQUIVO
14 JUN 1948 65072
DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO POLN-80
30
(MODELO N.º 80)
Pagou Cr\$
Licença N.º 98338
O Causa
Cód. Mod. 19. 2006
Cód. Prov. N.º

16 JUN 48
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

" MAYER WOLF SZNIFER, que também se assina MAJER WOLF SZNIFER, abaixo assinado, residente à Rua Piauí, 292, proprietário do imóvel situado à Rua Mauá, 354 a 362, desejando construir nesse local um edifício para hotel e lojas, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia. se digne mandar aprovar o plano de construção anexo e expedir o necessário Alvará de Licença, na forma da Lei.

Nestes termos
p. deferimento

Majer Wolf Sznifer

Endereço do proprietário:-
Rua Piauí, 292.

Endereço do engenheiro autor do projeto e responsável. Dr. Hugo Sterman
Rua Florencio de Abreu, 157-7º and. s/707.

Cartório do Tabelião MENOTTI
Reconheço a firma _____
São Paulo, 14 de Junho de 1948
Em test. _____

Fonte: SIMPROC (2018)

O Hotel Santos Dumont foi inaugurado em **1953** e passou a ser concorrência com os demais hotéis na Rua Mauá e quem o procurava para se hospedar encontrava nele um preço mais acessível. Essa informação foi obtida pelos estudos de classificação, já que os hotéis se encaixavam em categoria de *A até E*, sendo que o Hotel Santos Dumont caracterizado como *E*. Com o passar dos anos e conforme a atualização das normas, o hotel foi reformado para melhor atender a seus clientes, conforme os registros documentados.

Dessa forma, o memorial descritivo, mencionado anteriormente, no ano de **1948**, passou a ter modificações e foi melhor detalhado após a reforma do edifício em **1986**. Os ajustes referentes às reformas no edifício se deram *no forro, nas telhas das lojas e no alto do prédio, na laje de cobertura da casa de máquinas, revisão dos elevadores, reforma das janelas de madeira, da escada de emergência, corrimão, para-raios, instalações elétricas, projeto de proteção e combate ao incêndio, alarme geral, luz de emergência, sinalização, rotas de fuga, o desimpedimento da entrada principal e a reforma de quadros e circuitos elétricos* (Figuras 2.19 a 2.22).

Figura 2.19: Memorial descritivo da reforma do edifício.

MEMORIAL DESCRITIVO

18
05-011.926-86*93

PARTE CIVIL - OBRAS OU SERVIÇOS

1.1 - REFORMA DO FORRO, TELHAS, NAS LOJAS E ALTO DO PRÉDIO
O forro deverá ser repregado, substituindo-se placas eventualmente podres ou inóquidas.
As telhas de fibro cimento deverão ser repregadas e em alguns pontos substituídas, o telhado limpo e ordenado.

1.2 - LAJE DE COBERTURA DA CASA DE MÁQUINAS
A mesma apresenta rachaduras com infiltração de água.

1.3 - REVISÃO DOS ELEVADORES
Os elevadores deverão ser revisados por firma competente e credenciada junto ao CREA e Prefeitura, deverão ser revisados os sistemas elétricos adequando-os à NBR 5410.

1.4 - REFORMA DAS JANELAS DE MADEIRA
Deverão ser substituídas, recolocadas e revisadas em alguns andares.

1.5 - ESCADA DE EMERGÊNCIA
Deverão ser instaladas de acordo com projeto apresentado.

1.6 - CORRIMÃO
Deverão ser instalados corrimão nos lados direito e esquerdo das escadas em todos os andares.

1.7 - PARA-RAIOS
O sistema de Para-raios deverá ser reformado, fazendo-se testes de medição de seu aterramento.

1.8 - ENCLAUSURAMENTO DE ESCADAS

Fonte: SIMPROC (2018)

Figura 2.20: Memorial descritivo da reforma do edifício.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

2. - CENTRO DE MEDIÇÃO

2.1- DEVERÁ SER FEITA REVISÃO GERAL NO CENTRO DE MEDIÇÃO.

3.- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO GERAL

05-011.926-86*93

3.1- O quadro de distribuição geral, deverá ser substituído por outro de chapa metálica, com tampa do mesmo material, com ventilação.

3.2- Redimensionar a proteção dos circuitos, colocando-se proteção termo-magnética de acordo com a bitola dos circuitos e NBR 5410.

3.3- Redimensionar a distribuição das fiações e proteções dentro das mesmas, de acordo com NBR 5410.

3.4- Redimensionar as fiações que encontram-se com emendas perigosas, fora das normas de segurança e NBR 5410.

4. - CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO PRINCIPAL

4.1- Embutir todas as fiações que correm soltas em eletrodutos metálicos apropriados, de acordo com NBR 5410.

5.- QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO DIVISIONÁRIOS

5.1- Os quadros de distribuição divisionários, deverão ser substituídos por outros de chapa metálica, com tampa do mesmo material, com ventilação.

5.2- Redimensionar a proteção dos circuitos, colocando-se proteção termomagnética de acordo com a bitola dos circuitos e NBR 5410.

5.3- Redimensionar a distribuição das fiações e proteções dentro das mesmas, de acordo com NBR 5410.

5.4- Redimensionar as fiações que encontram-se com emendas perigosas fora das normas de Segurança e NBR 5410.

6.- CIRCUITOS DE DISTRIBUIÇÃO DIVISIONÁRIOS

6.1- Embutir todas as fiações que correm soltas em eletrodutos metálicos apropriados de acordo c/NBR 5410.

Figura 2.21: Memorial descritivo da reforma do edifício.

- As escadas deverão ser enclausuradas com porta corta-fogo P-100, com selo de conformidade da ABNT. *00*
- 05-011.926-86*93
- 1.9 - PROJETO DE PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO *00*
Deverá ser feito projeto para execução de redes de hidrantes, caixa de água p/reservatório de incêndio, bombas. Deverá ser colocado extintores de acordo com o projeto aprovado junto ao corpo de bombeiros. Após a execução das obras, deverá ser requerido visto final. ✓
- 1.10- BRIGADA PARA COMBATE E PREVENÇÃO À PRINCÍPIO DE INCÊNDIO
Deverá se treinar uma equipe para combate a incêndios por pessoal especializado, Engenheiro de Segurança ou pelo / pessoal do corpo de bombeiros. ✓
- 1.11- ALARME GERAL
Deverão ser instalados alarme geral com acionamento automático junto aos hidrantes. *de 2002/01*
- 1.12- LUZ DE EMERGÊNCIA
Deverão ser instaladas luz de emergência nas escadas, / Halls e corredores, com acionamento automático e sistema de recarregamento por baterias. *de 2002/01*
- 1.13 - SINALIZAÇÃO, ROTAS DE FUGA
Deverão ser instaladas placas com luminosidade própria, / indicando as saídas e rotas de fuga. *de 2002/01*
- 1.14- DESIMPEDIR ENTRADA PRINCIPAL
Deverá ser desmontada a loja de bolsas existente na entrada principal do edifício, pois a mesma deve estar sempre livre e desimpedida.
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
2. - CENTRO DE MEDIÇÃO

Figura 2.22: Memorial descritivo da reforma do edifício.

7.- QUADROS TERMINAIS

7.1- Os quadros terminais deverão ser substituídos por outros de chapa metálica com tampa do mesmo material, com ventilação de acordo c/ NBR 5410.

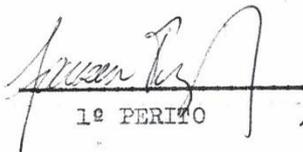
05-011.926-86*93

7.2- Redimensionar a proteção dos circuitos, colocando-se proteção termomagnética de acordo com a bitola dos circuitos e NBR 5410.

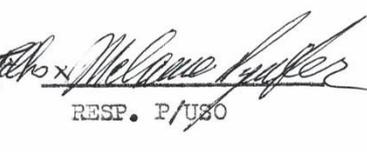
7.3- Redimensionar as fiações que encontram-se com emendas perigosas, fora das normas de segurança e NBR 5410.

8.- CIRCUITOS TERMINAIS

8.1- Embutir todas as fiações que correm soltas em eletrodutos apropriados, de acordo com NBR 5410.


1º PERITO


2º PERITO


RESP. P/USO

Além disso, este documento propõe a reforma da porta corta-fogo e o esclarecimento da escada conforme a ABNT 920/80 e ainda sobre as irregularidades na estrutura.

Figura 2.24: Documento sobre a especificação da reforma.

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO		Nº 05.011.926/86 93 ANA MARIA DA S. REGINALDO Exp. Central
COMUNIQUE-SE (AOS PERITOS)		Nº DO PROCESSO Nº DA ETIQUETA 05-011.926-86*93
1 DADOS DA EDIFICAÇÃO OBJETO DO LAUDO TÉCNICO		
NOME OU DENOMINAÇÃO MELARIA SENIFER E FILHOS		
TIPO LOGR.	NOME DO LOGRADOURO	Nº DO IMÓVEL
TRAV.	MAUÁ,	389
COMPLEMENTO DO Nº DO IMÓVEL		CEP
		CENTRO 01028
2 DADOS DO 1º PERITO		
NOME		Nº REGISTRO P.M.S.P.
JANSEN TREGIER		02645/D 1.12602-4
TIPO LOGR.	NOME DO LOGRADOURO	Nº DO IMÓVEL
TRAV.	HELIODORA,	117
COMPLEMENTO DO Nº DO IMÓVEL		CEP
		VILA BIANCA 02022
3 DADOS DO 2º PERITO		
NOME		Nº REGISTRO P.M.S.P.
CARLOS GILBERTO GONÇALVES FILHO		98808/D 11570-8 P.
TIPO LOGR.	NOME DO LOGRADOURO	Nº DO IMÓVEL
TRAV.	HELIODORA,	117
COMPLEMENTO DO Nº DO IMÓVEL		CEP
		VILA BIANCA 02022
4 EXIGÊNCIAS A SEREM ATENDIDAS OS PERITOS DEVEM:		
conforme mencionadas no L.T.S. 3 -Todas as propostas deverão constar em planta e memorial descritivo. Engº. Ricardo Mantesso/moe		
5 CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DESTES COMUNIQUE-SE		
DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 2º, PARAGR. 5º, LETRA "A", COMBINADO COM O ART. 7º, AMBOS DO DECRETO Nº 10.888/74, FICA V.S.A., NO PRAZO IMPROPRORRIGÁVEL DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIGIDOS, A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS FORMULADAS ATRAVÉS DO PRESENTE "COMUNIQUE-SE", REFERENTE AO PROCESSO ACIMA CITADO. O PRESENTE "COMUNIQUE-SE" É FEITO SOB PENA DE REPRESENTAÇÃO AO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA, SOLICITANDO A APLICAÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS E RELATIVAS AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE. O NÃO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE, POR PARTE DOS PERITOS, ACARRETARÁ O INDEFERIMENTO DA INICIAL E A NÃO EXPEDIÇÃO DO AUTO DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA, NOS TERMOS DO PARAGR. 1º DO ART. 4º DO DECR. Nº 17.216/81, BEM COMO A APLICAÇÃO DAS SEGUINTE PENALIDADES AO PROPRIETÁRIO: MULTA NO VALOR DE 1 (UMA) U.F.M., RENOVÁVEL A CADA 30 (TRINTA) DIAS ENQUANTO NÃO AFIXADO O AUTO DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA; EMISSÃO DO AUTO DE IRREGULARIDADE BEM COMO A APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO VIGENTE OU, SE FOR O CASO, INTERDIÇÃO DA EDIFICAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DOS ARTIGOS 2º, 8º, 9º, 11º, 12º E 13º DO DECRETO Nº 17.216 DE 09.03.81.		
6 IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		
ORGÃO EMISSOR	ASSINATURA E CARIMBO DO EMISSOR	DATA DA PUBLICAÇÃO NO D.O.M.
CONTRU - 1		26 NOV 1986
7 LOCAL PARA ATENDIMENTO		
SEHAB 024 - AV. SÃO JOÃO, 35 - LOJA 11 - DAS 9:00 ÀS 17:00 HS.		

Fonte: SIMPROC (2018)

Ou seja, esses documentos são registros que ressaltam o cuidado que se teve com a manutenção do edifício entre os anos de **1953 a 1986**.

Figura 2.25: Documento de prorrogação para a nova escada de emergência.

São Paulo, 26 de Dezembro de 1986.

31
05.011.926-86.93

ELISABETH H. S. DE OLIVEIRA
Chefe de Adm. Geral I
S P R

1
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ATENDIMENTO AO COMUNIQUE-SE AOS PERITOS

Processo nº 05.011.926-86*93

Pela presente solicitamos prorrogação de prazo para atendimento ao comunique-se de 27/11/86 emitido pelo CONTRU-I, haja vista que em nova vistoria verificou-se, em atendimento ao comunique-se, necessária a reavaliação técnica e viabilidade no que concerne a Escada de Emergência proposta, posto que o Edifício não possui situação, além da existente, para proporcionar utilidade a nova escada de emergência.

A presente prorrogação, calca-se, também, no fato de estar sendo providenciada a vistoria do Corpo de Bombeiros que deverá oferecer subsídios necessários.

Posto isto, espera pelo Dederimento.


Melania Szanifer

Fonte: SIMPROC (2018)

tais documentações atendem às normas de atualização desde o forro até as escadas de emergência e portas corta-fogo. A manutenção do edifício ocorreu, pela primeira vez, em **1986**, pelas modificações exigidas em sua primeira reforma após a inauguração. Assim, o Hotel Santos Dumont passou a se atualizar e atender o *Art. 19 do decreto 10.87874 da Prefeitura do Município de São Paulo* com plantas e documentos reajustados e atualizadas (Figuras 2.26 e 2.27).

Figura 2.26: Documento de reajuste.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação n.º *26*

n.º *05-011.926-86*93* em *29-10-86*

Oficial de Adm. Geral
SEHAB 2

Plantas I

Tendo em vista a inexistência de
acompanhamento (SE) processual
n.º (s) *0.500.8684.8688*
29-10-86

VERA LINDA GARCIA
Eng.ª de Arquitetura e Urbanismo
Rec. de Plantação - SEHAB

CON. 30/10/86
14.000.000

CONTRU II
Sr. Eng. Ricardo
Para analisar.

30/10/86
LAERCIO VEZZU FRANÇA
Eng.º Chefe Serviço Técnica
CONTRU - II

Plantas II
Sr. Eng. chefe

Propostas comunicadas e pedidos para:

1/ Esclarecer através de memorial descriptivo, plantas e cortes, os detalhes construtivos da escada de superfície proposta.

Fonte: SIMPROC (2018)

Figura 2.27: Documento de reajuste.

2) Esclarecer como serão realizados os fechamentos propostos no projeto para as janelas próximas à escada de emergência.

3) A escada de emergência proposta deve atender o art. 19º do decreto 10.878/74.

4) Propor solução para presença de abertura (janela) na escada onde há proposta de enclausuramento.

5) Localizar em planta o sistema de alarme proposto.

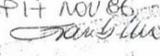
17/11/86


 RICARDO PRATESO JUNIOR
 Engenheiro Civil
 Centro - 11

CONTRATO 11
Sr Engº Ricardo

Solicito o obsequio de:

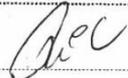
- 1- Rever e comunicar-se proposto.
- 2- Informar quando as obras podem ter seu início imediato face o disposto no item 1.2.5 da Portaria Intersecretarial ISO/61 SETHAB/SAR/SF/ISS.
- 3- Se o laudo técnico anteriormente apresentado sob processo de nº OS-00B.684-66*88 pode ser arquivado.

SP 17 NOV 86


Juntado....., nesta data..... documento..... e folha de informação.

rubricado..... sob nº 27

Em..... 20.11.86

(a) 

Fonte: SIMPROC (2018)

Em suma, após o desarquivamento desses documentos, tem-se, resumidamente, (Figuras 2.28 e 2.29) os registros levantados por ano, com início da documentação, inauguração do hotel (vida), sua falência (morte) até as ocupações no edifício:

Figura 2.28: Linha do tempo sobre o edifício.



Fonte: Elaborada pela autora.

Além dos registros referentes à trajetória do hotel, o acesso às plantas originou um estudo iconográfico (Figura 2.29) e, paralelamente a isso, foi realizado um ensaio fotográfico do edifício – que será apresentado mais adiante.

Figura 2.29: O edifício.

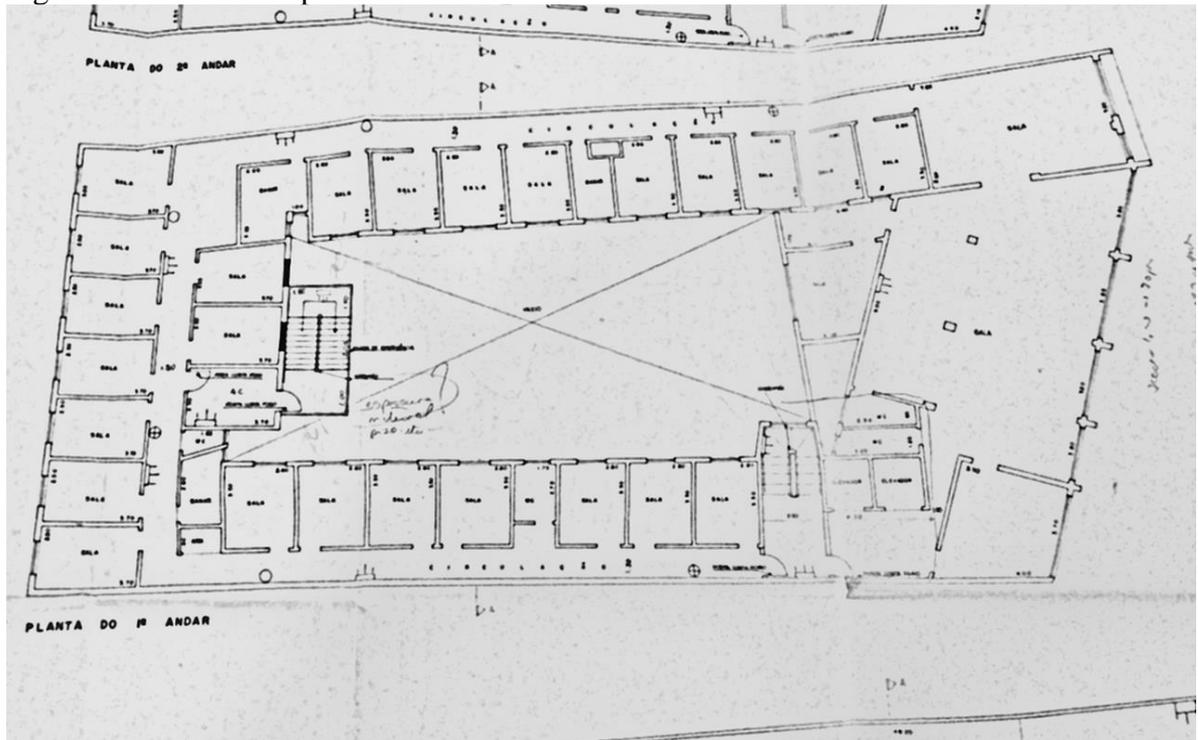


Fonte: Elaborada pela autora.

2.3.2 Estudo Iconográfico de Plantas

A partir do estudo iconográfico de documentos estão as plantas do térreo, primeiro e segundo andar e ainda os cortes, representando a fachada do edifício. Assim, por meio desse estudo, as plantas representadas pelas (Figuras 2.30 e 2.31) reforçam o desenho arquitetônico do Hotel Santos Dumont que ganhou formato.

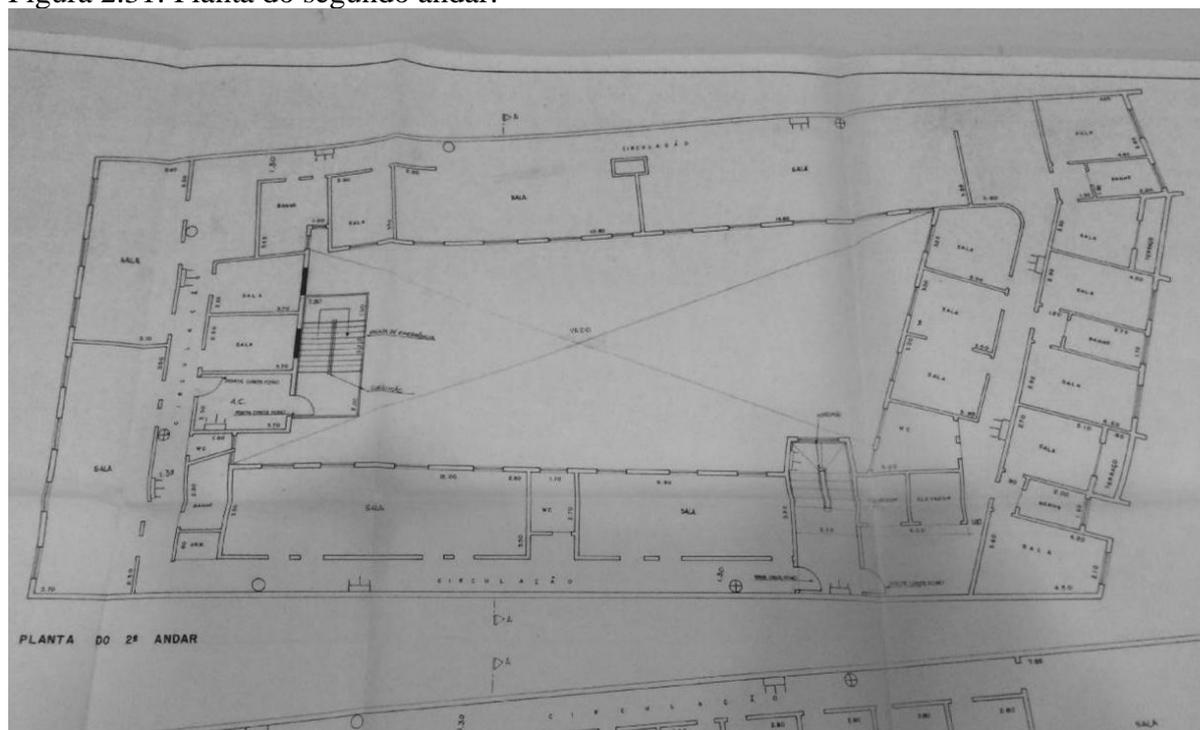
Figura 2.30: Planta do primeiro andar.



Fonte: SIMPROC (2018)

Destaca-se o edifício com seu pátio central, lembrando seu formato de “U” com uma cobertura vazada.

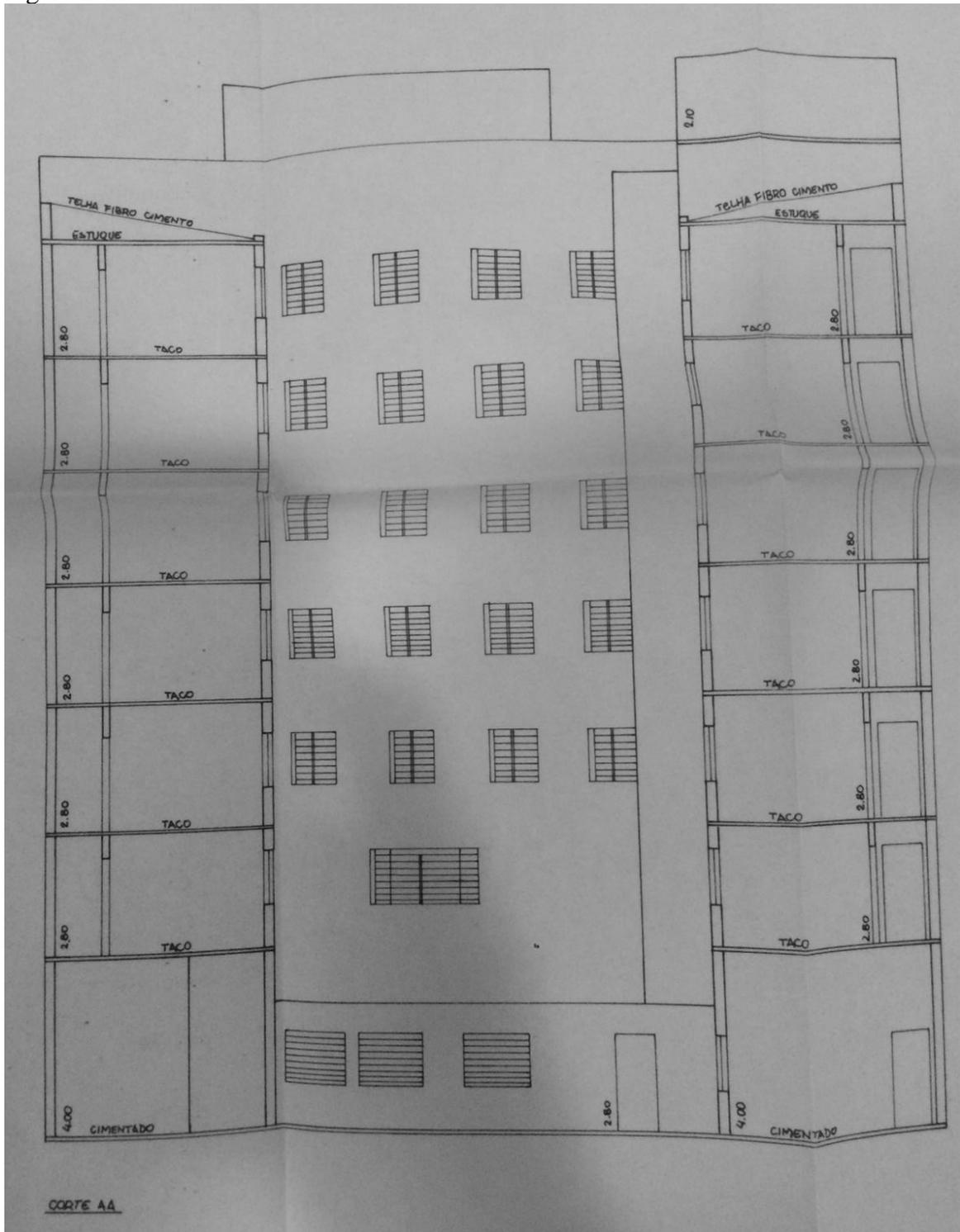
Figura 2.31: Planta do segundo andar.



Fonte: SIMPROC (2018)

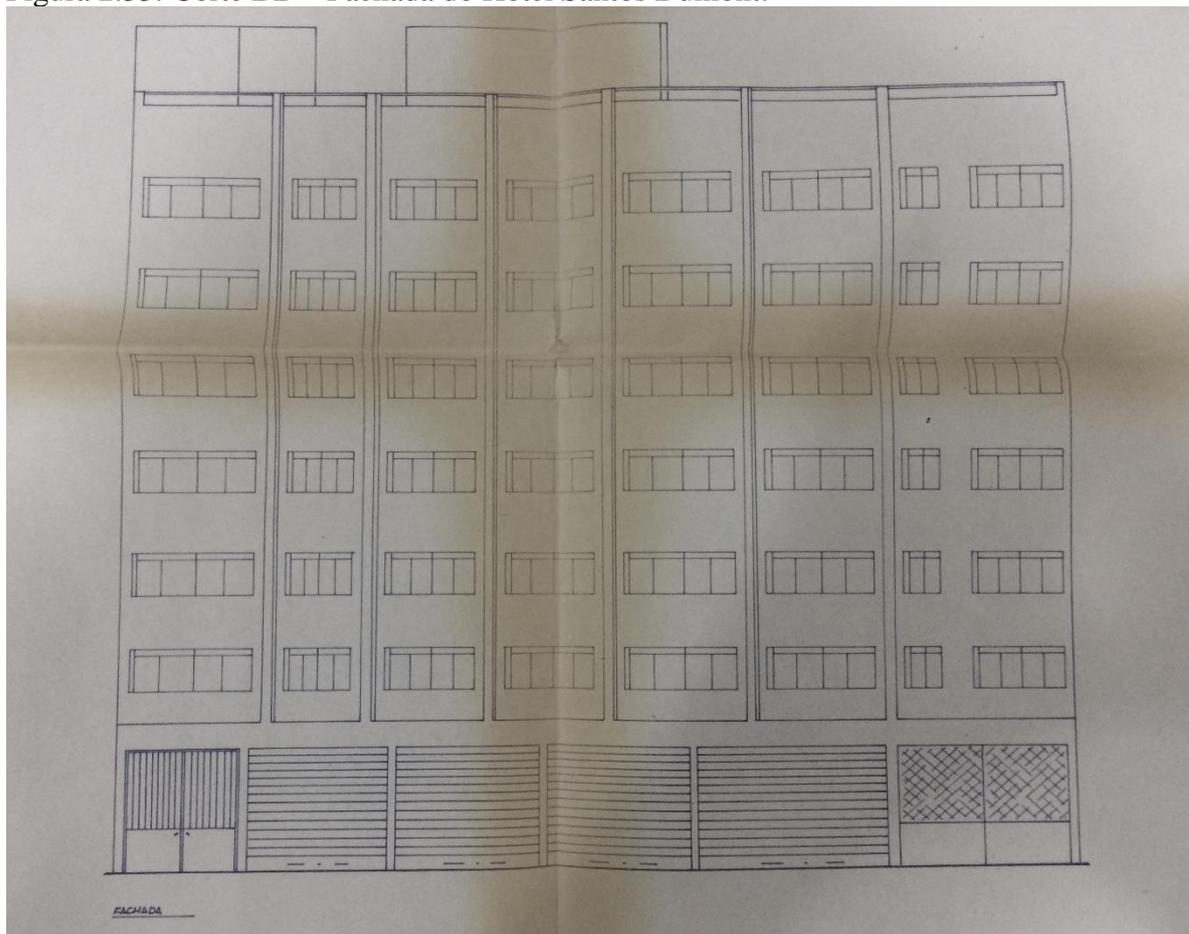
Pelas plantas podemos compreender as dimensões das tipologias habitacionais, formadas por quartos individuais de **9,80m²**, **10,36m²** e ainda de **13,69m²** com banheiros compartilhados. Já no segundo andar (Figura 2.31), caracterizado pelas tipologias que variavam com dimensões de **10,50m²** chegando a **34, 30 m²** (**sala de reunião, biblioteca e antigo salão de capoeira**). Esses espaços foram pensados para um descanso temporário, cumprindo a funcionalidade de um hotel e não para moradias permanentes. Nesse sentido, o terreno, com casas a demolir, deu espaço a uma nova torre com seis andares, totalizando 30 quartos por andar e representado pelos cortes nas (Figuras 2.32 e 2.33).

Figura 2.32: Corte AA.



Fonte: SIMPROC (2018)

Figura 2.33: Corte BB – Fachada do Hotel Santos Dumont.



Fonte: SIMPROC (2018)

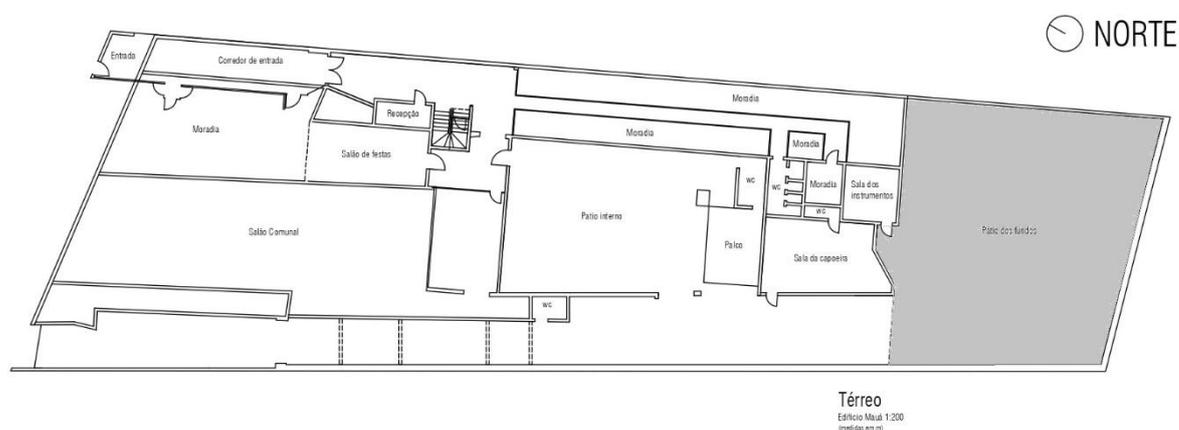
Além das plantas, por meio do acesso à certidão de transcrição do imóvel, ficaram registrados, em outras palavras, que os terrenos utilizados para a construção do antigo Hotel Santos Dumont e suas lojinhas *não foram propriedades usadas como garantia para o pagamento de uma dívida*, como também existe uma documentação sobre a construção de uma hipoteca¹⁹, nem mesmo existe medida judicial preventiva (arresto), como citado:

¹⁹ A hipoteca é um direito real de garantia constituído em benefício do credor, em que se lhe assegura o recebimento de seu crédito com privilégios, sendo um deles a preferência. Sendo assim tem como finalidade a hipoteca garantir o pagamento de uma dívida que, se não for paga, autoriza que seja alienado o bem com hipoteca em Leilão judicial para pagar a dívida. <https://pelagali.jusbrasil.com.br/artigos/577098576/a-hipoteca-no-direito-civil>.

Não consta que **Mayer Wolf Sznifer** tenha, por qualquer **título alienado** o imóvel relatado nesta certidão; bem como **não consta** que ele tenha **construído hipoteca** de qualquer espécie sobre dito imóvel; **não constando** também **transcrições de arrestos**, sequestros, **penhoras**, citações em ações reais ou pessoais reipersecutórias ou de outro ônus real, em **que o mesmo figure como devedor** e grave o citado imóvel. (JACOMINO, 2021, grifo nosso).

Isto é, o edifício nasceu para atender à necessidade em hospedar as pessoas que passavam pela região da Estação da Luz. Como levantado por documentos, o lote com casinhas a demolir deu lugar a uma torre de seis andares e, após a inauguração do hotel, sua organização tipológica contou com um número de 30 quartos por andar, totalizando 180 unidades. Dessa forma, o desenho arquitetônico do térreo expressa, desde o hall de entrada, passando pelo pátio central até chegar ao quintal do edifício, existe uma Vila dentro da Ocupação Mauá – identificada na (Figura 2.34):

Figura 2.34: Croqui do térreo e destaque na Vila da Ocupação Mauá.



Fonte: Modificado de FUKASAWA *et al* (2012, p.173)

Essa Vila foi construída no quintal do edifício. É bem interessante como as casinhas foram moldadas para abrigar os moradores; afinal, a ocupação abriga 237 famílias distribuídas no terreno. Dessa forma, as famílias que moram na Vila pertencem ao **Movimento de Moradia da Região do Centro (MMRC)**, desde 2018, ano de sua construção. Quando cheguei à Vila, a fiação estava com fios enrolados pelo madeiramento do telhado, já o piso contava com uma tábua improvisada.

Por conseguinte, a construção foi finalizada e, algumas reformas aconteceram. Ao acompanhar essas mudanças, percebi que o **Movimento de Moradia da Região do Centro**

(MMRC) buscou alternativas para melhorar a ocupação, uma delas foi a construção dessas casinhas no quintal do edifício. Dentre as modificações realizadas, entre 2018 a 2022, estão: o reparo na tubulação dos canos, reboco das paredes e do piso, reforma nas pias dos banheiros e construção de uma área de passagem em cimento, como representado nas (Figuras 2.35 e 2.36)

Figura 2.35: Construção das casinhas no quintal da ocupação.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

A construção das casinhas apenas com chapisco nas paredes e os entulhos da construção.

Figura 2.36: Vista das casinhas.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Já a (Figura 2.37) caracteriza a construção de um caminho, feito para amenizar as poças de água quando chove.

Figura 2.37: Vista interna do cômodo.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Além disso, a Figura 2.38 retrata a dimensão de um cômodo e a Figura 2.39 ilustra as tábuas no chão que foram improvisadas.

Figura 2.38: Vista interna do cômodo.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Pela Figura 2.39, é possível ter uma visão do quintal, que era uma área inutilizada na ocupação. Por meio do Google Earth (2022) observa-se que no local existia um gramado e, conforme a necessidade de mais moradias, essas casas foram construídas.

Figura 2.39: Vista do quintal do edifício para as casinhas.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Percebem-se espaços pequenos e separados por paredes de alvenaria. Existe uma área para secar roupas, uma lavanderia (Figura 2.40) e dois banheiros, compartilhados.

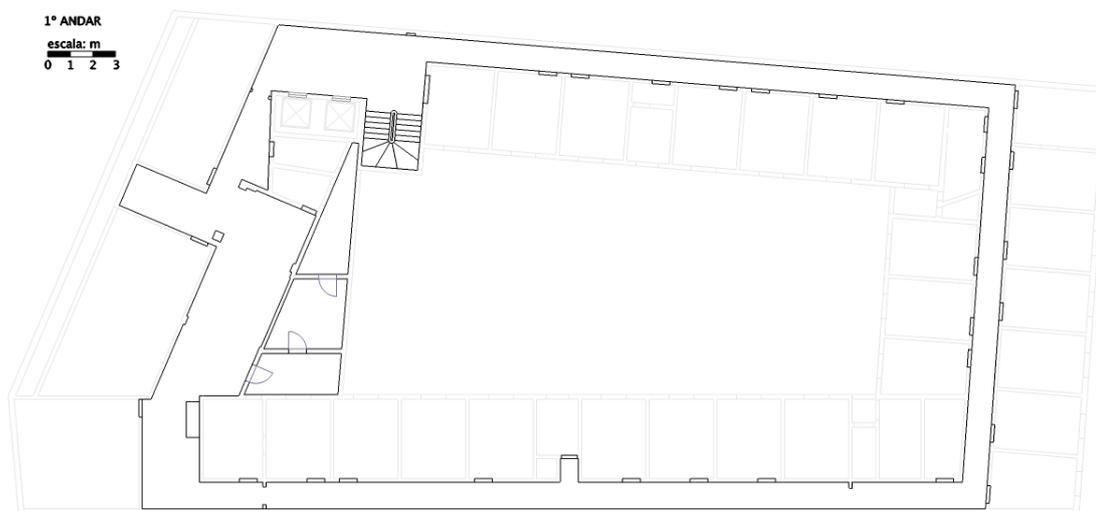
Figura 2.40: Lavanderia da vila.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Além do mais, esse trabalho iconográfico foi complementado pelo desenho arquitetônico do edifício através das plantas nas (Figuras 2.41 a 2.47):

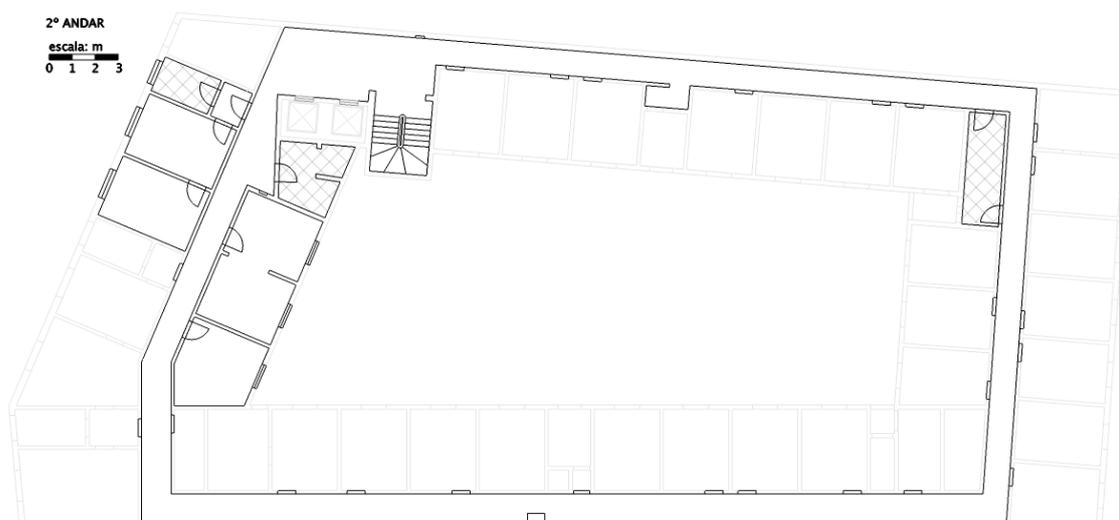
Figura 2.41: Planta do primeiro andar.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p.230)

O estudo das tipologias identifica que o hotel data uma construção dos anos 50, com uma configuração mais antiga, e ainda não existiam banheiros dentro dos quartos, por isso, o desenho (Figura 2.42) retrata um banheiro compartilhado.

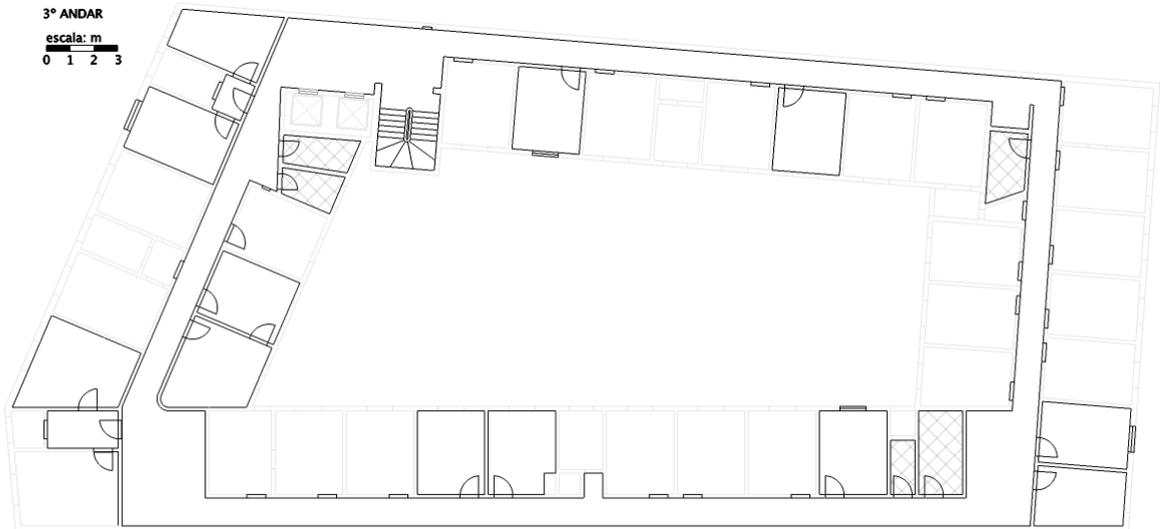
Figura 2.42: Planta do segundo andar.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p.231)

Já nas Figuras 2.43 e 2.44, é possível perceber de dois a três banheiros por andar.

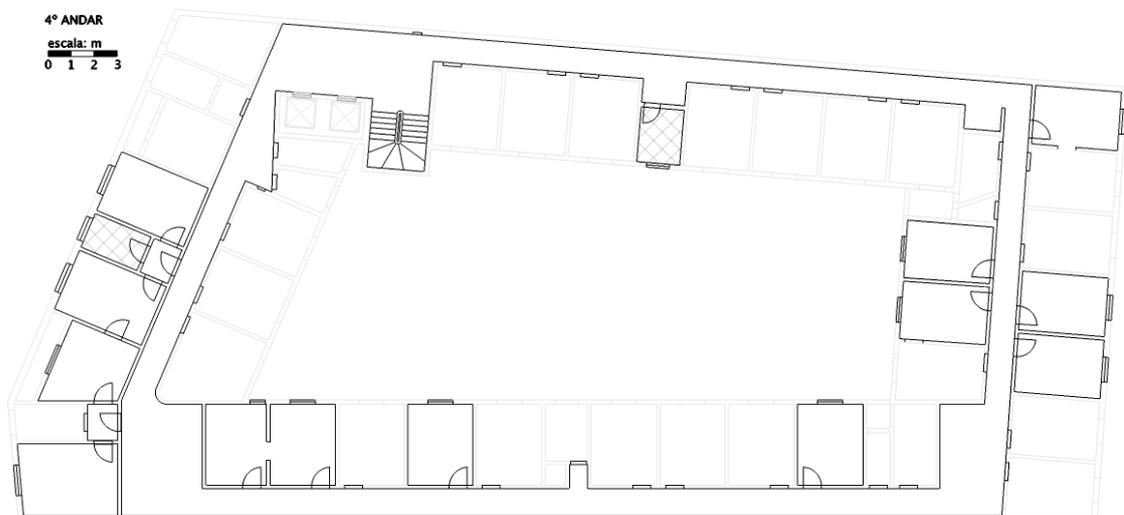
Figura 2.43: Planta do terceiro andar.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p. 232)

Esses banheiros com dimensões **1,70m x 2,70m** são compartilhados com os 30 quartos.

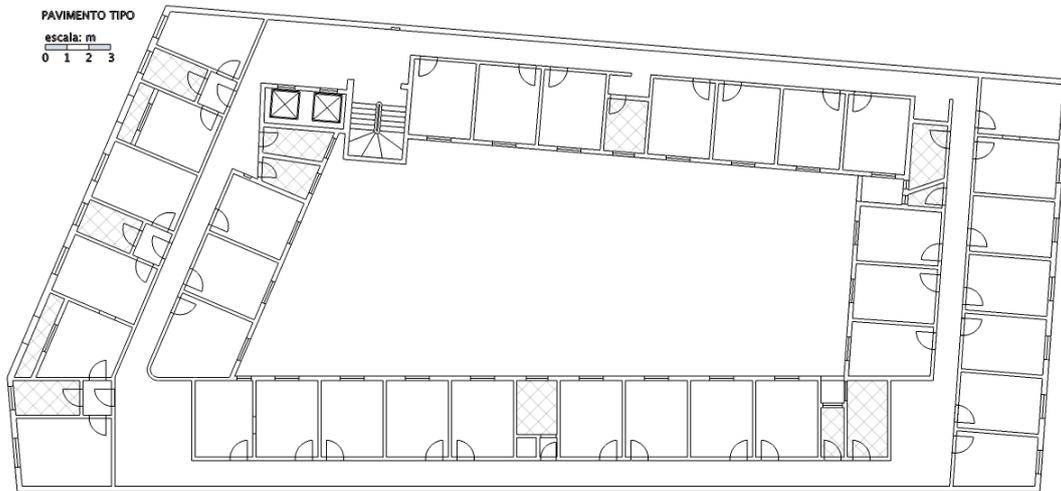
Figura 2.44: Planta do quarto andar.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p.233)

Além disso, para melhor exemplificar, as tipologias variavam suas medidas entre: **(2,80m x 3,50m)**; **(2,80m x 3,70m)**; **(3,70m x 3,70m)** e **(3,00m x 3,50m)** como a Figura 2.45 que faz referência o pavimento tipo:

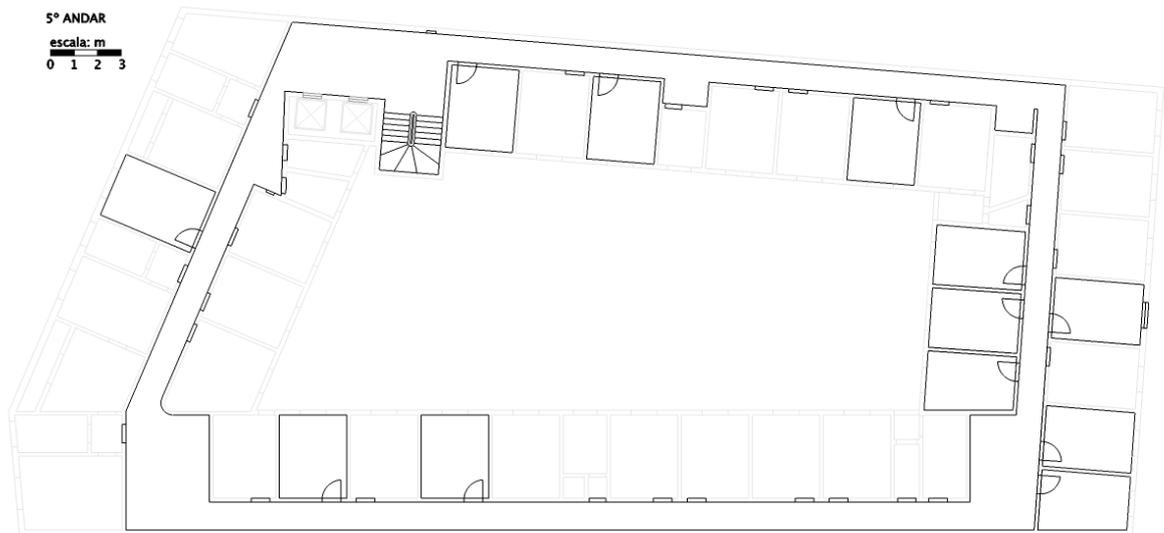
Figura 2.45: Pavimento tipo.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012)

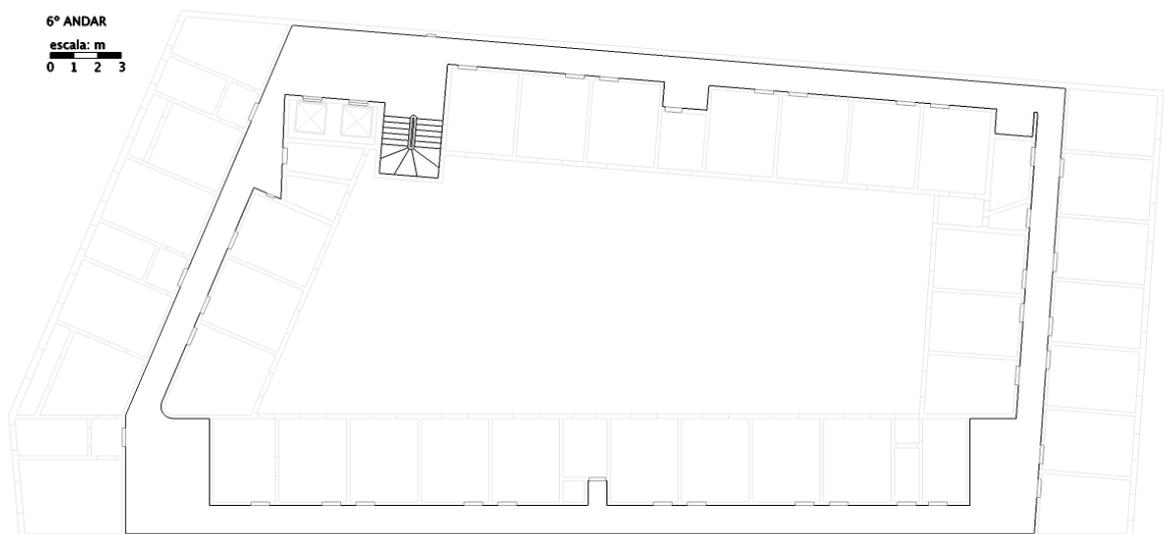
A maioria dos quartos são pequenos, mas ainda existem alguns um pouco maiores com: **(5,15m x 9,40m)** e **(3,50m x 9,80m)** como nas Figuras 2.46 e 2.47:

Figura 2.46: Planta do quinto andar.



Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p.234)

Figura 2.47: Planta do sexto andar.



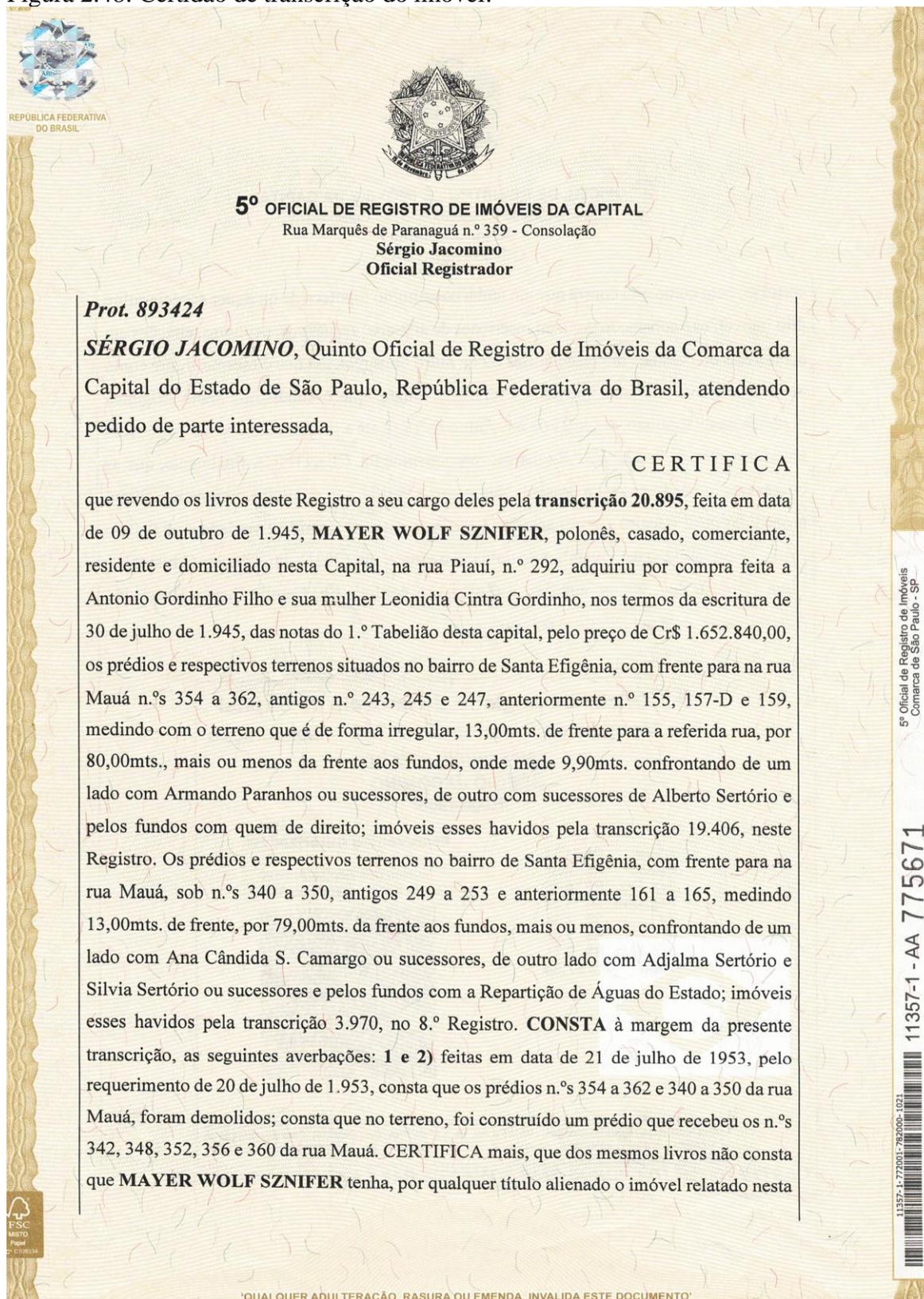
Fonte: FUKASAWA *et al* (2012, p.235)

Assim, para melhor explicar as plantas, importa conferir as medidas e exigências modificadas ao longo dos anos, antes mesmo da morte do edifício e a falência do hotel, houve o levantamento de documentações referentes à **certidão de transcrição do imóvel**, comprovando que *Mayer Wolf Sziner adquiriu o imóvel por compra* feita a *Antônio Gordinho Filho* e sua mulher *Leonidia Cintra Gordinho*, nos termos da escritura de 30 de julho de **1945**.

De acordo com o documento, o terreno foi registrado como **Rua Mauá, 354**, e o lote adquirido pelo preço de Cr\$1.652.840,00 cruzeiros. Os prédios e respectivos terrenos, situados no bairro de Santa Efigênia, frente para a Rua Mauá, n.º 354 a 362, antigos n.º 243, 245 e 247, anteriormente n.º 155, 157-D e 159, medindo com o terreno, de forma irregular, **13m de frente para a referida rua por 80m**, mais ou menos da frente aos fundos 9,90m (JACOMINO, 2021).

Conforme a **certidão de transcrição do imóvel** (Figura 2.48 e 2.49), registrada no ano de **1942**, onde há registros de que em data de 21 de julho de **1953**, pelo requerimento de 20 de julho de 1953, os prédios *n.º 354 a 362 e 340 a 350 da Rua Mauá*, foram demolidos e **no terreno foi construído um prédio** que recebeu os *n.º 342, 348, 356 e 360 da Rua Mauá*.

Figura 2.48: Certidão de transcrição do imóvel.



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Rua Marquês de Paranaguá n.º 359 - Consolação
Sérgio Jacomino
Oficial Registrador

Prot. 893424

SÉRGIO JACOMINO, Quinto Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, atendendo pedido de parte interessada,

CERTIFICA

que revendo os livros deste Registro a seu cargo deles pela **transcrição 20.895**, feita em data de 09 de outubro de 1.945, **MAYER WOLF SZNIFER**, polonês, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, na rua Piauí, n.º 292, adquiriu por compra feita a Antonio Gordinho Filho e sua mulher Leonidia Cintra Gordinho, nos termos da escritura de 30 de julho de 1.945, das notas do 1.º Tabelião desta capital, pelo preço de Cr\$ 1.652.840,00, os prédios e respectivos terrenos situados no bairro de Santa Efigênia, com frente para na rua Mauá n.ºs 354 a 362, antigos n.º 243, 245 e 247, anteriormente n.º 155, 157-D e 159, medindo com o terreno que é de forma irregular, 13,00mts. de frente para a referida rua, por 80,00mts., mais ou menos da frente aos fundos, onde mede 9,90mts. confrontando de um lado com Armando Paranhos ou sucessores, de outro com sucessores de Alberto Sertório e pelos fundos com quem de direito; imóveis esses havidos pela transcrição 19.406, neste Registro. Os prédios e respectivos terrenos no bairro de Santa Efigênia, com frente para na rua Mauá, sob n.ºs 340 a 350, antigos 249 a 253 e anteriormente 161 a 165, medindo 13,00mts. de frente, por 79,00mts. da frente aos fundos, mais ou menos, confrontando de um lado com Ana Cândida S. Camargo ou sucessores, de outro lado com Adjalma Sertório e Silvia Sertório ou sucessores e pelos fundos com a Repartição de Águas do Estado; imóveis esses havidos pela transcrição 3.970, no 8.º Registro. **CONSTA** à margem da presente transcrição, as seguintes averbações: **1 e 2)** feitas em data de 21 de julho de 1953, pelo requerimento de 20 de julho de 1.953, consta que os prédios n.ºs 354 a 362 e 340 a 350 da rua Mauá, foram demolidos; consta que no terreno, foi construído um prédio que recebeu os n.ºs 342, 348, 352, 356 e 360 da rua Mauá. **CERTIFICA** mais, que dos mesmos livros não consta que **MAYER WOLF SZNIFER** tenha, por qualquer título alienado o imóvel relatado nesta

5º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São Paulo - SP

11357-1 - AA 775671

11357-1-775671-762606-1021

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

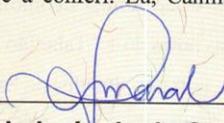
Fonte: JACOMINO (2021)

Figura 2.49: Certidão de transcrição do imóvel.



5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL
Rua Marquês de Paranaguá n.º 359 - Consolação
Sérgio Jacomino
Oficial Registrador

certidão; bem como não consta que ele tenha constituído hipoteca de qualquer espécie sobre dito imóvel; não constando também inscrições de arrestos, sequestros, penhoras, citações em ações reais ou pessoais reipersecutórias ou de outro ônus real, em que o mesmo figure como devedor e grave o citado imóvel. CERTIFICA ainda, que o subdistrito Santa Efigênia, pertence a este Registro, desde 21 de novembro de 1942 até a presente data, tendo pertencido anteriormente aos 8.º, 2.º e 3.º Registros, respectivamente. CERTIFICA finalmente, que as buscas nos indicadores real e pessoal, bem como a verificação de títulos prenotados, foram procedidas até o terceiro dia útil anterior a presente data. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, dezesseis (16) de novembro de dois mil e vinte e um (2021). Eu, Charles Crhistopher Lima Cardoso dos Santos, auxiliar, a digitei e a conferi. Eu, Camila Soares Garcia do Amaral, escrevente autorizada, a subscrevo,



5.º Oficial de Registro de Imóveis da Capital
Rua Marquês de Paranaguá n.º 359 – Consolação
www.quinto.com.br
SÉRGIO JACOMINO
Registrador

Oficial	R\$ 34,73
Estado	R\$ 9,87
Sec. Faz.	R\$ 6,76
Reg. Civil.	R\$ 1,83
TJ	R\$ 2,38
M.P.	R\$ 1,67
Imp. Mun.	R\$ 0,71
Total	R\$ 57,95

Escreventes Autorizados:
Mônica dos Santos Amaral
Camila Soares Garcia do Amaral



*A pesquisa não abrange a ocorrência de indisponibilidade de bens relativa a pessoas sem indicação de CPF/CNPJ nos registros de origem (Art. 13 e Art. 14, § 3º do Prov. CNJ 39/2014). Para a realização de qualquer negócio imobiliário consulte a Central Nacional de Indisponibilidades de Bens. www.indisponibilidade.org.br

CERTIDÃO VÁLIDA POR 30 DIAS SOMENTE PARA EFEITOS NOTARIAIS

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Fonte: JACOMINO (2021)

Mais precisamente, sobre o histórico dos **antecessores do terreno**, antes da realização de compra por *Mayer Wolf Sziner*, o documento de certidão do imóvel (Figura 2.50) evidencia que os prédios com frente para a Rua Mauá, sob nº 340 a 350, antigos 249 a 253 e anteriormente 161 a 165 possui uma dimensão de terreno que mede 13m de frente para a referida via pública por 79m da frente aos fundos, mais ou menos confrontando de um lado com *Dona Ana Cândida S. Camargo* ou sucessores e do outro lado com *Adjalma Sertório* e *Silvia Sertório* ou sucessores.

Assim, o adquirente do terreno foi *Antônio Gordinho Filho*, brasileiro, proprietário, casado com *Leonidia Cintra Gordinho*, residente e domiciliado em São Paulo, na Rua Bela Cintra, 24. Os transmitentes foram *Dr. Armando Crissiúma Paranhos* e sua mulher *Teolinda de Araújo Jorge Paranhos*, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro, na Av. Atlântica nº 1076, conforme descrito na Figura 2.44:

Figura 2.50: Certidão do imóvel.



OITAVO
Oficial de Registro de Imóveis
Joelcio Escobar

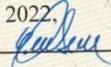
Rua Bento Freitas, 256 - República - CEP 01220-000 - São Paulo - SP
fone: 3291-8080 - fax: 3291-8089 - www.oitavo.com.br

Página nº 1
Certidão na última página

Pedido nº 1.583.934

Certifico a pedido verbal de parte interessada que, revendo os livros deste Registro, deles consta: **Conforme transcrição feita sob Número de Ordem: 3070, 3.D. De: 30/10/1942.**

IMÓVEL: Situação: 8º Subdistrito - Santa Efigênia, 5ª zona. **Denominação:** Rua Mauá, nº 340 a 350, antigos 249 a 253 e anteriormente nº 161 a 165. **Característicos e confrontações:** Os prédios com frente para a Rua Mauá, sob nº 340 a 350, antigos 249 a 253 e anteriormente 161 a 165, e seu respectivo terreno que mede 13,00m de frente para a referida via pública, por 79,00m da frente aos fundos, mais ou menos, confrontando de um lado com Dona Ana Cândida S. Camargo ou sucessores, de outro lado com Adjalma Sertório e Silvia Sertório ou sucessores, e pelos fundos com a Repartição de Águas do Estado. **TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:** 10.062 do 2º Oficial de Registro de Imóveis. **ADQUIRENTE:** ANTÔNIO GORDINHO FILHO, brasileiro, proprietário, casado, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Bela Cintra 24. **TRANSMITENTES:** Dr. ARMANDO CRISSIUMA PARANHOS, que também assina ARMANDO C. CRISSIUMA, e sua mulher TEOLINDA DE ARAÚJO JORGE PARANHOS, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro, à Av. Atlântica 1076. **TÍTULOS:** Venda e Compra. **FORMA DO TÍTULO:** Escritura de 15 de outubro de 1942, de notas do 11º Tabelião desta Capital, Ignácio U. da Veiga, interino. **VALOR:** 300:000\$000. **CONDIÇÕES:** Não há. **AVERBAÇÕES:** Não há. **CERTIFICO MAIS** que, dos mesmos livros não consta que ANTÔNIO GORDINHO FILHO, tenha por qualquer forma transmitido, prometido vender ou, por qualquer outro modo, onerado o imóvel retro descrito. **CERTIFICO** que, além de eventuais ônus reais e alienações citados, nada mais consta desta transcrição reproduzida em ficha. **CERTIFICO**, finalmente, que o **Distrito de Santa Efigênia** pertenceu a este Registro no período de 15/05/39 a 20/11/42, **PASSANDO A PERTENCER AO 5º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DESTA CAPITAL, NO QUAL DEVERÁ SER COMPLEMENTADA ESTA CERTIDÃO**, tendo pertencido anteriormente ao 2º Oficial de Registro de Imóveis desta Comarca. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 06 de julho de 2022, 15:58:47h. O Escrevente Autorizado que a subscreve:



Pesquisado, digitado e conferido por Naiara Lira Nascimento



Emolumentos	RS	38,17
Custas Estado	RS	10,85
Sec. Faz	RS	7,43
Sinoreg	RS	2,01
Tribunal de Justiça	RS	2,62
Imposto Municipal	RS	0,78
Ministério Público	RS	1,83
Total	RS	63,69

Selo Digital: 1137463C31583934TQEZ3S226

Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico <https://selodigital.tjsp.jus.br>



CHAVE: 942a-6c20-01a2-cb76-03d0-170d-72e5-befa

QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

8º Oficial de Registro de Imóveis
Comarca de São Paulo - SP

11374-6-AB 011162



Fonte: NASCIMENTO (2022)

Em suma, o terreno com casinhas passou por vários proprietários que foram transmitentes até chegar nas mãos de *Antônio Gordinho Filho* **que vendeu o imóvel** para *Mayer Wolf Sziner*, em 1945. Ele se interessou e foi o responsável pela contratação do engenheiro Hugo Serman para a construção do edifício. Desse modo, *Mayer Wolf Sziner* também foi o responsável por sua desativação e falência, depois os sucessores e herdeiros não pagaram as contas referentes ao Imposto Predial Urbano (IPTU) e o imóvel foi abandonado.

Aquele formato em “U” passou a ser esquecido e virou depósito de lixo. O pátio que era aberto e caracterizado como área de passagem passou a ser esquecido. Morte do Hotel Santos Dumont passou 23 anos não cumprindo a sua função social.

PARTE III: OCUPAÇÃO MAUÁ.



3 A OCUPAÇÃO MAUÁ: UMA APROXIMAÇÃO

Minha aproximação com a Ocupação Mauá teve início em 2017, quando participei de uma assembleia de coordenadores dos movimentos sociais filiados ao **Movimento Frente de Luta por Moradia** (FLM), atuantes no centro de São Paulo. Nesse primeiro momento, a intenção era compreender melhor a dinâmica desses movimentos que ocupam edifícios abandonados, juntamente com meus colegas da área de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP) que também estavam presentes nessa assembleia.

Lembro-me de ter passado pelo Bairro Santa Cecília, em São Paulo, mas não me recordo o local exato onde aconteceu a primeira assembleia, na qual participamos. O que realmente me vem à memória é a imagem de uma sala com a disposição de mesas e cadeiras organizadas no formato de roda. Naquele dia, marcamos de nos encontrar no metrô, pois nossa professora orientadora também participaria da reunião e lá nos encontraríamos. Assim, até esse percurso, acompanhada de minha mãe, esperei meus colegas no metrô e seguimos até a reunião.

Ao chegarmos ao endereço, fomos apresentados aos coordenadores e, antes mesmo que a assembleia começasse, recebemos um jornal informativo do **Movimento Frente de Luta por Moradia** (FLM), apresentado nas Figuras 3.1 a 3.4. Essa leitura explicava como estavam formadas as ocupações do ano de 2016 e 2017. Além disso, esses folhetins retratavam a história da luta pela moradia, na região central, e listavam os nomes dos dez primeiros imóveis ocupados no centro paulistano que trazia os dizeres: “*quem não luta, tá morto*”, “*sem luta não tem justiça*” e ainda “*ocupações limpam a sujeira que contamina a cidade*”.

Figura 3.1: Jornal Informativo, folha 01.

QUEM NÃO LUTA, TÁ MORTO!

SEM TETOS ACUSAM O GOLPE E OCUPAM IMÓVEIS ABANDONADOS

Na noite de 30/11/16, centenas de famílias organizadas pela FLM e movimentos coligados ocuparam 10 imóveis abandonados. Esta ação dos sem tetos decorre das injustiças sofridas. Os direitos destas pessoas e de suas famílias são violados descaradamente pelas autoridades.

Enquanto centenas desses imóveis estão apodrecendo sem utilidade, cheios de lixo, criando dengue e demais pragas urbanas, sem teto não tem onde morar. Tem seu direito fundamental à moradia violado.

Resolvemos, então, com nosso próprio esforço, arranjar nossas moradias.

Boletim nº 13
Novembro de 2016
Av. São João, 1495
Santa Cecília
São Paulo - SP
www.portalfilm.com.br
flmbrasil@gmail.com

GOLPE COMEÇA A SURTIR EFEITO

Três meses tem o golpe. O desemprego se amplia. O programa Minha Casa Minha Vida está paralisado. O Bolsa Família foi reduzido. Os corruptos tomaram conta do governo. A solução de nossos problemas está em nossas mãos. Justiça só com auto organização e luta.

SALÁRIO VIRA PÓ

As medidas aprovadas pela PEC 241/55, faz o salário virar pó. Seu valor cairá para um terço. Seria como se valesse R\$ 300 reais hoje. Será extorquido do povo trilhões de reais. Quem paga aluguel está em maus lençóis. Saia desse embrulho. Organize-se com a FLM e lute por seu Direito à Moradia. Lute por Justiça.

CHUPINS DESTROEM O BRASIL

Chupim é um pássaro que coloca seus ovos em ninho alheio. Especialmente no ninho do Tico-Tico. Ali seus ovos são chocados e seus filhotes criados pela ave enganada. O Chupim não executa nenhum trabalho, nem para chocar muito menos criar seus filhotes. Hoje, muito se fala na crise do Brasil. Mas se ocultam as suas causas. A nossa realidade deixa claro que os chupins humanos – brasileiros e estrangeiros – é que destroem o Brasil. São os chupins do mercado financeiro. São cerca de 30 milhões de pessoas – brasileiros e estrangeiros – uns mais outros menos, que chupam dos cofres públicos perto de R\$ 1.000.000.000,00 (um trilhão de reais), todos os anos. Não realizam nenhum trabalho. São até piores que o pássaro. O Chupim pelo menos bota o ovo. E os Chupins do mercado financeiro nem ovo bota. As suas finanças acumuladas são subtraídas dos valores criados pelos trabalhadores. Antes que os chupins/parasitas acabem com o Brasil, precisamos acabar com eles.

SEM LUTA NÃO TEM JUSTIÇA!

Fonte: Frente de Luta por Moradia – FLM (2017)

Figura 3.2: Jornal Informativo, folha 02.

SEM TETOS OCUPAM 10

MOVIMENTO “LUTAR E VENCER” QUER MORADIA NESTE TERRENO

Depósito de animais mortos, água parada com dengue, mato e muito lixo. Assim estava o terreno de 6 mil m² da Rua Elza Guimarães, 269, Vila Amália, Zona Norte. Dizem que pertence à COHAB. Mas estava abandonado por mais de 40 anos. Aproximadamente 200 famílias do MSTLV ocuparam esse espaço e querem fazer suas casas aqui. Dá para morar 156 famílias em lotes de 5 por 7. **A justiça se constrói na luta!**

TERRENO ABANDONADO NO CENTRO DA CACHOEIRINHA

Sem tetos organizados pelo MSTRN - Movimento Sem Teto da Região Norte, reocuparam o terreno da Rua Parada Pinto, 1.770. O judiciário despejou famílias que moravam ali em abril/14. As famílias foram cadastradas. Das 28 famílias vulneráveis apenas 8 receberam auxílio parcial. Sem solução, as famílias ocuparam novamente. Querem morar ali. Podem ser atendidas famílias que moram na favela do Sapo, no Jd. Paraná e entorno. **Só haverá justiça com as pessoas atendidas.**

OCUPADO TERRENO DE DEZ MIL m²

O Movimento de Moradia do Jardim Ipanema ocupou no dia 30/10/16 o terreno da Avenida Osvaldo do Vale Cordeiro, no Parque Savoy, Zona Leste. O imóvel pertence a COHAB. Está sem função social por vários anos. Servia para desova de cadáveres e carros roubados. Os sem tetos, em outra ocasião ocuparam essa terra, mas foram despejados pelo judiciário. O poder público expulsou as pessoas da terra e deixou o local pro lixo e pragas urbanas. Os sem tetos, enquanto o poder público não os atende, vão morar ali. **Cabem naquele local trezentas casas!**

SOBRA TERRA FALTA CASA

Os sem tetos organizados pelo FOMAESP e POVO EM AÇÃO ocuparam um grande terreno na rua Ana Oslan, Capão Redondo, Zona Sul. O imóvel pertence ao CDHU. Está destinado há vários anos, para fazer 320 casas ou 720 apartamentos. Mas essa construção, prometida desde 2008, nunca sai. E as terras ficam lá abandonadas, cheias de lixo, entulho, dengue... E quando os sem tetos ocupam para fazer suas moradias, vem o judiciário com injustas sentenças despejar as famílias. Não podemos aceitar decisões injustas. **Vamos fazer nossas casas nessa terra!**

TERRENÃO, 15 ANOS ABANDONADO

Um lixão a céu aberto. Alguns barracos como refúgio de usuários de crack. Pertence à COHAB. Tem 7 mil metros quadrados. Situado na Av. Cipriano Rodrigues, Jd. Santo Eduardo. É uma afronta à lei esse imóvel sem função social. **O MSTC quer 180 famílias morando naquela área!**

FLM OCUPA TERRENO EM GUAIANAZES

Falta casas, sobra terra. Terreno de 6 mil m² da COHAB. Abandonado a mais de 24 anos na Rua Prof. Wilson Reis Santos, S/N, Vila Nani, cheio de bicho, mato e lixo. Prejudicando todo entorno. As famílias ocuparam no dia 30/10/16. **Cento e doze famílias querem morar ali.**



OCUPAÇÕES LIMPAM A SUJEIRA

Fonte: Frente de Luta por Moradia – FLM (2017)

Figura 3.3: Jornal Informativo, folha 03.

MÓVEIS ABANDONADOS

MOVIMENTO DE MORADIA “LUTA POR JUSTIÇA” OCUPA PRÉDIO

Abandonado há mais de 15 anos na Avenida Ipiranga, 908, cheio de pragas urbanas e de lixo no coração da cidade. Judiciário já despejou sem tetos de lá.

Devolveu o prédio para o lixo. Agora os sem tetos querem justiça.

80 famílias de trabalhadores podem morar naquele local!

MOTEL DESTRUÍDO ESTÁ HÁ 10 ANOS ABANDONADO

O terreno tem 8.000 metros quadrados com 42 chalés de um antigo motel abandonado. Servia para estoque de produtos de roubo. E refúgio de usuários de drogas.

Muito lixo e pragas urbanas.

Movimento de Moradia Missionária / Cidade Ade- mar quer moradia lá e me- lhorar a região!

19 ANOS DE LUTA POR PRÉDIO DO INSS ABANDONADO

Sem tetos iniciaram a luta pelo prédio do INSS, á 19 anos atrás. Estava abandonado. O judiciário devolveu o prédio para o nada, ou seja para a sujeira. O prédio está completamente destruído.

O subsolo é utilizado pelo condomínio do lado como uma fábrica de recuperação de móveis. O MSTC ocupou no dia 30/10/16. **Quer moradia po- pular no local.**

NA MOOCA, PRÉDIO ESTÁ ABANDONADO HÁ 20 ANOS

O MIS, Movimento de Inclu- são Social, no dia 30/10/16 ocupou o prédio abandonado da Rua Dias Leme, 320, Moo- ca. É uma massa falida de empresa.

Deve mais de um milhão ao Fisco. Os antigos donos dei- xaram a dívida e a sujeira na região. **O MIS quer 50 famí- lias de trabalhadores mo- rando no local.**

SEM TETOS: AO COMBATE!

A violência contra os trabalhadores se espalha. A PEC 241/55, aprovada no congresso faz o salário mínimo virar pó.

Se corrigido pela sistemática atual, em 2036 o salário mínimo valerá R\$ 7.082,06. Com a PEC 241/55 cairá para R\$ 2.439,76. Será comido ano a ano. Em 20 anos, em 2036, perde- rá R\$ 4.642,30. Esta desvalorização do salário impactará negativamente no rendimento de todos os trabalha- dores. Domésticos, operários, fun- cionários públicos, prestadores de serviços e aposentados. A violência econômica já bate na porta de quem vive do trabalho e baterá mais forte daqui para frente. O desemprego já atinge 12 milhões de pessoas. Esta

situação ligada ao trabalho informal e os baixos salários que não cobrem as necessidades das pessoas levam o caos na vida dos trabalhadores.

Combinado com o ataque aos sa- lários a PEC 241/55 busca aniquilar a Previdência, a Saúde, a Educação e a Assistência Social. Isto tudo para aumentar a exploração dos trabalha- dores, impondo-lhes um massacre econômico e social.

Para isso aprimoram uma máqui- na de opressão mortífera. Nos últi- mos cinco anos foram assassinadas no Brasil: 278. 839 pessoas. Lá na guerra da Síria foram assassinadas 256.124 pessoas. Ou seja, matou- se mais no Brasil do que no mesmo período lá na guerra. É uma situa-

ção desastrosa tanto para os sirios quanto para os brasileiros.

O quadro econômico se aprofun- dará e agravará a fome e a desesper- rança para os trabalhadores.

Os sem tetos serão atingidos em cheio. A máquina opressiva do Es- tado – Forças de Segurança, Judi- ciário e mídia oficial, etc. agirão para protegerem as propriedades, aque- les que mandam no Estado e os in- teresses econômicos em geral.

Aos trabalhadores e sem tetos só resta o combate. Combater pelos seus direitos e pela Justiça.

Ocupar as propriedades abandona- das, buscando um refúgio para prote- ger suas famílias e lutar por justiça.

A justiça agora se expressa pela ocupação das propriedades fora da lei. Das propriedades sem função social e que impede que milhões de trabalhadores tenham uma casa para morar.

Enquanto isso os estudantes ocu- pam as escolas e travam uma luta justa para salvar a Educação. Nós sem tetos, ocupamos imóveis aban- donados fora da lei para assegurar a justiça social e conquistar nossa moradia.

Irmanamo-nos todos: estudantes, sem tetos e trabalhadores na luta por justiça. Esta ação de ocupação de imóveis abandonados tem como fundamento a proteção de nossos filhos e de nossas famílias.

A QUE CONTAMINA A CIDADE!

Fonte: Frente de Luta por Moradia - FLM (2017)

Figura 3.4: Jornal Informativo, folha 04.

MENSALÃO NO JUDICIÁRIO

Vazou na internet lista com salário de juízes e desembargadores de um tribunal.

É vergonhoso o tamanho dos privilégios e da corrupção (ver tabela).

São cinco, seis vezes mais que o teto do já abusivo salário da lei que é R\$ 33.763,00.

Tribunais carregam dentro de si grande violação de Direitos. Deveriam ser o guardião da justiça, mas é seu contrário.

Opovo não deve esperar justiça desses tribunais.

Cargo	Bruto (R\$)	Líquido (R\$)
Desembargador Federal - TRF	170.188,26	151.816,06
Desembargador Federal - TRF	170.375,72	151.848,68
Desembargador Federal - TRF	174.362,29	156.492,83
Desembargador Federal - TRF	174.506,25	162.369,91
Desembargador Federal - TRF	174.864,16	156.863,98
Desembargador Federal - TRF	208.220,47	205.894,67
Desembargador Federal - TRF	174.940,85	172.384,41
Desembargador Federal - TRF	184.936,75	167.077,80
Desembargador Federal - TRF	165.894,49	152.930,49
Desembargador Federal - TRF	164.159,69	145.488,38
Desembargador Federal - TRF	215.114,20	211.734,11
Desembargador Federal - TRF	175.335,73	159.176,65
Desembargador Federal - TRF	171.767,67	160.465,15
Desembargador Federal - TRF	167.310,44	148.296,11
Desembargador Federal - TRF	199.486,92	197.161,12
Desembargador Federal - TRF	176.508,76	157.827,59

TETO, TERRA E TRABALHO “A INIQUIDADE É RAIZ DOS MALES SOCIAIS”

“Enquanto não se resolverem radicalmente os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da iniquidade, não se resolverão os problemas do mundo e definitivamente, nenhum problema”. Exortação Apostólica formulada pelo Papa Francisco no III Encontro

Mundial dos Movimentos Populares no Vaticano, no dia 05/11/16. Incentivou “os Movimentos Populares para que tomem o destino do mundo em suas mãos”.

Colocar a economia a serviço do povo. Construir a paz e a justiça. Defender a mãe Terra. Batalhar por teto, terra e trabalho.



ORGANIZAR NÚCLEOS DE LUTA POR JUSTIÇA

O Brasil tem uma das maiores iniquidades do mundo. Poucos são abastados, possuem bens desnecessários à vida humana. Muitos não possuem o básico para sobreviver. Ou seja, tem seus direitos violados. Isto resulta de uma engrenagem econômica injusta. Baseada na exploração do homem pelo homem.

Esta ordem perversa provoca imensos

danos na vida das pessoas pobres. Esta situação não pode continuar. Ninguém pode aceitar estas condições.

A FLM conclama todas pessoas que sofrem violência contra seus direitos a se organizarem nos **Núcleos de Luta por Justiça**.

A Justiça não vem dos tribunais, mas da luta de todos.

ESTUDANTES LUTAM PELA EDUCAÇÃO

Os estudantes defendendo a educação ocuparam centenas de escolas em todo país. A escola pública vem sendo destruída pelos governos de plantão. Paga mal os professores, fecha salas de aula, diminui matérias, uma catástrofe educacional completa. Agora vem a PEC 241/55 subtrair bilhões da educação. Os estudantes resistem ocupando as escolas. Vamos unir pais e alunos e defender nossa Educação. **Todo apoio a ocupação das escolas.**

“VENHA CONQUISTAR SUA MORADIA. INGRESSE NOS NÚCLEOS DE LUTA POR JUSTIÇA ORGANIZADOS PELA FLM”

Fonte: Frente de Luta por Moradia - FLM (2017)

Esse foi um dia marcante ao conhecer as organizações e, também pela boa recepção, somados à vontade em continuar a pesquisa e ainda entender as ocupações que já haviam sido formadas entre 2016 e 2017 pelo **Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM)**. Dessa forma, pude conhecer e entender melhor a atuação do movimento (Figura 3.5).

Figura 3.5: Relação das ocupações realizadas entre 2016 e 2017.

Sem Tetos ao combate

A violência contra os trabalhadores se espalha. A PEC 241, aprovada no congresso faz o salário mínimo virar pó. Se corrigido pela sistemática atual, em 2036 o salário mínimo valerá R\$7.082,06. Com a PEC 241 cairá para R\$ 2.439,76. Será comido ano a ano. Em 20 anos, em 2036, perderá R\$ 4.642,30. Esta desvalorização do salário impactará negativamente no rendimento de todos os trabalhadores. Domésticos, operários, funcionários públicos, prestadores de serviços e aposentados. A violência econômica já bate na porta de quem vive do trabalho e baterá mais forte daqui pra frente. O desemprego já atinge 12 milhões de pessoas. Esta situação ligada ao trabalho informal e os baixos salários que não cobrem as necessidades das pessoas levam o caos na vida dos trabalhadores.

Combinado com o ataque aos salários a PEC 241 busca aniquilar a previdência, a saúde, a educação e a assistência social. Isto tudo para aumentar a exploração dos trabalhadores. Impondo-lhes um massacre econômico e social.

Para isso aprimoram uma máquina de opressão mortífera. Nos últimos cinco anos foram assassinadas no Brasil: 278. 839 pessoas. Lá na guerra da Síria foram assassinadas 256.124 pessoas. Ou seja, matou-se mais no Brasil do que no mesmo período lá na guerra. É uma situação desastrosa tanto para os sírios quanto para os brasileiros.

O quadro econômico que se aprofundará agravará a fome e a desesperança para os trabalhadores.

Os sem tetos serão atingidos em cheio. A máquina opressiva do Estado - Forças de Segurança, Judiciário e mídia oficial, etc. agirão para proteger as propriedades, aqueles que mandam no Estado e os interesses econômicos em geral.

Aos trabalhadores e sem tetos só resta o combate. Combater pelos seus direitos e pela Justiça. Ocupar as propriedades abandonadas, buscando um refúgio para proteger suas famílias e lutar por justiça.

A justiça agora se expressa pela ocupação das propriedades fora da lei. Das propriedades sem função social e que impede, que milhões de trabalhadores tenham uma casa para morar.

Enquanto os estudantes ocupam as escolas e travam uma luta justa para salvar a educação. Nós sem tetos, ocupamos imóveis abandonados fora da lei para assegurar a justiça social e conquistar nossa moradia.

Irmanamo-nos todos: estudantes, sem tetos e trabalhadores na luta por justiça. Esta ação de ocupação de imóveis abandonados tem como fundamento a proteção de nossos filhos e de nossas famílias.

Relação das ocupações feitas hoje:

- | | |
|--|--|
| 1) Rua Ana Aslan, – Parque do Engenho – Capão Redondo | 6) Rua Doutor Alcides C. Bueno Filho – Jardim Peri |
| 2) Rua Profº Wilson Reis Santos, s/nº – Guaianazes. | 7) Av. Parada Pinto, 1770 – Zona Norte |
| 3) Rua Antônio de França e Silva, 953 – Jardim Adutora – Distrito de Sapopemba | 8) Rua Dias Lemes, 320 – Mooca |
| 4) Av. Ipiranga, 908 – República | 9) Rua Refinaria Presidente Bernardes – Jardim Santo Eduardo. |
| 5) Av. Nove de Julho, 564 – Bela Vista | 10) Av. Oswaldo do Vale Cordeiro, esquina com Av. Alziro Zarur, s/nº - Parque Savoi City |

São Paulo, 31 de outubro de 2016

FLM – Frente de Luta por Moradia

www.portalfm.com.br / Facebook: LutaMoradia Frente de Luta por Moradia / Email: flmbrasil@gmail.com

A experiência dessa assembleia foi tão importante para me aproximar da **Ocupação Mauá**, que, ao conseguir contato com a coordenação do movimento, tive certeza de que a escolheria como **estudo de caso**. Foi essa assembleia que me abriu portas, pois, ao explicar melhor meu trabalho junto com os demais colegas, solicitamos a autorização das lideranças, em 2017, para realizarmos futuras visitas nas ocupações.

Durante a reunião, cada aluno escolheu uma ocupação para o estudo. Éramos quatro e me lembro de que um dos colegas já havia escolhido a Ocupação do Hotel Cambridge, por identificação e afetação, devido ao filme *Era o Hotel Cambridge*, lançado em 2016. Nesse sentido, eu já estava certa de que a Ocupação Mauá havia me chamado a atenção. Assim, terminada a reunião e anotado o contato de e-mail, em 2018, passei a escrever e a me comunicar com a organização dos movimentos de moradia.

Dentre tantas, a Ocupação Mauá me despertou o interesse pelo conteúdo midiático que já existia sobre o prédio, pela organização que já atuava por mais de dez anos, e o que passava pela minha cabeça era compreender o *porquê* as famílias continuavam naquele lugar, e trilhavam na incerteza do *morar precário* e do *morar improvisado*. Além do mais, foi a **quantidade de movimentos** sociais que se organizam em um **único espaço**, que chamou minha atenção. Por isso me dediquei e investiguei, durante cinco anos, a realidade das famílias que moram no edifício.

E isso se prolongou até na graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo (2018), motivada pelas organizações internas dos movimentos sociais. Não por acaso, retomar esse diálogo, por mensagem, trouxe-me a oportunidade de **conhecer mais de perto** a Ocupação Mauá e foi então que me aproximei de algumas moradoras e realizei a prospecção de entrevistas.

Desse modo, o material deste estudo fez parte do meu Trabalho Final de Graduação (TFG) e, como já havia avançado com a investigação da pesquisa, decidi continuar e aprofundar os estudos sobre o edifício. Por isso, dediquei-me em estudar, no mestrado, além do prédio, as trajetórias urbanas de mulheres e os deslocamentos habitacionais que elas haviam realizado. Sem contar que ainda me empenhei na investigação de como a gestão dos movimentos de moradia implica na **infraestrutura do edifício**.

Sendo assim, estudar as mulheres que moram na ocupação seria uma forma de analisar as tipologias habitacionais, adaptadas para a moradia provisória, pois são elas que ficam a maior parte do tempo e “usufruem” dessa infraestrutura, enquanto os maridos saem para trabalhar. Esse meu contato com as mulheres me fez entender melhor a situação na qual elas presenciam e poder entrevistá-las me permitiu um paralelo com a minha trajetória.

3.1 O OLHAR

Maio de 2022, segunda-feira.

*A ideia, inicialmente, não era começar este capítulo falando sobre a definição de referencial, na física, mas depois tudo fez sentido e os assuntos foram se encaixando. De acordo com Júnior (2022) “, é o corpo ou lugar a partir do qual as observações de fenômenos diversos são feitas. Ao mudar o referencial, a percepção dos fenômenos também muda”. Ou seja, tudo pode ser analisado, a partir do ponto de vista do observador, em relação ao corpo, desta forma cabe a ele determinar suas percepções apreendidas. O autor ainda complementa que “o referencial pode ser entendido como o **ponto de vista** de um observador, colocado em determinado lugar no espaço” (JÚNIOR, 2022).*

Assim, tratando-se dos moradores que vivem na Ocupação Mauá, o prédio visto por um corpo de fora, pode ser observado como uma **infraestrutura** precária e caracterizado por moradores que vieram de uma vulnerabilidade ou situação de rua, mas, dependendo *de como* se olha, **o jeito de olhar muda**. Olhando de fora, eu também enxerguei uma fachada camuflada pelas lojinhas de comércio, mas, ao entrar e *olhar de dentro*, compreendi melhor a realidade de mulheres que lutam diariamente pelo direito à moradia e fazem uma adaptação no edifício para que ele possa funcionar.

Inicialmente, interpretei aquele lugar como uma construção antiga, ocupada por uma população que encontrou alternativa de morar *na inconstância e insalubridade*, mas, esse prédio para mim, parecia esconder uma história. Depois, olhando para alguém que está próximo da realidade de mulheres que moram na Ocupação Mauá, **a percepção mudou**, porque para quem enxerga de dentro, o *referencial* muda. Dessa forma, posso dizer que os grupos são realmente bem organizados, e os movimentos sociais trabalham pela melhoria da habitação.

O prédio que fora abandonado traz consigo uma visão de precariedade, porque a mídia mostra esse lado, mas olhando de dentro, foi possível **inverter** essa percepção, já que os movimentos sociais se comprometem com as reformas internas para que o edifício possa funcionar, e, nesse contexto, surge um personagem animado, vivo e expressivo: o edifício. Ele fora personificado, sendo assim, ele **vira o protagonista dessa história** e seus moradores trazem vida para ele.

Além do mais, a minha proximidade com as mulheres, líderes, moradoras e mães na Ocupação Mauá, me fizeram ter um olhar mais sensível. Não está saindo da minha cabeça a

frase que li agora pouco “só uma **mãe** sabe” (MALDONADO, 2020, p.71). Essa frase fala tanto, sensibilizou-me de certa forma, que precisei parar e mudar a linha de raciocínio.

A gente certamente já ouviu essa frase alguma vez na vida, “só uma **mãe** sabe” e, de acordo com Maldonado (2020, p.71) a autora descreve que “as mulheres que me repetiam essa frase pareciam me dizer que **existe um sofrimento específico que atravessa a experiência daquelas que, como elas, vivem a posição de mãe**”. Ser mãe vai além de gerar um filho e trazer ao mundo. Ser mãe é enfrentar as dificuldades e, mesmo assim, ter força para criar, alimentar, proporcionar educação e conceber um **teto** para viver.

Lá em casa, minha mãe sempre teve dois empregos – vida de professora – para sustentar suas duas filhas. Ela sempre acordava muito cedo para dar conta de tudo, às quatro horas da manhã. Eu acho bem cedo para uma cidade do interior de São Paulo, na qual o trânsito nem se compara ao das capitais brasileiras, então esse horário me parece realmente cedo.

Em 2010, em um dia específico, precisei acordar **muito cedo**. Eram duas da manhã e **tinha água saindo pelo ralo**. Minha mãe gritava *"acordem, filhas, tem água entrando em casa, a barragem da lagoa estourou"*. Que sufoco. Eu estava acordando no susto e aqueles minutos foram, com certeza, os mais intensos e longos da minha vida, porque pareciam não acabar. Minha mãe estava em pânico. Ela falava: *"sobe tudo, sobe tudo", se referindo aos móveis. "Meus livros, meus livros estão molhando". "Os documentos"*. Ainda me recordava dela falando *"a água já está chegando no joelho"*.

Naquela madrugada, eu vi minha mãe perdendo livros, móveis, e não era só isso, não, ela estava perdendo também uma vida cheia de conquistas (geladeira, fogão, sofá, cama, guarda-roupa) e, de repente, todos os móveis estavam encharcados pela água. Mas, o sufoco mesmo, foi ver a água entrando no carro. Os vizinhos vieram ajudar meu pai. Nesse dia, entendi como a **força** vem com a necessidade, porque eles conseguiram erguer o carro e colocar caixotes – aqueles de plástico que geralmente o vendedor de feira usa – em cada uma das rodas do carro.

Essa enchente deixou marcas, deixou aprendizado, deixou história. Foi assim que comecei a **olhar a casa** como sinônimo de conquista/suor e foi também, a partir desse contexto, que passei a querer desenhar no papel os móveis que minha mãe poderia mudar dentro da casa dela. *Mesmo que ainda fosse cedo para escolher arquitetura como profissão, internamente eu me comprometi a olhar com mais sensibilidade para as famílias que passam por situações semelhantes em que se perde tudo*. Seja por desmoronamento, por catástrofes naturais e intempéries, seja por reintegração de posse e despejo, incêndio, ou seja, por enchentes (essa eu

sei muito bem!). Eu passei a olhar diferente para essas pessoas. Mudei o *referencial*. E como diz a canção de Sobradinho:

Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir.
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira, por cima da cachoeira o gaiola vai subir.
Vai ter barragem no salto do Sobradinho, **o povo vai-se embora com medo de se afogar**. (SÁ e GUARABIRA, 2001, grifo meu).

Essa música passou a fazer sentido para mim, porque para o que eu havia experienciado, debaixo d'água, realmente se vai uma vida inteira. Portanto, aprender com esse passado e querer assumir e se comprometer em investigar as realidades de famílias que passam por momentos de **tensão** e fazem dessas **situações de contornamentos**, fez-me olhar como dentro de casa meus pais também fizeram essa “*arte do contornamento*” para sobrevivermos (TELLES, 2013, P.13).

Dessa forma, meu interesse em enxergar a Ocupação Mauá, vai além de estudar esse prédio como Habitação de Interesse Social (HIS), da infraestrutura e do conforto. Também se expressa nas **relações sociais** diferenciadas pelas culturas de cada família que sobrevivem no mesmo lugar de uma maneira improvisada. E, ao contrário de enchentes, o que acontece em algumas ocupações, no centro paulistano, são as reintegrações de posse, outras vezes incêndios causados pela dificuldade em manter a estrutura antiga do edifício. Por isso, a importância em enxergar esses prédios que não cumprem a sua função social.

3.2 PRECARIEDADE *VERSUS* CONTORNAMENTO

Enquanto faltam unidades de Habitação de Interesse Social (HIS), o centro paulistano possui 1.385 imóveis ociosos, abandonados ou subutilizados. Logo, esses edifícios que não cumprem a sua função social continuam sendo atrativos para as famílias filiadas aos **movimentos sociais** que lutam pela moradia na região central paulistana (DOCUMENTÁRIO *OCUPA MAUÁ*, 2018).

Nesse sentido, essas ocupações ocorrem por necessidade básica de sobrevivência – coloca em **jogo o morar em condições precárias, insalubres** – e principalmente pela necessidade mais elementar da pessoa humana, “*a forma de morar*”. Conforme Alfonsin (1997):

Os acampamentos sem-terra no campo, as vilas de favelas nas cidades, os **loteamentos irregulares**, os **quartos de cortiços**, os **conjuntos habitacionais ocupados pelos que não podem mais pagar as prestações devidas**, começam a se consolidar e **são efeitos** de uma posse necessária, **ligada umbilicalmente** à satisfação das **necessidades mais elementares** das pessoas. (ALFONSIN, 1997, p. 40, grifo nosso).

Sabe-se que a demanda de pessoas que não podem pagar um alto valor de aluguel está ligada *umbilicalmente* à necessidade mais elementar da pessoa humana: a moradia. Como resposta e solução imediata para esse contexto, os movimentos organizados surgem para atender essa população vinda de situação de rua, na qual se aglomeram e dividem cômodos para morar nas proximidades do centro.

Segundo Piccini (2004, p. 27), foi “por volta de 1870 que surgiram os primeiros núcleos de cortiços, nos bairros centrais da elite paulistana, como o bairro da Sé, Santa Efigênia, Bela Vista, Brás e Mooca”. Tendo em vista que a população mais que triplicou entre os anos de 1850 a 1890. Esse fenômeno de **moradia temporária**, de certa forma, é o reflexo de uma acentuada aglomeração, nas diversas formas de habitação operária, que também exemplificam uma forma de moradia precária, devido ao adensamento excessivo.

Desse modo, em analogia com essa tradição de formas precárias de moradia, seja em cortiços ou em outras formas de habitação, as ocupações, no centro paulistano, reiteram um tipo de circunstância que se apresenta como *estrutural*. A **Ocupação Mauá** apresenta um adensamento excessivo de moradores por cômodos, reeditando as mesmas situações descritas em inúmeras passagens, ora pela História, ora pela Literatura, com apontamentos à insalubridade, patologias estruturais, pouca iluminação e ventilação, especialmente nos banheiros que são compartilhados.

Cabe adiantar aqui que o edifício, quando compreendido **por dentro**, as observações mudam, pois, existem famílias que realizam adaptações no cômodo e fazem uma reforma interna. Por isso, a dissertação traz um olhar mais próximo, por alguém que buscou enxergar outras características que fazem do *contornamento* diário uma vida improvisada. A partir desse contexto e para melhor exemplificar esse olhar, assim como no importante livro, a *Sociedade de Esquina*, a comunidade de *Corneville* foi analisada por um outro ângulo, pois a área pobre podia ser vista de duas formas: por aqueles que a enxergam de dentro, **a sua gente**, e por aqueles que enxergam de fora, como descreve o autor:

No coração de “*Eastern City*” existe uma **área pobre e degradada**, conhecida como *Corneville*, **habitada** quase exclusivamente por **imigrantes italianos** e seus filhos. Para o resto da cidade, **esta é uma área misteriosa, arriscada e deprimente**. *Corneville está a alguns minutos a pé da High Street, uma rua elegante*, mas o morador da *High Street* que faz esse percurso **cruza a fronteira entre o familiar e o desconhecido**. (WHYTE, 2005, p.15, grifo nosso).

Desse modo, fazer um paralelo da Ocupação Mauá e a comunidade de *Corneville* significa exemplificar a situação do bairro por outra visão. Assim, como Whyte (2005) descreve: os moradores da *High Street* viam *Corneville* como uma área arriscada e pobre, essa é a mesma ótica observada por um transeunte que passa pela Ocupação Mauá. A partir disso, a cena fica destoante das realidades de quem apenas está de passagem pelo bairro, contrapondo quem mora ali. Assim, as conclusões de pessoas que cruzavam a pé pela região eram:

(...) De **pobreza e crime**, de crenças e atividades subversivas. As pessoas respeitáveis tinham acesso a uma quantidade limitada de informações sobre *Corneville*. Elas poderiam saber **que esta é uma das áreas mais populosas dos estados Unidos e um dos principais pontos de interesse de qualquer excursão organizada para mostrar às pessoas da classe alta as más condições de habitação da classe baixa**. Em passeios turísticos ou nas estatísticas podia-se descobrir **que os banheiros eram as coisas raras aqui**, que **as ruas estreitas e mal cuidadas transbordavam de crianças**, que a delinquência juvenil era alta, a criminalidade entre adultos maior ainda, e que uma grande parcela da população recebia auxílio desemprego ou estava na WPA durante a depressão. **Vistas dessa perspectiva**, as pessoas de *Corneville* aparecem como alvos do interesse de assistentes sociais, são identificadas como réus em casos criminais ou integrantes indiferenciados das “massas”. (WHYTE, 2005, p.16, grifo nosso).

Ou seja, *Corneville*, quando vista **por essa perspectiva**, é interpretada de forma precária referente aos banheiros, com suas ruas estreitas e uma alta taxa de criminalidade. Mas, quando **vista de outro ângulo**, essa comunidade passa a ser analisada com as crianças brincando, uma iluminação diferente nas ruas e com seus prédios, representando um panorama para os atores da cena *Corvevilliana* – porque os de dentro, os que vivem nesse espaço, ou estão perto de alguma forma, enxergam um sistema social organizado e integrado. Bem como os moradores de *Corneville* que precisavam participar das atividades do bairro para compreender a área, os moradores da Ocupação Mauá também. Sendo assim, eles relatam o lugar com suas potencialidades, com infraestrutura, organização e ainda conta com pessoas comprometidas que levam a bandeira sobre a luta por uma moradia. Além disso, na ocupação, também é possível descrever as crianças correndo pelas escadas, corredores e ainda andando de bicicleta dentro do pátio interno. Esse olhar só foi possível por conta do retorno do trabalho de campo, cujas observações foram de alguém que estava próxima e ainda por prospecções de entrevistas de moradores.

Sendo assim, tal como *Corneville*, coube a mim trazer a **Ocupação Mauá** de outra perspectiva: **vista de dentro**. Por isso, trazer a ocupação por meio das trajetórias de moradoras, interpretar a junção de diferentes famílias que se organizam em três movimentos sociais e ainda estudar as diferentes tipologias habitacionais que foram caminhos para a adaptação e ampliação dos cômodos da ocupação, foram critérios deste capítulo. Além disso, essas adaptações tipológicas expressam a realidade de 237 famílias, dentro da Ocupação Mauá, e na improvisação do espaço conta com mais de mil pessoas.

No caso da Ocupação Mauá, mesmo que exista um adensamento, nesses espaços, morar com sete pessoas em um mesmo cômodo – além de não ser digno – expressa a necessidade dessas famílias em improvisar uma moradia. Logo, retratar as trajetórias de **Branca e Marilene**²⁰ me fez entender como a aglutinação de cômodos servem para adaptar o antigo quarto de hotel ao quebrar paredes e aglutinar os espaços. Vale ressaltar que essa adaptação é realizada por cada morador que banca a reforma; além disso, cada família contribui com um valor mensal de R\$230 reais para a manutenção da ocupação.

No entanto, essa forma de "*contornamento*" (TELLES, 2013), inclusive dos sentidos da precariedade vivida, acompanhada da necessidade de construir alguma possibilidade **de pertencer a esse contexto**, o poder '*ficar*', o poder '*viver*' e poder '*adquirir*', sugere essa dinâmica de forças que se considera própria de viver em **situações de precariedade** (FERNANDES, 2020, p. 118, grifo nosso).

Situações em que a eloquência é contornada, dentro do edifício, pelo reboco improvisado, pelas novas pinturas e pelas paredes aglutinadas. Além disso, providenciar equipamentos sanitários nos quartos foram alternativas de algumas famílias que custearam a construção de um próprio banheiro, visto que os banheiros são compartilhados por andar.

Ou seja, a construção de um banheiro, no próprio cômodo, serviu para desafogar o compartilhamento de banheiros, trazer privacidade e melhor adaptar as habitações. Em contrapartida, mesmo que essa seja uma maneira de *contornamento* e improvisação de moradia, a metragem quadrada dos cômodos ainda não é suficiente para abrigar uma família extensa:

É moradia, mas moradia **não adequada**. Eu moro sozinho, graças a Deus! Se eu tivesse mulher, filhos, será que um cômodo, para mim, seria suficiente? (Trecho extraído do documentário Ocupa Mauá, 2018).

²⁰ Os nomes mencionados são fictícios.

Contudo, apesar dessas adaptações serem espontâneas e temporárias, existe a construção de banheiros e pias, na cozinha, para melhor adequar o espaço. Mesmo nessa dicotomia, a precariedade mais uma vez é contornada. Então, são essas vidas improvisadas que **personificam** o edifício e expressam suas trajetórias. Por dentro, é possível enxergar essa constante busca em adaptar o lugar para habitação, onde os movimentos sociais organizados lideram o edifício. Assim como, também é preciso estar dentro de *Corneville* para entender que:

A única maneira de obter esse tipo de conhecimento é **viver em Corneville e participar das atividades de sua gente**. Para quem faz isso, a área revela sob **uma luz totalmente diferente**. Prédios, ruas e becos que antes representavam destruição e aglomerado físico passam a formar **um panorama familiar para os atores** da cena cornervilliana (...) as pessoas da classe média enxergam a área como uma formidável massa de confusão, um caos social. **Os de dentro veem** em *Cornerville* um sistema social altamente organizado integrado. (WHYTE, 2005, p.16, grifo nosso).

Logo, os imigrantes italianos que moravam em *Corneville* não representavam apenas parte da pobreza, criminalidade e dissonância com o resto da comunidade, mas traziam consigo uma organização, uma cultura e costumes que foram atraindo mais parentes e amigos. Assim, *Corneville* foi ganhando vida e apresentando uma outra lente para quem enxergava o bairro **de dentro**.

3.2.1 Outra Perspectiva: as reformas dentro da Ocupação Mauá

Enxergando a Ocupação Mauá, por dentro, foi possível acompanhar algumas reformas realizadas, que precisam ser evidenciadas, pois existe um outro lado – que é o lado exposto pela mídia e contado por ela – uma ocupação insegura e arriscada. Esse é o lado que a mídia mostra: um prédio precário, principalmente após o desmoronamento do Edifício Wilton Paes, no Largo do Paissandu.

Em 2018, os olhos se voltaram somente para as catástrofes já ocorridas e não para o que poderia ser solucionado para as ocupações na região central. Porém, foi a partir do ocorrido que algumas medidas foram tomadas em relação aos edifícios ocupados, e eles começaram a ser fiscalizados para minimizar a precariedade. Essa iniciativa foi de suma importância, no ano de 2018, e ajudou a controlar os riscos, por exemplo, o incêndio da Ocupação Prestes Maia, em 2019, estampado nos noticiários.

Em contrapartida, os movimentos de moradia aproveitaram para investir em melhorias e segurança dos moradores. Essas situações de incêndios e desmoronamentos ocorrem devido à falta de vistorias técnicas nas instalações hidráulicas e elétricas, no que diz respeito às

instruções técnicas e normas de combate contra incêndio e nas patologias estruturais para verificar a infraestrutura do edifício.

Depois desses incêndios, o olhar para as ocupações passou a ser visto de forma negativa, como se os movimentos sociais não cuidassem da manutenção do edifício. Mas, ao ficar próxima da Ocupação Mauá e das lideranças desses movimentos, pude presenciar como essa visão mudou e como os grupos se comprometem para a melhoria do espaço.

Ao acompanhar a ocupação, descobri serem realizadas **duas reformas**, durante o ano, e atualmente são feitas por serviços terceirizados. Antes as reformas eram realizadas por meio de mutirões de moradores que “puxavam os fios elétricos”, “seguravam as tubulações de canos para arrumar o que tinha estourado”, como relatado por Branca. Hoje, os mutirões existentes são apenas para a limpeza e manutenção da área em comum, já o restante são profissionais que prestam serviços para o prédio. Esse valor é custeado pela contribuição mensal de cada morador, no valor de R\$230 reais, referentes ao aluguel dos quartos, água, porteiros e funcionários de limpeza e também as reformas.

Para entender melhor esse funcionamento das reformas, as organizações do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça** (MMLJ), do **Movimento de Moradia na Região do Centro** (MMRC) e a **Associação Sem-Teto do Centro** (ASTC) realizam reuniões para decisões na Ocupação Mauá. Entre essas tomadas de decisões, os treinamentos de combate contra incêndio foram decididos em reunião para que os moradores fossem treinados com o apoio do Corpo de Bombeiros. Portanto, os movimentos sociais se preocupam com o funcionamento do edifício e com os reajustes realizados para melhorar a infraestrutura.

Além disso, consegui enxergar as reformas que os próprios moradores realizaram com mutirões como: pintura, reparo no sistema elétrico e hidráulico, construção de uma biblioteca para as crianças, reformas no *hall de entrada*, no pátio e a construção da Vila no quintal da ocupação. Mesmo com essa infinidade de adaptações, a mídia continua trazendo apenas a precariedade e incêndios. A respeito disso, de acordo com Moura e Fellet (2018), conforme os anos se passam, mudam-se as demandas e atualizam-se as normas de combate contra incêndio. Por isso, as reformas acontecem para acompanhar as diretrizes atuais e o código de obras.

Conforme Moura e Fellet (2018), os incêndios ocorrem porque o abandono não acompanhou o código de obras e as demais diretrizes que não existiam na década de 1960 – anos de construção de muitos edifícios no centro de São Paulo. Os autores ainda explicam que um prédio, construído há mais de 40 anos, já que seu projeto foi executado para possibilitar uma certa quantidade de carga elétrica, com o passar do tempo, a carga muda e a quantidade de

equipamentos passam a ser maiores. Portanto, existe a necessidade de assegurar que esse sistema suporte as demandas atuais através de uma reforma (MOURA; FELLET, 2018).

Em decorrência disso, os **movimentos de moradia** estão à frente para organizar e manter o edifício. Além do mais, eles confiam nessa luta e conduzem a bandeira: “*quem não luta, tá morto*” expressando que a luta deve ser diária e que morar no provisório também significa **correr riscos**, já que ocupar também alude **morar na precariedade** e na insalubridade.

3.2.2 Regras internas: um jeito de organizar e manter o edifício

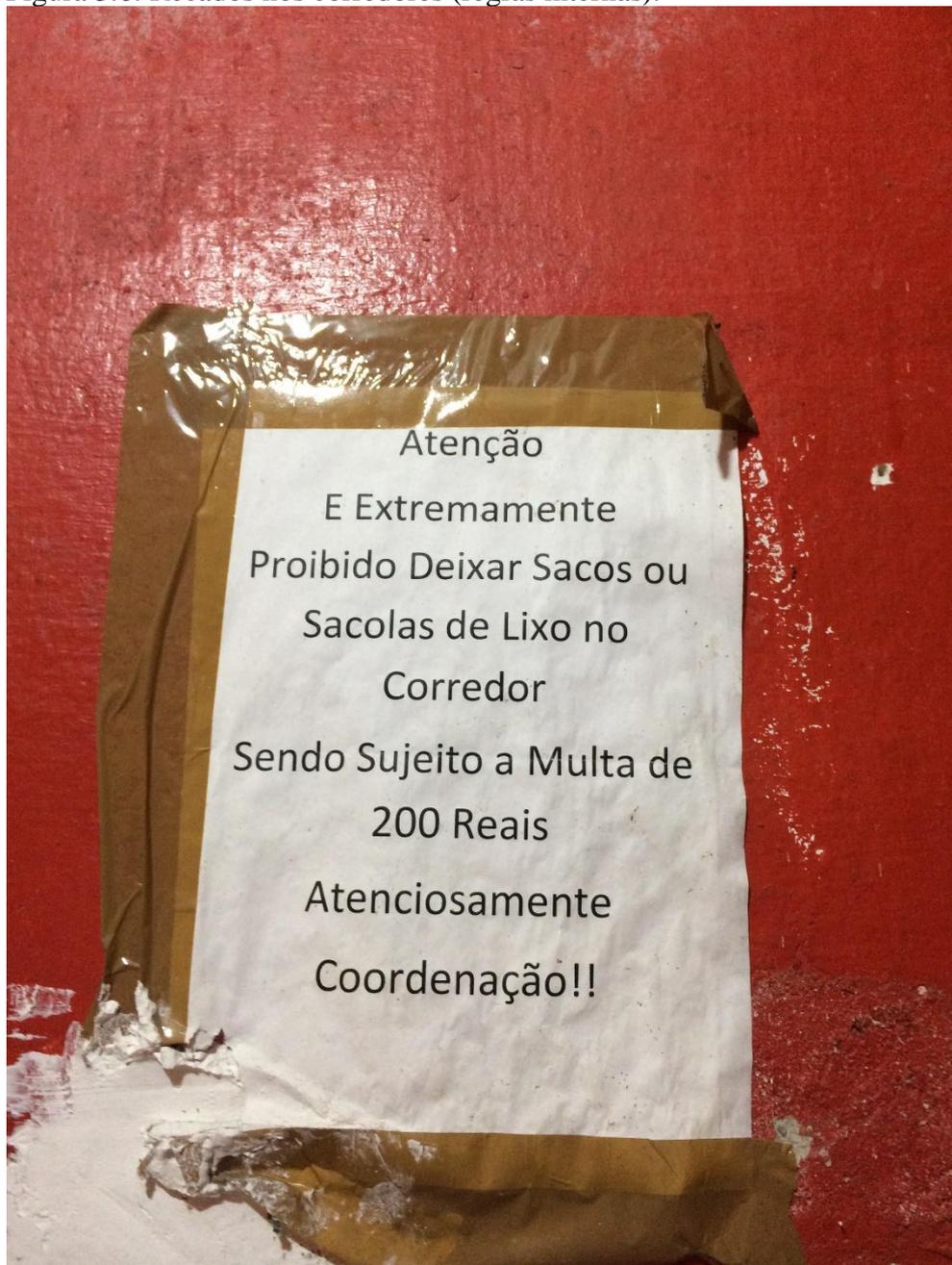
Além da luta pelo direito à moradia, os movimentos sociais são os responsáveis por passar os recados e informar as 237 famílias divididas entre os três movimentos. Sendo assim, para estruturar, organizar e manter o edifício, o papel desses movimentos está pautado no regimento interno.

O edifício que estava abandonado na região central de São Paulo – onde já chegou a ser interpretado como um lugar cheio de sujeira e lixo – foi reestruturado e reformado. A Ocupação Mauá desfez a ideia de insalubridade, e os moradores reformaram os espaços e adaptaram os cômodos para moradia.

Dessa maneira, a gestão interna dos três movimentos de moradia tem papel importante nessa organização e está pautada em regras que compõem o regimento interno da ocupação. Parte dessas regras não permitem agressões ou situação de violência, uso e consumo de drogas e ainda penalizam o morador que deixar o lixo, entulho, bicicleta ou brinquedo no corredor, chegando a uma penalidade de R\$200 reais. Parte dessas regras ficavam escritas em cartazes e indicadas nos corredores, porém, após uma reforma em 2022, ficou decidido que os cartazes não seriam mais fixados, nas paredes dos corredores, mas sim, postados no grupo do *WhatsApp* de cada movimento de moradia.

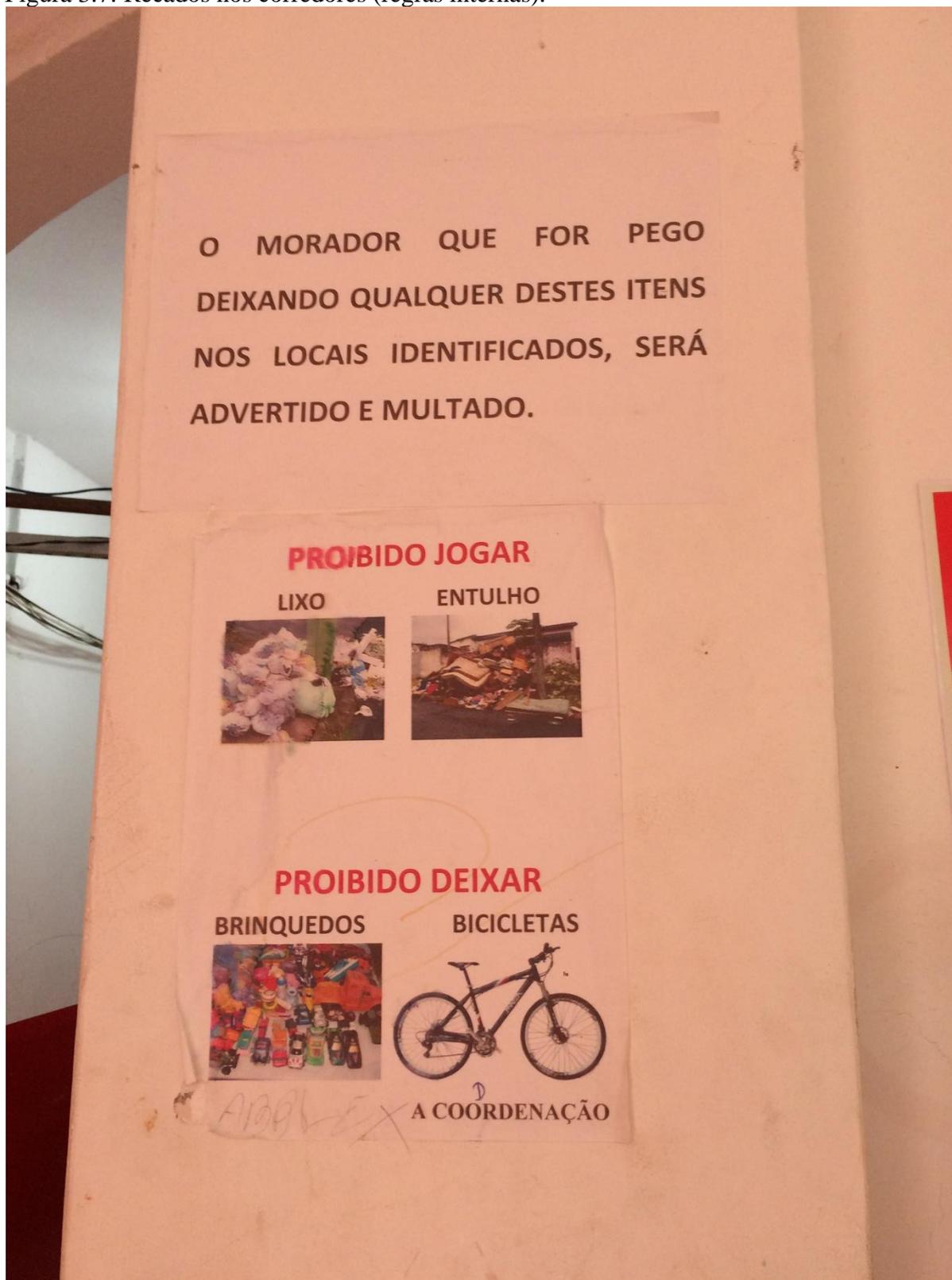
Pelas Figuras 3.6 a 3.9, é possível entender melhor como esses cartazes eram escritos. As regras são expostas no momento em que as famílias participam das reuniões do Grupo de Base, que, para entrar na ocupação, como mencionado na Introdução, são informados sobre as regras internas.

Figura 3.6: Recados nos corredores (regras internas).



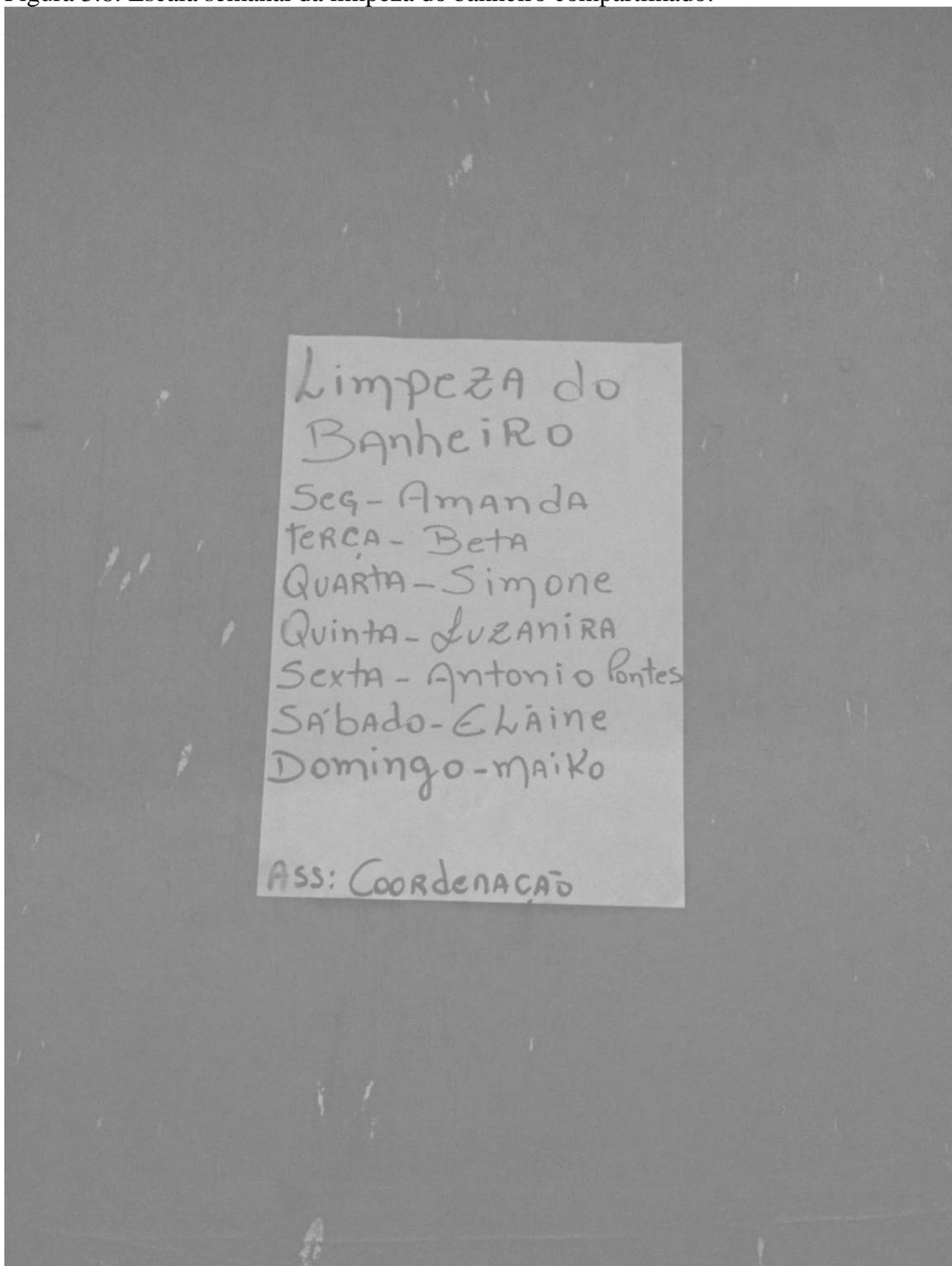
Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 3.7: Recados nos corredores (regras internas).



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Figura 3.8: Escala semanal da limpeza do banheiro compartilhado.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Figura 3.9: Informativo de eventos e reuniões.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Fica bem evidente, desde o momento em que se chega na ocupação, passando pelas escadas até os corredores do edifício, existem recados sobre assembleias, reuniões, escalas de limpeza, penalidades e multas sobre o descumprimento das regras internas.

3.3 O CAMPO

Pretende-se aqui contextualizar o cenário da Ocupação Mauá por meio das visitas realizadas. Foram **oito visitas**, durante o mestrado para o estudo do edifício e a realização do trabalho de campo e anotações para o diário.

Como primeiro tópico deste assunto, essa seção procura abordar a organização do edifício por andares – no total de **seis andares**, e cada um possui uma coordenação, estabelecida por um movimento social – e assim coube a mim entender “*como moram*” essas famílias no edifício.

Conforme citado por Santos (2018, p.31), os seis andares do prédio foram divididos entre os **três movimentos**, determinado um coordenador por andar, mais o coordenador geral para todo o conjunto, liderado por Tânia do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ).

Os quartos do antigo Hotel Santos Dumont foram modificados e adaptados de acordo com a necessidade de cada família. A exemplo disso, existem 30 quartos por andar e casinhas, na Vila, construídas no quintal da ocupação para abrigar as famílias. Atualmente, residem 237 famílias que se organizam nesse mesmo edifício.

Desse modo, a construção do edifício data os anos 50, e a Ocupação Mauá manteve a mesma infraestrutura do antigo Hotel Santos Dumont, já as reformas realizadas foram referentes às paredes de divisórias dos quartos, para não comprometer os pilares estruturais. As paredes que foram quebradas viraram espaços maiores para abrigar famílias mais extensas e dentro de poucos cômodos foram construídos banheiros internos²¹.

3.3.1 Diário íntimo: um recorte

A ideia de construir um diário foi uma forma de contornamento, pois devido ao vírus Sars-Cov-2, que me impediu de fazer visitas no edifício, comecei a escrever um diário que acabou virando uma grande amiga e dei seu nome de Diana. Com ela, pude expressar meus sentimentos, quando ainda não tinha contato com a Branca e com a Marilene da Ocupação Mauá. Por isso, até eu retornar ao trabalho de campo e a entrevistar as personagens, registrei os momentos solitários e desesperadores, que interferiram na pesquisa. Portanto, mais do que um recorte do meu diário íntimo, quero relatar como foram os meus dias na pandemia.

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2021

Querida Diana:

Quase um ano de pandemia. Março de 2020 tudo fechou. Foram meses dentro de casa. Decidi ter você como uma amiga próxima, porque tem sido um período turbulento, o vírus Sars-

²¹ Quem não possui um banheiro interno compartilha o banheiro do andar, sendo assim fica a critério de cada morador custear a construção do banheiro e ter a sua privacidade.

Cov-2 tem nos assombrado. Quero me sentir menos confinada e isolada, tem muita gente morrendo e já não consigo encontrar meus pais, minha irmã e meu melhor amigo, o Core, que trabalha como enfermeiro no hospital.

Por isso, escolher você como amiga significa compartilhar meus dias e contar como tem sido essa fase sem sair de casa e também partilhar sobre o meu mestrado. Você tem me animado a escrever, mesmo nessa situação caótica e sanitária. Torcendo por dias melhores. Estou sobrevivendo e tem sido muito triste ver que acabou o oxigênio em Manaus. Amanhã continuo.
Sua Roberta

DOMINGO, 21 DE FEVEREIRO DE 2021

Querida Diana:

Há um mês, deixei você de lado, mas nem sempre acontecem coisas novas e essa pandemia tem me desgastado. Os noticiários só falam no aumento de mortes, o *Twitter* mostra como os brasileiros estão vivendo com o aumento de preço no supermercado e na gasolina. Fechou tudo. Está todo mundo trabalhando *home office*. A linha de frente do hospital funcionando me deixa preocupada com o Core. Há dias não falo com ele. Para ir ao supermercado tem que se proteger muito, pois quem se contamina está morrendo. Até perdi o contato com a Marilene que mora no antigo salão de capoeira lá na Ocupação Mauá e a Branca nem me responde mais. Pudera, não é para estranhar, mas tem muita gente morrendo. Meu pai está sem emprego, e isso se torna insignificante, *a gente só quer ficar vivo*.

Sua Roberta

SÁBADO, 15 DE MAIO DE 2021

Querida Diana:

Ultimamente não tenho tido paciência para estar sentada na minha mesa. Tenho tentado variar um pouco a rotina com a ioga e tem sido uma experiência diferente. Voltei a falar com a Branca. Mandeí mensagem no *WhatsApp* e, por sorte, ela me respondeu, dizendo que todos estão bem. A ocupação ficou fechada por um tempo e eles ficaram sem receber visitas. Eu consegui marcar de ir com suas filhas vender pano de prato, perto da Estação Brigadeiro. Fui só para acompanhar e não fiquei até completarem todas as vendas. A Branca tem sorte em ter

a sua filha mais velha, Giovana, que me disse pensar em morar com o namorado e casar. Ela é a responsável por cuidar das suas irmãs e ajudar Branca. Ao todo são cinco meninas. Perguntei a Branca se ela pensava em ter mais filhas, ela me respondeu que, depois de cinco cesáreas, fez laqueadura. Pesquisei sobre os índices de falha desse procedimento e eles ficam abaixo de 2%, o tempo de cirurgia e a idade da mulher interferem. Conhecido pelo nome de Contracepção Voluntária Cirúrgica Definitiva (CCVD), muitas mulheres optam por não poderem mais engravidar. Quando eu a conheci, estava grávida da última filha, a Rayane. Por sinal, depois de seu nascimento, Branca precisou frequentar mais os médicos e atualmente precisa acompanhar a filha no tratamento de saúde. Ela vai até o Sistema Único de Saúde (SUS) que tem a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima o bairro República. Por hora, é isso. Consegui me reaproximar de Branca.

Sua Roberta

SÁBADO, 18 DE DEZEMBRO DE 2021

Querida Diana:

Uma gripe forte me impediu de te escrever mais cedo. Quando vinha a vontade de tossir, ia para a sacada pegar ar e ela só abrandava com chá de mel, gengibre e limão. Comprei pastilhas. Depois veio a febre e os calafrios. Me conforta já ter tomado duas doses da vacina. Fiquei quatro meses escrevendo minha pesquisa, depois veio a qualificação e deu tudo certo. Agora preciso reestruturar para fazer as modificações e seguir com o trabalho de campo. Foi um alívio ter qualificado. Minha irmã até me levou para almoçar em um restaurante diferente.

Agora, em novembro, foi possível buscar os documentos do edifício em São Paulo e aproveitei para fazer meu trabalho de campo. Voltei com uma gripe e minha imunidade caiu muito. Não tive forças para escrever. O mês parecia não passar. A tosse continuou e, em dezembro, fui diagnosticada com uma gripe mais forte. Tive muito medo. Eu estava bem pálida e quase não sentia fome, a tosse ainda era do mês anterior. O réveillon já estava decidido e seria em casa com minha mãe e meu pai, porque a Renata já tinha reservado a casa de praia com as amigas. Continuo amanhã.

Sua Roberta

QUARTA- FEIRA, 09 DE MARÇO DE 2022

Querida Diana:

Minha vida deu uma reviravolta. Não sei nem que dia é hoje, porque fiquei perdida nas datas. Demorei a me recuperar da gripe, foram quase dois meses ruins. Depois da gripe, só pedalei alguns dias. Tenho pego para escrever e sempre procuro perguntar como a Branca está. Ela me contou que anda na correria com a construção do seu “novo barraco”, na cidade Tiradentes, na zona Leste de São Paulo. O chão já está no concreto e as paredes já estão com as tábuas parafusadas.

Fiquei alegre por ter me comunicado com ela. Sempre que possível, ela me atualiza e também me convida para ajudar em projetos voluntários da ocupação. Ano passado, consegui ajudar, este ano tem sido mais corrido e vou ficar devendo. Eles estão construindo as ruas, dentro dessa ocupação, e os lotes já estão divididos, mas não tenho tido tempo para colaborar agora. Por hora é isso.

Sua Roberta

SEXTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2022

Querida Diana:

Sinto falta de escrever e me dei uns dias de folga. O lado bom é que consegui marcar uma entrevista na Ocupação Mauá. A Branca compartilhou comigo que, neste mês, a polícia tentou entrar lá. Junho não foi um mês bom, com uma tentativa de reintegração de posse. Nesse meio tempo, tive uma lesão no joelho. Já voltei a andar e a fisioterapia me ajudou nesse processo. Quarta e quinta-feira fez tanto calor, que não consegui segurar a caneta na mão, por isso não pude escrever. Mas tem acontecido coisas significativas na minha vida e também na minha pesquisa. O lado profissional está seguindo.

Depois de um tempo sem falar com a Marilene, resolvi procurá-la. Tomei a dose de reforço e como as coisas com a Polícia Militar (PM) está mais controlada, todos continuam na Ocupação Mauá. Não sei mais detalhes. Fui surpreendida com o imprevisto de Branca. Tive a certeza de que o “*mundo do crime*” e da violência está mais perto do que a gente imagina. Mesmo sendo proibido agressões e brigas, algumas situações estão intrinsecamente

relacionadas. Ela desmarcou a entrevista comigo por conta de um imprevisto. Eu já estava em São Paulo e queria aproveitar a viagem, mesmo sabendo que Branca não me atenderia.

Então, decidi adiantar a visita da Marilene. Preciso te dizer, querida Diana, dentro da ocupação as coisas mudam muito rápido. Você entrevista um dia, mas no outro não sabe se vai voltar a encontrar as mesmas pessoas. Às vezes, a oportunidade é uma só, e assim a vida segue. Conheci algumas mulheres e acabei perdendo o contato. Foi assim que aconteceu com a Simone em 2018. Não tive mais notícias dela, só soube que ela saiu da ocupação porque conquistou uma casa própria. Mas, tenho sorte em poder conversar com Branca, pois a conheci em 2018 e ainda trocamos mensagens. Durante esse tempo, consegui acompanhar sua trajetória, suas conquistas e também suas dúvidas e suas dores. Sei que ela está tentando se mudar da ocupação e está empolgada com a construção da sua casa – na Zona Leste de São Paulo – e seu “*barraco de madeira*”, como ela mesma diz, está quase pronto. Tudo depende de como está o orçamento do mês para investir na construção, do resto ela conta com doações. Espero que tudo se resolva e que as coisas fiquem bem. A Branca demonstra muita força. Até amanhã.

Sua Roberta

DOMINGO, 17 DE JULHO DE 2022

Querida Diana:

O que mais me interessa? Quais são meus passatempos preferidos? Como diria *Anne*: “não são poucas coisas. Em primeiro lugar, **gosto de escrever**, mas isso não é bem um passatempo”. Na maioria das vezes estou carregando um caderno na bolsa e, às vezes, uso o bloco de notas no celular.

Fiquei dois dias sem escrever, porque passei grande parte do meu tempo na ocupação. Toda vez que chego ao prédio, me pedem meu RG e escrevem meu nome no caderno de visitas. Meu pai tinha me deixado na entrada da Ocupação Mauá, às 13h, como o combinado. Vou sempre na hora do almoço, entre 11h e 13h horas. Como a Branca desmarcou comigo, entrei em contato com a Tânia e pedi autorização para procurar a Marilene.

Quando cheguei à ocupação, não reconheci a mulher da portaria. São três porteiros e dois folguistas, uma eu sempre me lembro, mas essa me pareceu nova. Foi então que a cumprimentei e ela me autorizou a entrada. Assim que passei pelo *hall de entrada* da ocupação, segui até a casa de Marilene, que mora no térreo, sendo mais específica, no antigo salão de capoeira. Senti que o cheiro havia sessado, o esgoto estava fechado e não me veio aquele cheiro

forte. Lembro-me de uma fala de Marilene “*não tem como se acostumar com esse cheiro, né*”. Não, não tem! Eu respondi. Sempre que minha mente lembra como é passar por aquele *hall de entrada* e depois pelo pátio da ocupação, eu me recordo dessa fala dela, e isso me faz querer colocar no papel. Até amanhã.

Sua Roberta

3.3.2 Diário iconográfico: uma leitura particular

Era mais um dia de visita na ocupação. Passei pela grade, depois pelo *hall de entrada* e esperei Branca, a mulher que havia me apresentado o edifício. Por meio de Branca, tive acesso ao pátio interno do edifício. Sempre que entro na ocupação e passo pelo *hall de entrada*, tenho duas possibilidades: pegar a direita, subir as escadas e chegar aos quartos alugados ou andar mais um pouco, passar pela biblioteca da ocupação e chegar ao pátio. Para ter acesso à Vila, no quintal da ocupação, precisa-se passar obrigatoriamente pelo pátio, que fica na área externa do edifício e não possui cobertura, pois o desenho da planta lembra o formato em “U”.

Nesse percurso, algumas frases me chamaram a atenção e dentre elas estavam: “*não confunda briga com luta, briga tem hora para acabar, luta é a vida inteira*”, outras como: “*não precisa ter medo*” e ainda “*o certo é quando a gente tá junto*” (Figuras 3.10 a 3.13). Naquele dia, percebi como queria estar junto às famílias e entender o processo de deslocamento habitacional que passam para chegar até ali.

Eu estava interessada em escutar aquelas mulheres, tanto a Branca como a Simone²². Com a Branca mantive contato, mas a Simone se mudou, pois conseguiu um financiamento para a casa própria. Descobri, conversando com outras moradoras. Depois de dois anos, conheci Marilene que me confidenciou: “*nunca tive problema com ninguém aqui, eu tenho amigas, a Simone, minha comadre, se mudou*”. Foi quando tive notícias da Simone.

²² Vale ressaltar que o nome mencionado é fictício.

Figura 3.10: Frases dentro da ocupação.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.11: Frases dentro da ocupação.



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Figura 3.12: Frases dentro da ocupação.



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

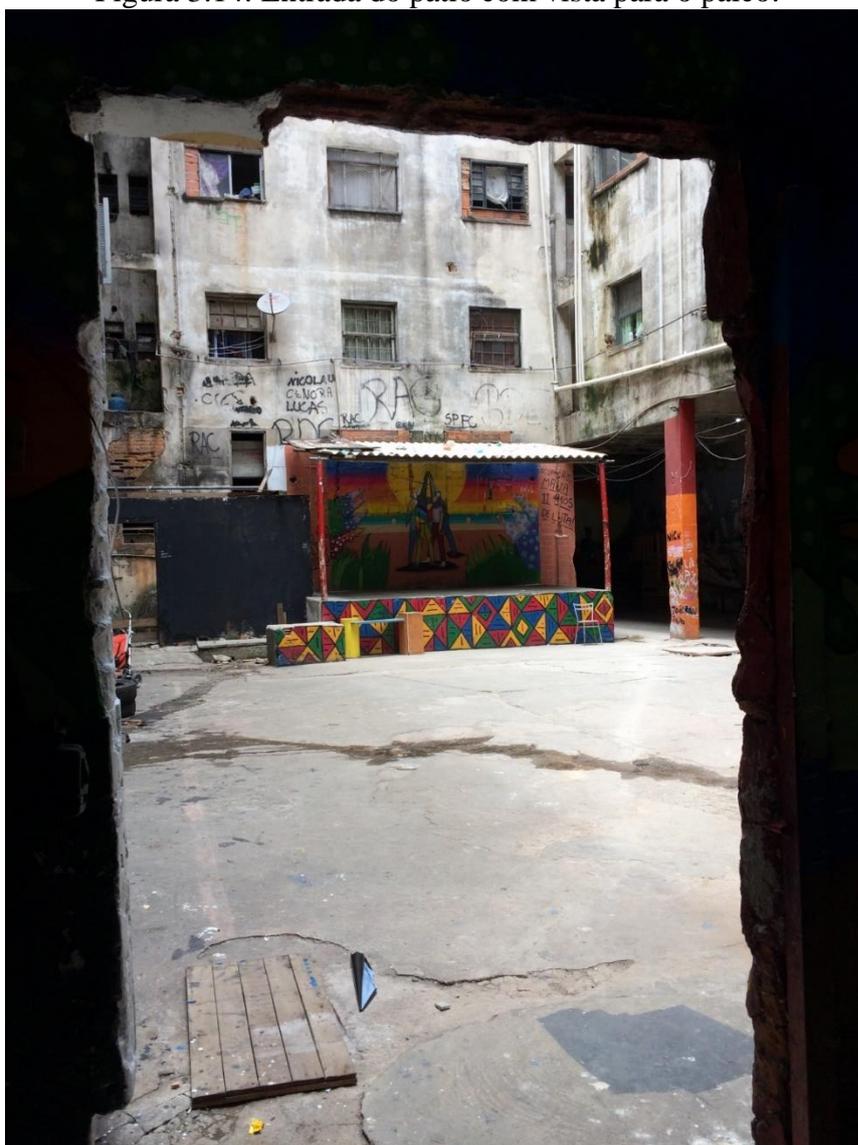
Figura 3.13: Frases dentro da ocupação.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Olhei para o céu, respirei um pouco de ar fresco e refleti. Nesse tempo, olhei para as paredes todas pintadas. Essa forma de expressão reflete a arte presente na manifestação dos grupos organizados, que lutam pela moradia. Observava o pátio interno, onde entre as quatro paredes rebocadas existem janelas mescladas com tubulações de cano. Frases se destacam: “*quem não luta, tá morto*”. Além do mais, outras como “*resistência*” e ainda “*a rua não tem cura*”, representadas pelas Figuras (3.14 a 3.20). Essas fotografias fizeram parte do meu ensaio fotográfico, realizado na Ocupação Mauá, como parte das anotações do diário de campo.

Figura 3.14: Entrada do pátio com vista para o palco.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Figura 3.15: Entrada do pátio com vista para o palco e caixa d'água.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.16: Vista do pátio com a caixa d'água e tubulações.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.17: Vista do pátio interno.



Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Figura 3.18: Outro ângulo do pátio interno.



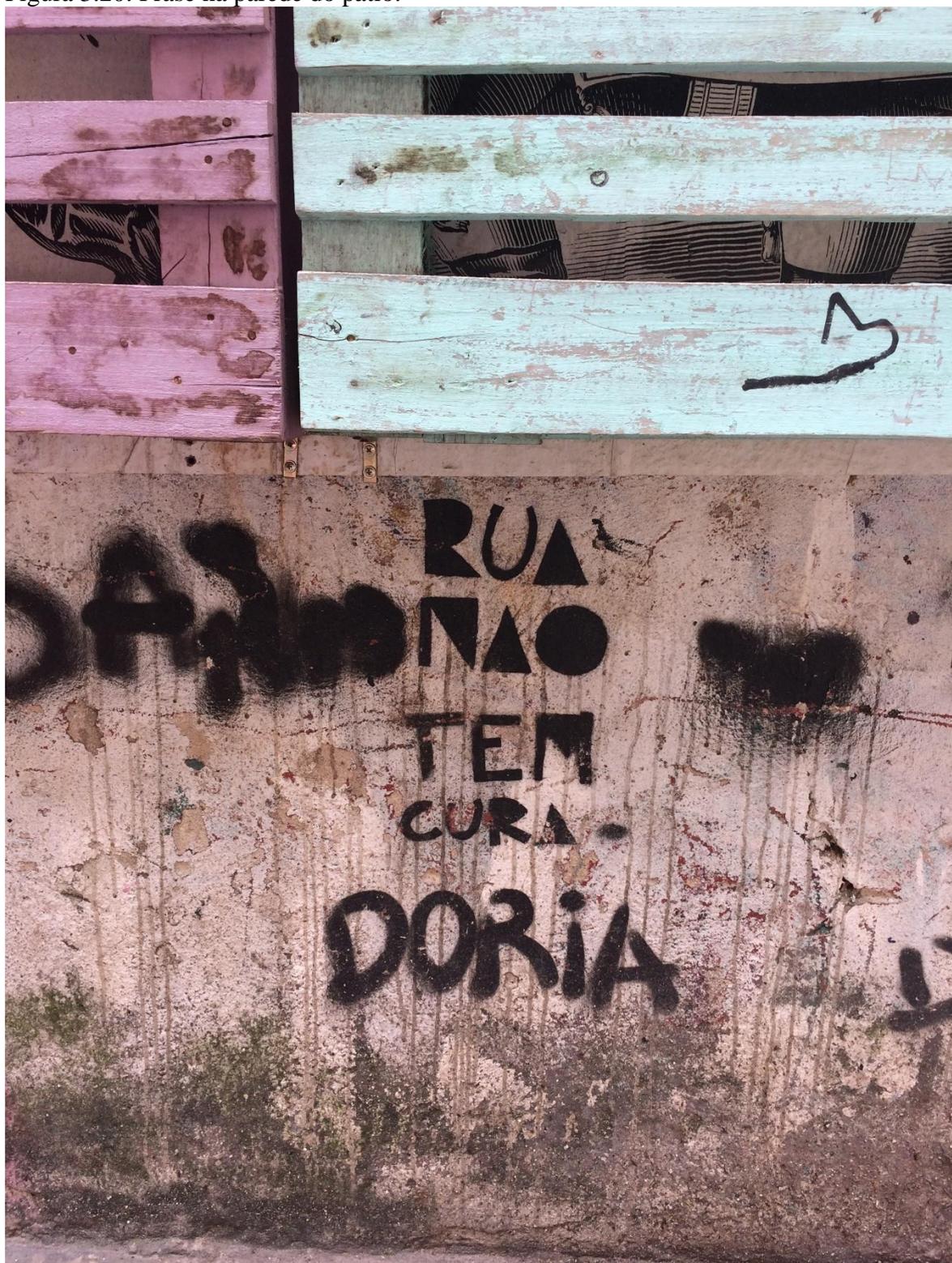
Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Figura 3.19: Vista do pátio com as bicicletas.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.20: Frase na parede do pátio.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Sempre que passo pelo pátio interno, fico reparando as pinturas, que me levam a refletir: *como cabem 287 famílias neste edifício?* Já havia realizado **cinco visitas** na Ocupação Mauá e, durante esse tempo, acompanhei eventos como as consultas médicas prestadas aos moradores. Realizei entrevistas e explorei o lugar – antes mesmo de decidir quais seriam as personagens envolvidas na pesquisa. No dia da consulta médica, por exemplo, era dia de exames oftalmológicos, e um médico voluntário atendeu as crianças da ocupação. Todos fizeram o exame e ganharam óculos de grau em doação, conforme os resultados para a necessidade de cada um. Esse evento foi uma forma de me aproximar dos moradores da ocupação e ficar sabendo que, além de festas no dia das crianças, o edifício também contava com festas juninas e comemoração de Natal.

Depois desse evento, também tive a oportunidade de conhecer uma das faxineiras na ocupação. Em outra oportunidade, conversei com as filhas de Branca. A seguir, entrevistei a Tânia²³ – que atualmente não mora no edifício – porque está sempre de passagem e resolvendo as demandas da liderança do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

Dessa forma, a cada visita feita, não especificamente, alguém me acompanhava. Caso fosse gravar e filmar as entrevistas, estava acompanhada por Helena²⁴, uma coordenadora de andar. Quando entrava como visitante e não fazia registros através de câmera e celular, ficava andando sozinha pelo edifício.

Nos dias em que estava sozinha, na Casa de Branca ou Casa de Marilene, entrava como visitante e tinha um contato mais informal. Foram nesses encontros que obtive os melhores resultados da pesquisa. Em contrapartida, quando estava acompanhada por Helena, eu me sentia tensa. Além do mais, até nas entrevistas supervisionadas, percebia que as moradoras se comportavam de forma diferente. Diante disso, passei a visitá-las separadamente para ter maior privacidade. Se, por acaso, visitava Branca, passava todo o meu tempo com Branca. Em outra ocasião, ao visitar Marilene, passava o tempo apenas com a Marilene. Na maioria dessas visitas, ambas estavam acompanhadas de seus filhos e envolvidas com os afazeres domésticos. Lembro-me de uma visita a Marilene em que ela precisou ficar olhando o arroz, no fogão, enquanto conversávamos.

²³ O nome mencionado é fictício para preservar a identidade da moradora.

²⁴ Possui nome fictício.

Em um sábado de manhã, quando estava a caminho da Ocupação Mauá, reparei o toldo como cobertura para amenizar o sol. Olhei as fachadas da rua e elas pareciam dialogar com o entorno. A movimentada Rua Mauá denunciou que a parte residencial ficava pequena, pois o comércio falava mais alto por ali. O que diferenciava a fachada da Ocupação Mauá para as lojas de comércio era a pintura, na parede de entrada, antes mesmo de entrar pela portaria (Figura 3.21). A grade da portaria dividia a calçada com o *hall de entrada* da Ocupação Mauá. A porteira me pediu o RG.

Figura 3.21: Portaria.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Então, ditei os números e ela completou no caderno escrito à mão. Achei organizado. Afinal, conforme dito por Feltran (2010, p. 582), “era tarefa dessa própria comunidade trabalhadora minimizar a violência nos locais em que vivia”. Apresentei-me como arquiteta e pesquisadora, falei inclusive que havia marcado um horário para visita. Logo, ela me deixou entrar e subi para encontrar a Branca.

Importa ressaltar que me fazer próxima e escutar não apenas Branca, mas o que essas mulheres tinham a me contar, foi o que me guiou no trabalho de campo, já que o objetivo de escolha das personagens era, justamente, a abertura delas. Dessa forma, a justificativa em escolher essas mulheres estava na disposição de colaborar comigo, tendo em vista as particularidades de cada uma delas que foram importantes para esta pesquisa.

Assim sendo, a escolha dessas mulheres também está relacionada ao questionamento: “*um cômodo é o suficiente para abrigar uma família com cinco pessoas?*”. Fiquei me perguntando isso ao assistir ao documentário *Ocupa Mauá*: “*para mim um cômodo é suficiente, mas se eu tivesse uma mulher e filhos um cômodo seria suficiente?*”.

Comecei a pensar na flexibilidade da arquitetura e na adaptação que essas famílias tinham, dentro da Ocupação Mauá, principalmente aquelas famílias mais extensas. Nesse caso, para acomodar sete pessoas de uma mesma família, quebram-se as paredes de divisória e juntam-se os espaços para aumentar o cômodo. Essa aglutinação de dois ou três espaços para abrigar uma família também fez parte da **análise neste capítulo**.

Além disso, outro fator que me trouxe à Casa de Branca e à Casa de Marilene partiu da curiosidade em analisar os diferentes movimentos sociais dentro de uma mesma organização. Enquanto Marilene participa do **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**, a Branca e a Tânia são atuantes do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

Ou seja, as três trajetórias, aqui apresentadas, são marcadas por deslocamentos habitacionais até a Ocupação Mauá. Por isso, as histórias de Tânia, Branca e Marilene expressam o *perambular* de famílias que circulam de uma ocupação a outra, mas que ainda não conquistaram uma casa própria. Assim, para entender melhor suas trajetórias e, cruzando informações por meio da prospecção de entrevistas, a justificativa da escolha por essas mulheres estão na:

1. *Organização em diferentes movimentos dentro de um mesmo edifício;*
2. *A análise das dimensões de um cômodo e a flexibilidade em adaptar uma habitação;*
3. *Ambas possuem uma família extensa e são donas de casa;*
4. *Ambas dependem da renda do marido;*

5. *Ambas vieram de outras ocupações/ pensões antes de conhecer a Ocupação Mauá;*
6. *E ambas residem na Ocupação Mauá há mais **de oito anos** e ainda não conquistaram uma casa própria.*

São elas que vêm de uma situação de rua com seus filhos e, quando não trabalham fora, passam a maior parte do tempo dentro dos cômodos na Ocupação Mauá. Além do mais, o assunto em estudo é marcado pelo protagonismo feminino que aparece como *(re)definição* dessa luta e reafirma como divulgado pela Fundação João Pinheiro (2019, p.155) sobre os dados estatísticos comprovarem sobre o déficit habitacional *ser feminino*.

Nesse sentido, a *feminização* deve ser compreendida a partir de determinados processos sociais, pois os arranjos familiares ressaltam que a violência de gênero atravessa as **trajetórias de vida das mulheres** e são elas que assumem os riscos e, em algumas situações, passam a ser chefes de família e *mães solas*. Na rua, elas encontram ajuda para alimentar seus filhos e, fugindo de relacionamentos abusivos, recomeçam a vida.

A exemplo disso, Tânia também se encontrava nessa situação e acabou saindo de um relacionamento difícil com seu ex-marido. Ela passou a entender que é decisão da mulher querer ser amada naquele dia, ou não. Foi então que Tânia também percebeu que, juntas, as mulheres podem encontrar ajuda. Por isso, apesar da dedicação com os movimentos sociais, ela acolhe mulheres nessa situação e vulnerabilidade.

Tânia é líder e precursora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ) e não mora na Ocupação Mauá, pois ela tem compromissos de reuniões e viagens para ministrar palestras. Partindo desse contexto, trago a trajetória de Tânia e outras duas mulheres casadas e com filhos. Elas moram na ocupação há mais de oito anos e abriram suas portas para me receber.

A partir dessa experiência, que vou compartilhar, também faço um convite para entrarem na **Casa de Branca** e na **Casa de Marilene**. Situação, na qual, mesmo casadas e sem emprego, essas mulheres encontraram a oportunidade de contornarem a sua história, improvisando uma moradia, vez que, entender a realidade dessas mulheres tornou-se necessária para os objetivos da pesquisa e significou entender o prédio que voltou a ganhar vida.

Dessa forma, ressaltar as hipóteses sobre alguma conexão entre a necessidade de moradia e a arte do *contornamento*, passa inclusive pela improvisação no arranjo físico espacial dos cômodos de uma ocupação como aqui estamos estudando. Então, quebrar paredes para aglutinar os espaços permitiu a ampliação de quartos do Hotel Santos Dumont e superar os obstáculos de adequação de um quarto de hotel para uso como moradia. Daí compreendemos o

sentimento de Branca: *“A importância de ter uma casa é tudo. Dá vontade de chorar, né?”* expressa a moradora, com lágrimas nos olhos.

Por isso, trazer a ideia de ter um cômodo, dentro de uma ocupação, significa entender os caminhos que essas mulheres **trilham**, as situações a que se sujeitam e como contornam para permanecerem na ocupação, em especial Branca e Marilene. Portanto, aprofundar sobre esse **processo** – ora de elas passarem pelas adversidades, ora pelo momento de procurarem o apoio dos movimentos sociais, que lutam pela moradia – significa entender o processo de transição em que passaram de uma ocupação a outra, até a espera do financiamento para a Habitação de Interesse Social (HIS) que contemple a sua faixa econômica.

Assim, dentre as fragilidades e potencialidades desta pesquisa, os registros do diário de campo foram se moldando para que eu pudesse contar essas trajetórias. Já que, através desses registros, foi possível identificar as personagens e entender a atuação dos movimentos de moradia. *“Quer acabar com os movimentos? É simples! Atendam todas as famílias. Não vai ter movimento para poder fazer o papel do governo”*, afirmou Tânia.

3.3.3 Trajetória de Tânia²⁵: a líder do movimento

De um lado, a *Estação da Luz* com seu muro de tijolinhos; do outro lado da calçada, o contraste: prédios velhos e baixos, de dois ou três pavimentos, a maioria comerciais, funcionando como lanchonetes, bares, lojas de acessórios e roupas, cabeleireiros e hotéis baratos (SANTOS, 2018, p.31).

Dentre essas inúmeras lojinhas, a **Ocupação Mauá** se camufla nesse comércio e quem começa essa história é uma mulher negra de 50 anos. Tânia é a principal líder da Ocupação Mauá e está à frente do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**. Seu percurso fez com que ela chegasse até o antigo Hotel Santos Dumont com mais famílias e acompanhada de outros movimentos que lutam pela moradia na região central.

Era uma manhã de quarta-feira, quando fiz uma visita à ocupação. Apresentei-me como arquiteta e expliquei meu trabalho. Precisava de mais informações de audiovisual para compor minha pesquisa e, antes de começar a gravação, ao apresentar Tânia para duas colegas, que me acompanhavam, falei: *“essa aqui é a Tânia, a líder do movimento”*, ela me respondeu: *“aqui todos nós somos lideranças”* e enfatizou que não existe uma líder (o que como sabemos, não

²⁵ Esse nome fictício visa preservar a identidade da moradora.

corresponde à realidade). Tânia é humilde e sempre evidencia seus companheiros para mostrar que a força vem dessa união entre os movimentos, na qual outras mulheres também são os braços dela dentro do edifício.

Tânia não mora na ocupação, por isso, o contato que tive com ela foi menor. Nesse tempo, ela comentou comigo sobre as ações de voluntários, na ocupação, que ficava sob sua função e que, além disso, sua rotina era corrida com viagens. Além de estar à frente da Ocupação Mauá, ela possuía uma rotina intensa com demandas de reuniões, assembleias e palestras.

Pode-se afirmar que a personificação desse edifício foi possível através de Tânia. Quando o antigo Hotel Santos Dumont foi ocupado, foi ela quem conduziu as responsabilidades e ficou à frente da organização geral do edifício, durante **a primeira e segunda tentativa de ocupação**. Ela também foi a responsável por todos esses anos, desde as negociações envolvendo as famílias (herdeiros) e a Prefeitura de São Paulo. Tânia reuniu famílias que ela conhecia e que estavam na luta pela moradia, e a partir desse contexto, eles realizaram a ocupação no edifício.

Essa mulher morava no interior de São Paulo, em Guariba, cidade pertencente a Região Administrativa de Ribeirão Preto, região na qual ela trabalhou por muitos anos como boia-fria. Depois se mudou para São Paulo, em 1996, onde trabalhou como empregada doméstica para sobreviver com as filhas e com seu ex-marido. Nesse tempo, ela morou em vários lugares, alugou um quarto na Zona Sul de São Paulo, depois passou a morar em uma série de cortiços pelo Cambuci. Também morou em pensões e, quando não teve mais condições de pagar um aluguel, foi morar em **situação de rua**, debaixo do viaduto, na baixada do Glicério.

A trajetória de Tânia é importante, pois além de inspiradora para outras mulheres foi através dela que muitas outras famílias puderam “mudar” de vida e também saírem de uma situação de rua com seus filhos. Ela relata que, quando morava no cortiço, passava fome e não comia para pagar o aluguel da pensão. Por isso, a decisão de ir morar na rua foi a de que, pelo menos, naquela condição, ela e sua família teriam ajuda do *Anjo da Noite*, uma organização que distribuía o pão. Segundo ela: *“é o pão amanhecido que não deu para vender na padaria que matava a nossa fome”*. Nesse caso, na rua existe ajuda, por mais paradoxal que possa parecer, a rua continuava sendo um atrativo para as pessoas mais vulneráveis. Segundo Tânia: *“a minha mãe não sabia o que eu passava, ela me perguntava: está tudo bem, minha filha? E eu respondia: está tudo bem!”*. Pausa. Tânia se emociona e chora. *“Está tudo bem, mãe!”*

Pelo documentário *Ocupa Mauá*, foi possível complementar o relato da trajetória de Tânia, porque depois da entrevista presencial, fomos assombrados pelo *vírus Sars-Cov- 2* e

quando me reaproximei da ocupação, os dias de visitar o edifício não bateram com seus horários. Apenas na minha última visita, em trabalho de campo, voltei a reencontrá-la.

Seu primeiro contato com as ocupações do centro foi relatado por ela: “*passaram umas pessoas em um mutirão de visita (no viaduto do Glicério), convidando para participarmos do grupo da moradia*”. Tânia contou que seu ex-marido chegou com uma carteirinha na mão, comentando sobre a participação nos movimentos sociais que ocupavam os prédios.

Depois que ela conheceu esse grupo de pessoas, foi ocupar o edifício **Hospital Matarazzo**, na Rua Itapeva, próximo à Avenida Paulista, no centro de São Paulo. Foi a sua primeira ocupação. Tânia relatou que, ao ocupar o prédio e ver o tamanho daquele monte de quarto vazio: “*fiquei louca! Eu entrava em um e saía em outro*” e ainda completou que eram tantos quartos que “*nem acreditava naquilo*”.

Esse hospital foi ocupado pelo **Movimento Fórum de Cortiços** e o **Movimento Sem-teto da cidade de São Paulo**, coordenado na época pela Rebeca. Foi nessa ocupação que Tânia passou a ser a primeira coordenadora, em 2000, e depois continuou coordenadora por três anos consecutivos. Nesse contexto, não por brigas, mas por algumas divergências, segundo ela, o movimento se dividiu. Então, houve a separação do *Movimento Fórum de Cortiço* e do *Movimento Sem-teto da Cidade de São Paulo*, onde nasceu o **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**, que passou a ser liderado por Tânia.

A partir desse contexto, o movimento foi ganhando força, e Tânia passou a ajudar mais famílias e a orientar mais mulheres. Digo orientar, porque ela presenciou um relacionamento difícil e, a partir desta experiência, começou a ajudar mulheres em vulnerabilidade e em relacionamentos abusivos. Essa aproximação com mais mulheres e famílias fez com que o movimento fosse se expandindo e surgiu a oportunidade em ocupar o **antigo Hotel Santos Dumont**. A respeito sobre essa ocupação, onde nasceu a Ocupação Mauá, Tânia explicou:

A gente **não ocupa só por ocupar**, a gente leva pro governo a pauta de que **aquele imóvel vazio, sem função social**; a demanda das famílias com a necessidade de moradia, a **possibilidade de juntar o prédio que está vazio para reformar e assim as famílias morarem**. (Trecho extraído do documentário Ocupa Mauá, 2018, grifo nosso).

Isto é, unir o imóvel que está vazio e a possibilidade de uma reforma para Habitação de Interesse Social (HIS) é a esperança de quem frequenta esses grupos organizados que lutam

pela moradia. Em especial, os moradores da Ocupação Mauá, que deram vida ao edifício que estava morto, abandonado e sem função social.

Aquele dia estava mais quente que o normal, levando em consideração que São Paulo é a cidade do clima, e não importa o calor que faça, depois sempre chove. Era perto das 10h da manhã e eu tinha uma visita marcada na Ocupação Mauá. Justo naquela manhã, o calor estava insuportável.

Peguei o papel todo amassado que estava no bolso da minha calça, abri para certificar o endereço: *Rua Mauá, número 340*. Desci do metrô, na *Estação da Luz*, e procurei a saída. Caminhei por três minutos e me deparei com bares movimentados, comércio local e Policiais Militares em horário comercial. Minha primeira impressão era de que a rua parecia supervisionada pelos policiais, mas me surpreendi negativamente depois e, ao mesmo tempo, a imagem daqueles que, normalmente são moradores de rua, chamaram minha atenção.

Vale ressaltar que o bairro Bom Retiro é caracterizado pela zona comercial, no centro de São Paulo. Caminhei pela calçada, avistei as lojas de comércio, garagem de estacionamentos e logo encontrei uma porta estreita camuflada entre as lojinhas. Chegara na Ocupação Mauá.

Para se ter acesso ao prédio, automaticamente, é preciso passar por aqueles moradores de rua – com suas cabanas de lona de plástico. Esse é o cenário que verifiquei ao sair da *Estação da Luz* e passar pela Rua Mauá, onde recentemente a Via foi interditada para a reforma da praça local, o que levou esses moradores a migrarem da praça para a Rua Mauá. O mundo do crime e da violência parecia estar mais perto do que eu pensava. Ao fazer esse trajeto, tive medo. Medo por estar sozinha, medo de ser assaltada, continuei com medo.

Assim que cheguei à porta de entrada, precisava fazer fotos e vídeos da fachada do edifício. Não consegui, continuei com medo, e esse sentimento me paralisou. Só consegui registrar quando a filha da líder Helena me acompanhou. Eu segurava a câmera nas mãos para pegar a imagem da *Estação da Luz*, quando escutei “*ou, olha eles filmando aí, ou olha eles filmando vocês*”, a filha de Helena, que também é moradora da ocupação respondeu-lhes: “*não estão filmando ‘eles’, não*”.

Partindo desse cenário, o trabalho de campo seguiu, perguntei: “*eles estão sempre aqui na frente?*”, ela me respondeu: “*tá muito ruim, a noite piora porque eles ficam aqui nessa rua por conta da reforma da praça*”. Se uma moradora estava incomodada, por que eu não estaria? Fiquei impressionada com o grande número de *moradores de rua*. Percebi que essa situação piorou durante a pandemia.

Como já relatado por Feltran (2010, p. 582) “o eixo da dinâmica social desses territórios era, portanto, o trabalho. Por isso cabia tão bem, na perspectiva dessa população, o rótulo de trabalhadores. Ser trabalhador evitava que esses recém-chegados, em busca de integração, fossem figurados como *vagabundos*, *marginais* ou *bandidos*”. Eu entendi o incômodo da filha de Helena, pois as famílias que procuravam a Ocupação Mauá estavam em busca de um bairro caracterizado por trabalhadores, então esperava-se que a Rua Mauá, cheia de lojas de comércio fosse mais segura, com menos *moradores de rua*. Porém, não era o que estava acontecendo por ali.

Esse olhar analítico me fez perceber as relações entre essa população de rua e os Policiais Militares (PM) que ficavam pela região. A partir disso, outras relações apareceram no estudo do “*mundo do crime*” e da violência, no momento em que as famílias moradoras na Ocupação Mauá foram sendo afetadas, pois espera-se um apoio referente à segurança, nesses locais, pelo menos em horário comercial, já que o bairro é composto por trabalhadores:

A comunidade era composta de trabalhadores e como não havia muita garantia pública de segurança para seus moradores, **era tarefa dessa própria comunidade trabalhadora minimizar a violência nos locais em que vivia. O “mundo do crime” já começava a aparecer nesses mesmos territórios**, e como a figuração era de que ele era o “outro” diametral dos trabalhadores, deveria ser expurgado por eles mesmos. (FELTRAN, 2010, p. 582, grifo nosso).

Para maior segurança da Ocupação Mauá, o edifício conta com porteiros que trabalham 24h e existe um sistema de revezamento, sendo dois deles folguistas, para reforçar o monitoramento. Assim, com essas tarefas, a comunidade procura minimizar a violência na área, principalmente do edifício para dentro. Todos esses parâmetros costurados: trabalho, família, mobilidade e prevenção à violência permaneceram válidos, mas se modificaram intensamente em conteúdos e relações internas a partir do trabalho de campo (FELTRAN, 2010, p. 584).

Para exemplificar como o “mundo do crime” permeia a vida das famílias que moram na Rua Mauá, as pessoas que saem de casa para trabalhar ou levar os filhos à escola passam a dobrar a atenção nessa área, pois há preocupação no trajeto do edifício até chegar à Estação da Luz. Branca, por exemplo, precisava atravessar as imediações do prédio para ir ao mercado e também levar a filha ao médico. Sua filha mais velha precisava cuidar das irmãs e “fazer bicos” para ajudar financeiramente a família. Assim, com todos esses deslocamentos que Branca e sua família realizam pela Rua Mauá, fica claro o quanto “*mundo do crime*” é vida cotidiana, faz parte de seu dia a dia.

3.3.4 Chegada na Ocupação Mauá

Março de 2018

Era uma manhã de sábado e aquele seria o meu primeiro contato com as famílias da Ocupação Mauá. A pintura na parede da entrada já mostrava que eu havia chegado na ocupação. Uma porta bem estreita e uma bicicleta encostada. A imagem de um saci e uma frase da Declaração Universal dos Direitos Humanos – *Artigo 3º “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”*, foi o que li na parede.

Cheguei à portaria e falei que tinha um horário marcado com o coordenador responsável pelo movimento Frente de Luta por Moradia (FLM). Na época, ele estava à frente e me autorizou a entrada na ocupação para estudo. Precisei assinar o caderno escrito à mão e mostrar meu RG. Esse é o controle utilizado para registrar a entrada dos visitantes. Quando entrei, passei pelo *hall* que dava para a sala de reunião e atingi o pátio interno do prédio. Antes de chegar ao pátio, virando à esquerda, havia uma escada que daria para os andares do edifício.

Cheguei até a sala de reunião e me encontrei com o responsável em me receber. O primeiro contato já havia acontecido por *e-mail* e depois pelo *WhatsApp*. O coordenador me recebeu e com poucos minutos de conversa, ele já me apresentou para uma coordenadora de andar que me acompanharia na visita. Foi assim que conheci a Branca.

3.3.5 Branca: coordenadora de andar no ano de 2018

A Branca me apresentou o prédio, explicou sobre a organização dos movimentos e ainda falou sobre as atividades que seriam realizadas durante o ano de 2018. Ela estava grávida e não teve restrições, subiu todos os andares e me apresentou a ocupação. Essa forma de me acompanhar dentro do edifício e mediar as entrevistas é uma forma de controlar o que está sendo perguntado, fotografado e até mesmo filmado.

Fui bem recebida, subi para conhecer os andares do edifício e, ao passar pelo primeiro andar, Branca falou para a Júlia do mercadinho: *“marca na minha conta um suco de uva aqui para a Roberta”*. Eu estava bem cansada e fui surpreendida positivamente com a recepção. O suco estava gelado e naquele calor era tudo o que eu precisava. Conheci a Júlia, dona do mercadinho e moradora na ocupação. Esse pequeno comércio dentro da Ocupação Mauá foi construído para que ela pudesse continuar as vendas que começou dentro de sua própria casa.

Inicialmente, ela começou vendendo bala, doce, salgadinho, mas depois, os moradores começaram a pedir para ela fazer marmita, então ela passou a fazer comida. Ela fazia em sua casa e quando a demanda foi aumentando, conseguiu aumentar o seu espaço. Mudou-se para outro andar e seu cômodo virou o mercado da Ocupação Mauá. Portanto, ao subir o edifício, logo no primeiro andar, está localizado o mercado, que chama a atenção no meio dos quartos do antigo hotel Santos Dumont. Ele é o único comércio dentro da ocupação e através dele existe a ligação para os outros andares.

Continuei subindo as escadas até o segundo andar. O prédio conta com seis andares e 30 quartos por andar. Um total de 237 famílias que moram nessa ocupação, somando mais de mil pessoas. Dessa forma, cada andar possui um coordenador, ficando assim o **primeiro e segundo andar** sob a responsabilidade do Movimento da Associação Sem-teto do Centro (ASTC); **o terceiro e a Vila** coordenados pelo Movimento de Moradia na Região Central (MMRC) **o quarto, quinto e sexto andar** coordenados pelo **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**, ao qual a Branca pertence.

Branca já foi me mostrando tudo, e, assim, pude ir me apresentando aos moradores. Se passássemos por alguém conhecido, já me apresentava. Com essas visitas, pude perceber as diferenças tipológicas somadas às adaptações e ampliações dos espaços que os próprios moradores faziam. São quartos muito diferentes e com dimensões distintas, onde as famílias juntam dois cômodos ou até três.

Essas dimensões são variáveis de andar para andar. Quando tive acesso à planta do edifício, comparei os desenhos e analisei que os quartos variam de **2,80m x 3,50m** por **2,80m x 3,70m** e ainda **3,70m x 3,70m**, no primeiro andar. Já os espaços do segundo andar variavam de **3,00m x 3,50m** por **5,15m x 9,40m** e ainda **3,50m x 9,80m**. Além disso, os banheiros possuem dimensões de **1,70m x 2,70m**, totalizando um espaço de aproximadamente **10,36 m² que virou 31m²**, por meio da improvisação e ampliação dos cômodos.

Dentre essas metragens, reparei que algumas famílias constroem uma pia dentro do antigo quarto de hotel, que fora improvisado para se tornar uma *kitnet*, a meu ver. Em outros espaços não existe pia, apenas uma cama, mesa e um guarda-roupa. Ainda há outra forma de disposição: guarda-roupa, fogão, geladeira e cama. Enfim, uma configuração muito diferente de uma família para outra, variando de acordo com a quantidade de pessoas na família. Alguns quartos contam com janela de vidro, outros sem vidro e com uma lona para proteção, ainda existiam os de telas improvisadas, grades e até mesmo fechamento de papelão.

Paramos em frente a um quarto e batemos à porta. Simone nos recebeu. A Branca explicou sobre meu trabalho, disse que eu era uma arquiteta que estava estudando a ocupação

e logo me apresentei. Simone é mãe de três filhos e chegou na ocupação logo no seu início. Ela pagava a diária de um hotel e para não ter que dormir na rua com seus filhos, entrou para a Ocupação Mauá. “*Eu vendia as coisas na rua e à noite era o suficiente para poder pagar mais uma diária naquele dia*”, ela me contou. Chegou uma hora em que a situação ficou ainda mais apertada relatou a moradora: **“Eu não tinha dinheiro para continuar pagando a diária do hotel, na Rua Helvética, 417. Ou pagava a diária ou comprava comida para os meus filhos.”** Foi então que Simone mudou com os filhos e o marido para a Ocupação Mauá.

Caderno de campo, março de 2018.

3.4 CASA DE BRANCA

Branca é uma mulher parda, 39 anos, possui o ensino médio completo e é bem engajada. Inclusive participou do documentário Ocupa Mauá, estreado em novembro de 2018. Play no vídeo: som do barulho da rua. Ruídos e carros. A câmera se aproxima da parede e ao fundo uma frase pichada no muro: “por que lutamos?”. A imagem de um morador de rua, deitado no chão, aparece na cena ao lado de sacolas plásticas. Um trecho escrito: “na cidade de São Paulo cerca de um milhão e 264 mil famílias não têm onde morar ou moram em uma situação de rua”.

Muda a cena. Agora um outro morador (em situação de rua) aparece. Posição fetal, está deitado sob os jornais e papelão dispostos na calçada. Mais um trecho se destaca: “de acordo com a Prefeitura, existem atualmente 221 ocupações, em São Paulo, que abrigam 43.640 famílias”. A fonte com letras menores indica: Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo. Muda o som: agora mais lento, mais leve e reflexivo, o dedilhar do violão. A imagem do edifício aparece, todo rebocado e com marcas verdes, refletindo o lodo na parede, contrapondo à infinidade de janelas que preenchem a tela.

Agora, não mais o edifício, mas o documentário traz o prédio e o céu sem nuvens. O azul ficou preto na tela. Próxima cena: o rosto de uma mulher com cabelo castanho preso para trás. Fala da mulher que ainda não se apresenta: “a importância de ter uma casa é tudo. Dá vontade de chorar, né?” *30 segundos do vídeo.*

A tela fica preta: muda a cena. Um cano simboliza a torneira. A imagem da pia com a louça no escorredor, depois a imagem da janela com uma cortina xadrez. Um nó pendurado na ponta da cortina reflete o céu. Iluminação natural. *Blackout.*

Figura 3.22: Junção de cômodos por paredes quebradas.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Não me recordo ao certo qual foi “a minha primeira” visita à Casa de Branca, pois em 2018, quando conheci o edifício, ela ainda era coordenadora de andar e me apresentou a casa de outras mulheres na ocupação. Naquele ano, lembro de ter conhecido apenas a casa de Simone e de Ana, quando conheci a ocupação. Após conhecer o edifício e trocar mensagens pelo *WhatsApp*, consegui voltar mais vezes e com mais tempo para conhecer a sua casa.

Conversávamos sobre a vida. Ela me contava como estavam as coisas na ocupação, falava sobre suas filhas e ainda tirava minhas dúvidas (que eram muitas). Depois que ela ganhou a Rayane e saiu da coordenação, acabei perdendo o contato e nos distanciamos. Só depois de um tempo fui compreender o porquê Branca também se distanciou dos movimentos sociais. Eu, uma estudante de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, estava muito interessada em desvendar seu mundo e, mesmo sem entender o rompimento do laço, respeitei.

Cheguei a me perguntar se havia falado alguma coisa que ela teria interpretado de outra forma. Existe uma preocupação com relação ao vínculo que se estabelece, mas, em nenhum momento, minha intenção era prejudicar as moradoras do edifício e sim entender a forma como aquelas mulheres moravam. Minha imagem, às vezes, era confundida com a de uma jornalista, porém, eu não estava ali para denunciar e deixava bem claro, quando entrevistava alguém, pois estava ali para estudar e contar a história das famílias que deram vida ao edifício.

Não vou esquecer da cordialidade de Branca e principalmente da sua receptividade comigo. Não tenho palavras para descrever o quanto isso me deu fôlego para continuar a pesquisa e só de pensar que não estava sozinha me fazia ter forças para seguir o trabalho de campo. Contudo, depois que ela se distanciou, precisei mudar a rota e contornar a situação e, caso ela ainda quisesse contribuir com a pesquisa, seria ótimo e dei esse tempo,

Fui compreender o que realmente estava acontecendo quando nos reaproximamos. Fiz uma visita ao edifício, em novembro de 2019, realizei outras entrevistas e, antes de ir embora passei na casa de Branca e deixei um bilhete. Perguntei como ela estava, reforcei quem eu era e o meu estudo sobre a ocupação. Agradei as portas que ela tinha aberto para mim na ocupação e desejei um Feliz Natal.

Deixei o bilhete com sua filha mais velha, a Giovana. Geralmente encontro suas filhas pelos corredores, assim como trombo com mais crianças na ocupação. Também anotei meu celular no final do bilhete e ela me retornou, dizendo que recebeu aquele bilhete escrito à mão. Branca me explicou sobre seu sumiço e falou que sua filha mais nova teve problemas de saúde. Sua vida estava agitada com o hospital, casa e cuidado com as filhas. Eram cinco. Ela ainda tenta entender as complicações na gravidez devido a sua diabetes. Sua rotina gira em torno da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro República.

A imagem que não saía da minha cabeça era o barrigão enorme de Branca, grávida de Rayane, subindo e descendo, tantas vezes aquelas escadas, pois o elevador do prédio não funciona. De vestido solto e rasteirinha foi a última memória que tive de suas vestimentas. Depois que perdi o contato, eu só visitava o prédio e conversava com Ana, que estava passando por uma situação delicada após a prisão do marido.

Eu tinha uma memória afetiva da casa de Branca, mas não tinha fotos, fiquei sem tempo de registrar. Após minha reaproximação com ela, consegui descrever melhor os espaços e arquivar fotos, que foram imprescindíveis para entender a ampliação do espaço de 10m² para 31m². Perguntei quantas pessoas moravam naqueles três espaços, incluindo ela, Branca me respondeu: **sete pessoas**. Quando a conheci, ela alugava apenas **um cômodo**, isso em 2018. Ao voltar em novembro de 2019, ela ainda vivia com a família naquele quarto. Conforme as reformas e a disponibilidade de quartos foram aparecendo na ocupação, Branca conseguiu ampliar seu cômodo.

Mulher parda, com 39 anos e cinco filhas, ela e o marido dividiam o cômodo com as filhas. Em setembro de 2022, eles já estavam com **dois espaços** que totalizavam **três cômodos**, com aproximadamente **31m²**. Branca estava feliz por aquela conquista. Há oito anos, ela morava na ocupação e nesse percurso conseguiu conquistar esse espaço.

OUTUBRO DE 2022

Senti saudades de Branca, mandei mensagem para perguntar como ela estava e fui surpreendida quando me falou: *“A Giovana casou, menina. Agora ela está morando lá na Cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. Eu consegui um barraco para ela”*. Já tinha mais de um ano que eu acompanhava Branca na conquista desse terreno na periferia de São Paulo. Ela conseguiu um lote para construir uma casa de madeira, depois de um conflito dentro da Ocupação Mauá. Então, Branca apostou todo dinheiro que recebia para construir seu *“barraco”*, como ela mesma diz.

Cheguei a conhecer a Ocupação Texas, onde ela conseguiu o terreno. Ela queria muito que eu fosse conhecer e fui. Achei que em breve ela se mudaria com o marido e com as filhas, mas na verdade quem mudou primeiro foi Giovana, que se casou aos 15 anos. Eu precisava contextualizar a saída de sua filha mais velha devido a um conflito – que vou relatar mais adiante.

Acompanhando a trajetória de Branca, pude compreender como esses deslocamentos habitacionais terminam na conquista de uma casa na periferia, onde não chega à infraestrutura e onde não existe cidade. As pessoas que ocupam os edifícios vazios que não cumprem a função social, preferem o centro, mas a Prefeitura do município de São Paulo afirma que encontrou lugar para essas pessoas morarem. Conforme aponta Rolnik:

Na verdade, não temos uma política habitacional que dê conta de necessidades diversificadas. Temos hoje uma presença grande de populações refugiadas, por exemplo. O país assina convenções para receber estas pessoas, o que é ótimo, mas não se prepara minimamente para recebê-los. E a moradia para quem acaba de chegar, seja migrante, imigrante ou refugiado, é transitória, de passagem, **o que não existe como programa de governo.** E há situações de idosos, sozinhos, que não precisariam ter que comprar casa própria, mas sim ter um aluguel acessível como alternativa. **As ocupações são fruto de uma política habitacional que remove gente de favelas, de áreas desapropriadas** – acabamos de ver isso na região na Luz - e oferece apenas uma bolsa-aluguel. São cerca de 30 mil pessoas hoje que recebem R\$ 400 reais de bolsa-aluguel. **O único lugar em São Paulo possível para este aluguel é viver em ocupações.** Ou nas favelas mais precárias das franjas da cidade. **A política habitacional da prefeitura, hoje, produz ocupações.** (ROLNIK, 2018).

A ocupação continua sendo uma alternativa para essas pessoas: moradores de rua, refugiados, imigrantes que vão morar em ocupações. A autora ressalta que a política habitacional da prefeitura, hoje, produz ocupações. Isso significa que, assim como Branca veio por meio de outras ocupações e conseguiu um terreno em outra ocupação, a periferia significa interpretar a fala de Rolnik (2018): o único lugar possível para viver com uma renda de R\$ 400 reais mensais é na ocupação ou nas franjas periféricas da cidade, onde é mais barato, pois as políticas públicas definiram esses espaços como o “*melhor*” lugar para jogar essa população.

Nessa conjuntura, alguns profissionais da área buscam estudar esse assunto e entender o papel do arquiteto, tanto em projetar habitação para essa faixa econômica, como pensar em sua atuação “arquiteto- militante”, como nos recorda Lopes (2018, p.240):

Talvez em virtude de tais deslizamentos – semânticos e até mesmo práticos – é que remanescem questões quanto aos sentidos do que venha a ser o “**mercado de trabalho dos arquitetos por excelência.** Trata-se de um serviço destinado a uma **elite econômica** e não se discute mais isso? **Haveria um “mercado de trabalho popular”** e outro “tradicional”? Que tipo de ser humano constitui essa “categoria profissional”. Seria possível imaginarmos um “**arquiteto-militante**” em oposição a um “arquiteto de mercado”? Ou, por outro lado, seria adequado imaginarmos um “arquiteto-tipo” – forma, modelo e padrão – gabarito ou **referência para o reconhecimento de quem seria “mais” ou “menos” arquiteto?** (LOPES, 2018, p.240).

É sabido que o serviço do arquiteto é destinado a uma elite econômica, sem ao menos se pensar na população que vive em condições precárias, insalubres, situações de risco ou numa situação de rua. Seria possível pensar um “arquiteto-militante” que busca contribuir com essa

população do “mercado de trabalho popular”? Nesse sentido, coube a mim entender e descrever a trajetória de Branca. Não pude fechar meus olhos para essas vidas improvisadas. Por isso, insisto na vida dessas mulheres que compartilharam seus mundos comigo.

3.4.1 Cena um: visita à casa de Branca

Maio de 2021, meio de uma pandemia. Branca estava sem máscara. Respeitei o distanciamento, permaneci com a minha. Eu a cumprimentei e logo pedi para usar o banheiro depois de ter passado uma hora no metrô. Precisei sair do quarto, seguir pelo corredor da ocupação para chegar ao banheiro. Havia um cartaz na porta que indicava a limpeza do banheiro e nele continham vários nomes. Aproveitei para perguntar como funcionava a limpeza desses banheiros e *como tem sido a limpeza durante a pandemia. Vocês estão limpando a maçaneta da porta com álcool?* Branca me respondeu: o banheiro a gente lava com água sanitária e depois passamos álcool. Ela me explicou que o mutirão de limpeza no edifício acontece a cada quinze dias, mas que durante a pandemia ficou suspenso.

Voltei para a sua casa e, enquanto ela me respondia, fui sentando na poltrona que ficava perto da porta de entrada. Em cima da poltrona ficava um varal com roupas. Depois que me acomodei, (Figura 3.23), perguntei como estavam vivendo durante a pandemia dentro da ocupação, e me contou que estavam praticamente vivendo de doações. *“Tivemos ajuda no começo, ganhamos cesta básica, não tive o que reclamar, não passei necessidade”*. Durante a pandemia a ocupação recebeu doações de marmitas e cesta básica para os moradores. Através de ajuda e de doações, Branca conseguiu passar a pandemia, cuidando das filhas e seu marido trabalhando fora. Além dessa ajuda alimentícia, Branca me contou que recebe auxílio da escola, onde suas filhas estudam, e que elas tomam o café da manhã e depois almoçam.

Figura 3.23: Poltrona que eu utilizava durante nossas conversas.



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Branca mora na ocupação, há oito anos, faz parte do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**. Ela colaborou com o movimento, onde foi coordenadora de andar e ministrou a formação do Grupo de Base, mas acabou saindo da coordenação. Atualmente ela não frequenta as assembleias e reuniões do grupo. Esse distanciamento se deu por conta de um tratamento médico de diabetes, e ainda precisava manter a casa e cuidar das filhas. Com esses contratempos, Branca deixou a coordenação e se fechou em relação às outras pessoas, passou a se dedicar à sua família. Suponho que não seja apenas por isso e sim por outras questões internas, somadas aos conflitos pessoais que Branca teve dentro da ocupação, o que será abordado mais adiante em relação a essas divergências entre a família de Branca e as regras internas da Ocupação Mauá.

Foram cinco anos trabalhando na coordenação. *“Ser coordenadora é dar atenção para os moradores, amigos, definir o certo na ocupação e organizar a entrada de pessoas que precisam de um espaço”*, ela completou. Depois ressaltou que não existe moradia de emergência, existe uma fila de espera para entrar na ocupação e, nesse tempo, as pessoas dessa lista, passavam a frequentar o Grupo de Base que ensina sobre a vida dentro do edifício.

Por isso, ficava por responsabilidade dos coordenadores gerenciar esse processo de entrada dessas famílias. Quando perguntei de quanto em quanto tempo os coordenadores eram trocados, ela me respondeu: *“na verdade não troca, não muda, só se for por uma outra questão como a de saúde”*. Ou seja, escolher ser coordenador é uma decisão coletiva, com periodicidade pelo menos anual, e com a função de acompanhar a vida no edifício. Nesse tempo, Branca se dedicou ao movimento, porém sua vida mudou após o nascimento de sua filha mais nova.

A trajetória de Branca é marcada por deslocamentos habitacionais, pois foram cinco lugares diferentes antes de chegar à Ocupação Mauá, dentre eles **três foram ocupações**. No entanto, antes de se mudar para o edifício, ela já conhecia a rotina e as regras dentro de uma ocupação.

Estávamos sentadas, conversando, quando sua filha mais velha, a Giovana chegou da rua e ficou acompanhando a entrevista. Branca continuou a entrevista. Ela me contou, que antes da Ocupação Mauá, ela passou por Itu, Guaianases e, finalmente, para o seu primeiro prédio ocupado, a **Ocupação São João**, conhecida como Espigão. Essa ocupação era um antigo hotel com 22 andares com 15 apartamentos por andar. *“Tinha até banheira dentro dos banheiros”*, Branca recorda. Sobre essa ocupação, em 2014, ela contou: *“foi horrível, bateram até em uma cadeirante”* pela ocupação no Espigão, nome dado porque o edifício era bem alto. Ela me

contou que, no dia dessa ocupação, suas filhas entraram no prédio e ficaram 72 horas sem sair de lá. “*Quem cozinhava para elas era a Helena*”, completou.

Além disso, a Polícia Militar (PM) jogou bomba de gás para retirarem as famílias do edifício e para que elas desistissem de permanecer no prédio. Porém, os moradores se defenderam arremessando casca de coco e móveis pelas janelas. Enquanto Branca me contava os detalhes, eu ia imaginando uma mãe aos prantos, de fora, sem poder fazer nada e zelando pelas filhas que haviam ficado dentro do edifício **para garantirem um cômodo**. “*As minhas filhas estão lá dentro, só saio daqui com as minhas filhas*”, conta Branca sobre a experiência de sua primeira ocupação. Tudo que ela queria era sair sem nenhum resquício de violência, principalmente com suas filhas.

De acordo com Feltran (2011, p.3) “, é preciso atentar para os qualificativos da noção de violência (doméstica, política, de gênero, violência étnica, religiosa etc.), pois boa parte deles não se associa, preferencialmente aos pobres, aos jovens ou às drogas”. Isso exemplifica que a violência não está umbilicalmente ligada apenas às *drogas* e aos *jovens*, como se costuma pensar.

Nesse sentido, esperava-se que a violência ocorrida, em sua primeira ocupação, fosse amenizada e que ela conseguisse um quarto dentro do edifício Espigão. Durante esses três dias em que suas meninas ficaram sozinhas, sob o olhar de Helena, Giovana, a mais velha, ficou encarregada de cuidar de suas irmãs e descia 17 andares para buscar água.

Além disso, Branca relembra o episódio e Giovana, que estava assistindo à nossa entrevista, pega o celular para tentar procurar o vídeo no *Youtube*²⁶ e me mostrar. Nele, aparece Tânia, que ficou à frente do movimento do lado de fora do edifício. “*O capitão que está comandando essa ação, falou o seguinte, que agora, quem manda é ele*”, exclamou Tânia. A cena mudou e foi para o policial que estava comandando: “*a hora que eu parar o trânsito aqui eu vou dar o start, ou sai, ou sai*”. O caminhão de choque da polícia entra com tudo e arrebenta a porta de entrada do prédio na Av. São João. A Polícia Militar (PM) entra no edifício gritando: “*vai meu, vai, quando mais demorar, pior é*”. As pessoas que estavam ocupando esse edifício foram retiradas pela violência, assim houve o despejo.

Depois, no documentário *Ocupa São João* fica evidente a fala dos coordenadores do movimento Frente de Luta por Moradia (FLM): a mídia, ao retratar esses edifícios, passa a ideia de que o edifício foi invadido, mas não ressaltam que o prédio está fora da lei, abandonado e que o dono estava irregular com a prefeitura. Ou seja, o edifício estava sem o pagamento do

²⁶ O vídeo de despejo das famílias que ocuparam o edifício na Av. São João, no centro de São Paulo pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=BHoyIxnnoMM>.

Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). No momento da Ocupação São João, quando os moradores chegaram, o que existia era água parada e pombos mortos. (PONTE JORNALISMO, 2014).

Branca relembra sobre essa situação e conclui: *“o sonho é deixar uma casa para as minhas filhas. Eu não quero que elas passem o que eu passei. Eu quero que elas morem dignamente”*. Dessa forma, a noção de dignidade associa-se ao direito à moradia digna – mesmo que paga, desde que de acordo com a faixa de renda de cada família. Além disso, como abordado pelo Ponte Jornalismo (2014), casa própria significa ter um endereço e uma família reunida. As pessoas que estão ocupando um edifício **sabem que tudo ali não é fixo, é provisório.**

3.4.2 Cena dois: relatar o vivido

Depois que Branca contou sobre ter passado por ITU, onde pagava R\$450 reais, em **Guaianases**, São Paulo, ela gastava R\$ 370 em aluguel, fora água e luz. Quando começou a passar dificuldade em continuar pagando pelo valor de um aluguel, Branca e sua família foram ocupar o prédio que ficava localizado na Av. São João. Mesmo com o despejo das famílias, eles voltaram a ocupar, e ela chegou a morar um tempo na **Ocupação São João**.

Além do mais, outras experiências foram vivenciadas, na **Ocupação Líbero Badaró**, um galpão antigo na “Cruz Vermelha”. O edifício era menor que a Ocupação São João e havia apenas quatro andares. Na Ocupação Líbero Badaró, ao invés de janelas, existiam panos que serviam de vedação para as portas e janelas. Ainda sobre esses prédios ocupados, Branca me relatou sobre a **Ocupação do Brás**. Segundo ela, o prédio tinha três andares e o banheiro era interno, e que parecia um apartamento mesmo. Assim, as famílias que viviam na Ocupação do Brás se dividiram na Ocupação Prestes Maia e na Ocupação Mauá, por conta da Reintegração de Posse. Foi nesse percurso, passando por casas de aluguel e três ocupações, no centro de São Paulo, que Branca foi se deslocando até chegar à **Ocupação Mauá**.

Insisto que, conforme abordado por Feltran (2011, p. 5) “a intensidade do que se vive em campo e a solidão dos momentos de relatar o vivido, são metodologicamente os passos necessários da produção da reflexividade sobre a qual se fundam, na pesquisa social, os juízos analíticos”. Então, sentada naquela poltrona e olhando para Branca, consegui enxergar a

verdade, o sacrifício, as dificuldades, os momentos de tensão e os deslocamentos habitacionais presenciados para conseguir um quarto na Ocupação Mauá.

Parece até rápido o processo dessa conquista, mas para quem enxergou de perto, por trás dessas vidas improvisadas, existiu muito suor, luta, críticas, preconceito e discriminação. Visto de fora, *“ficam olhando a gente como baderneiros, como usuários de drogas e acham que somos pessoas à toa. Mas, somos todos trabalhadores em busca pelo nosso direito.”* (PONTE JORNALISMO, 2014).

Existe preconceito com as pessoas que moram na ocupação, *“elas têm uma má visão da ocupação. Aqui a casa é limpa, as crianças são limpas e a gente trabalha. A gente consegue as coisas, não precisamos roubar”*. Branca ainda ressaltou sobre ir para a luta, com a finalidade de morar na Ocupação Mauá até conseguir o financiamento de uma casa própria, de acordo com a faixa de renda de cada família.

Nesse tempo de espera, o que resta é improvisar uma moradia. Em sua casa, por exemplo, como o prédio é antigo, às vezes, aparecem ratos e, por isso, precisam dedetizar. Mas, um dia, Branca entrou em pânico. *“Eu passei mal por causa dos ratos que foram encontrados dentro de casa. Foi o meu cachorro que sentiu e depois meu marido passou veneno.”* Essas são as condições que algumas famílias prezenciam, dentro do edifício, porém mesmo nesse contexto Branca completou: *“eu gosto daqui porque aqui é tudo perto”*.

Quando Branca saía da ocupação ela carregava suas filhas junto. *“Eu também levava as crianças comigo para trabalhar, mas saiu fofoca, falando **que eu levava as crianças para trabalhar comigo e que em casa as minhas filhas eram espancadas. Até a assistente social já veio aqui.**”* Contou sobre algum vizinho ter denunciado para o Conselho Tutelar e ainda disseram para a assistente social que suas filhas eram desnutridas.²⁷ *“Não gosto de gente que toma conta da vida do outro”*. Branca tinha razão, ela se afastou das amizades e dos movimentos sociais por conta de pequenos conflitos que foram tomando outras proporções. No entanto, enxerguei as meninas até acima do peso e isso precisa ser um fator avaliado, principalmente com o aumento da obesidade infantil. Branca me contava essa história

²⁷ Não é objetivo deste trabalho verificar as formas regulatórias ou coercitivas que o Estado pode apresentar-se em situações como esta. Cabe-me apenas chamar a atenção para esta manifestação do Estado na fala de Branca.

inconformada com essas fofocas, por isso não queria que soubessem o que acontecia dentro de sua casa.

Foi justamente nesse momento que ela me contou sobre ter passado por tantas situações na vida: *“já fui auxiliar de limpeza e depois fui vender pano de prato (Figura 3.24) na rua e vendo até hoje. Compro para revender”*.

Figura 3.24: Bolsa com os panos de prato.



Fonte: Elaborada pela autora (2020)

Sua filha abre a bolsa para mostrar como elas levam os panos de prato para a venda que são feitas em bares e restaurantes. Já são mais de oito anos, vendendo pano de prato. Branca faz a venda desde quando morava em Guaianases. Mostrou os modelos e, dependendo do modelo, o valor varia de R\$20 a R\$ 30 reais. Dinheiro extra que entra no orçamento dela.

Já havia passado das 14h e eu tinha combinado de encontrar Branca na Ocupação Mauá, depois segui com suas filhas até a Estação da Luz, onde pegamos o metrô até a Estação Brigadeiro. Naquele dia, consegui acompanhar suas vendas e seu encontro com as amigas que também realizam vendas, mas de balas e doces. Nesse tempo, consegui conversar com a sua filha mais velha, Giovana, que me contou sobre ajudar a mãe. Até o momento em que eu estava acompanhando ainda não haviam sido vendidos nenhum pano de prato. Apesar de ser uma área

movimentada, na saída do metrô da Estação Brigadeiro, o local exige que se vá até o encontro das pessoas para realizar a venda. Passada uma hora precisei ir embora, peguei o metro.

“Eu entrei no movimento de moradia²⁸ já ocupando o prédio que foi a Ocupação São João”. Depois, Branca passou pelo Grupo de Base, inclusive o mesmo grupo em que ela trabalhou enquanto esteve na coordenação de andar. Perguntei o porquê precisar entrar para o Grupo de Base. Branca me respondeu: *“porque os moradores precisam saber o que não é permitido na ocupação, como por exemplo, o uso de entorpecentes e violência doméstica”*. Ou seja, além de estudarem sobre o direito de propriedade, eles discutem sobre as regras. ***“Aqui fechou a porta todo mundo sabe, ainda mais se for violência doméstica”***. A fofoca que fizeram sobre Branca e suas filhas, me fez imaginar como realmente as coisas são compartilhadas, dentro da ocupação. Ali os moradores ficam sabendo rápido.

Sobre o grupo ela me contou: *“eu coordenava o Grupo de Base aqui na Ocupação Mauá e eram no máximo 25 pessoas. Nele é discutido também qual o objetivo de estar no prédio, como é morar, o que é ocupar”*. A ênfase que Branca foi dando sobre os movimentos e essa organização do grupo me fez refletir sobre como as lideranças passam as informações aos moradores. Ainda ressaltou sobre as regras: *“mesmo sendo um casal, não pode tomar banho junto”*.

Ela ainda me olhava fixamente, esperando a próxima pergunta. Fiquei curiosa para saber o porquê continuava naquela condição, mesmo com tantas pessoas querendo prejudicá-la e enfatizando os conflitos. *“Eu não saio daqui. Não tenho para onde eu ir com as minhas filhas. Lá em Guaianases, quando eu morava de aluguel, a minha amiga virou pra mim e falou: vamos ocupar? Vai ter. Você vai?”* Nessa situação, em vista de melhorar de vida e de proporcionar

²⁸ De acordo com Cavalcanti et al. (2022) os primeiros movimentos de caráter nacional surgem no Rio de Janeiro e promovem a questão do direito à terra, especificamente o Movimento de Defesa do Favelado (MDF) que foi o pioneiro no Brasil. Depois, esses movimentos passaram a contar com aportes de assessorias técnicas, universidades, coletivos e profissionais ligados à administração pública que potencializam a luta urbana (BONDUKI, 2018). Portanto, para reafirmar a disseminação desses movimentos que chegaram na região central no contexto das ocupações nos edifícios vazios, o pesquisador Feltran (2003) em sua dissertação de mestrado trouxe a investigação das histórias de movimentos sociais em São Paulo. Além disso, o autor partiu do pressuposto de que os movimentos sociais sempre lutaram para figurar-se como sujeitos políticos e, portanto, a política está na base das nações renovadas de direitos, cidadania e democracia que eles pretendem formular.

uma conquista para suas filhas é o motivo que leva Branca a permanecer na ocupação. A Luta é diária.

Por isso, entender a casa de Branca, foi um momento importante do trabalho de campo, de modo que a etnografia permite fazer de modo singular seus contextos próprios de formulação e locução, expondo seu caráter analítico e não apenas descritivo (FELTRAN, 2010, p.8).

3.4.3 Cena três: Flexibilidade Habitacional e suas Adaptações

Interpretar como as famílias extensas da Ocupação Mauá se adaptam, faz com que a elas se organizem espacialmente de forma a flexibilizar a habitação. Desse modo, a tipologia do edifício é variável e atende à necessidade da família que está crescendo e precisa se adaptar. Conforme os estudos de Abdou Maliq (2019), a autora aborda sobre a questão da estrutura dos apartamentos que representam a **modalidade na residência**, as adaptações nas habitações surgem como:

Uma forma particular de habitação, na medida em que se destina a casais e pequenas famílias nucleares – **uma modalidade de residência** que permanece em grande medida minoritária nestes contextos. Em vez disso, **ocorrem várias adaptações**, pois famílias extensas **podem comprar unidades contíguas em um único andar ou tentar criar aberturas em apartamentos de junção**. (ABDOU MALIQ, 2019, p.67, grifo nosso).

Nesse sentido, os moradores da **Ocupação Mauá** apresentam essa característica em “criar aberturas em apartamentos de junção”, onde a necessidade de criar mais espaços, como por exemplo a **Casa de Branca**, se faz como solução imediata para as famílias mais extensas que tentam se adaptar em uma dimensão de 10m². Assim, por meio dessa adaptação, Branca conquistou um espaço de 31m². *“Estou aqui até hoje e muito feliz por ter um teto. Aqui é casa para você? Aqui é. Para mim é”,* disse Branca.

A respeito dessas aberturas, os apartamentos foram justapostos, moldando-se a casa de Branca apresentada nas (Figuras 3.25 a 3.30)

Figura 3.25: Corredor que evidencia a entrada da casa de Branca.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.26: Cozinha no primeiro cômodo.



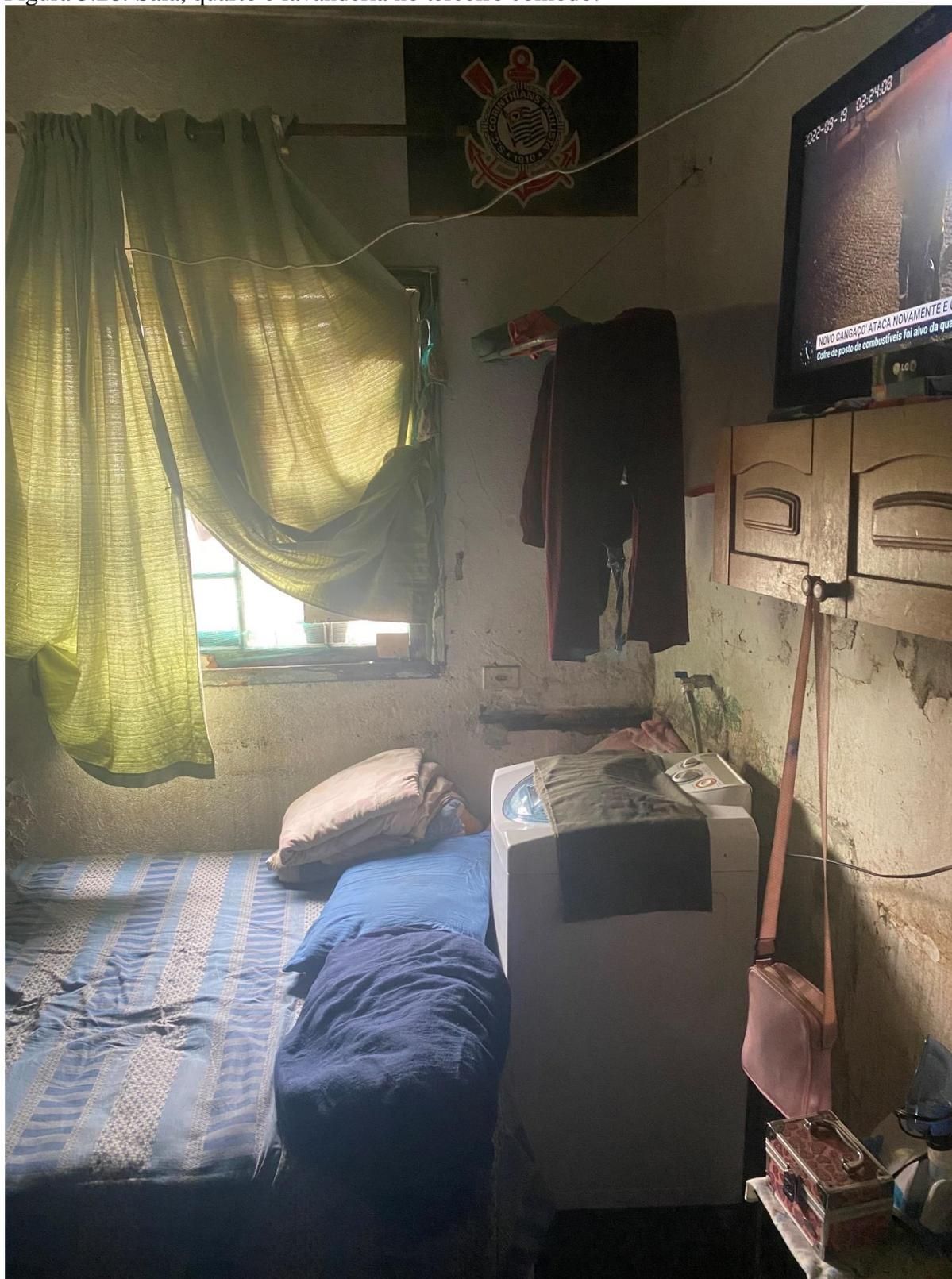
Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.27: Divisória para o quarto das filhas no segundo cômodo.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.28: Sala, quarto e lavanderia no terceiro cômodo.



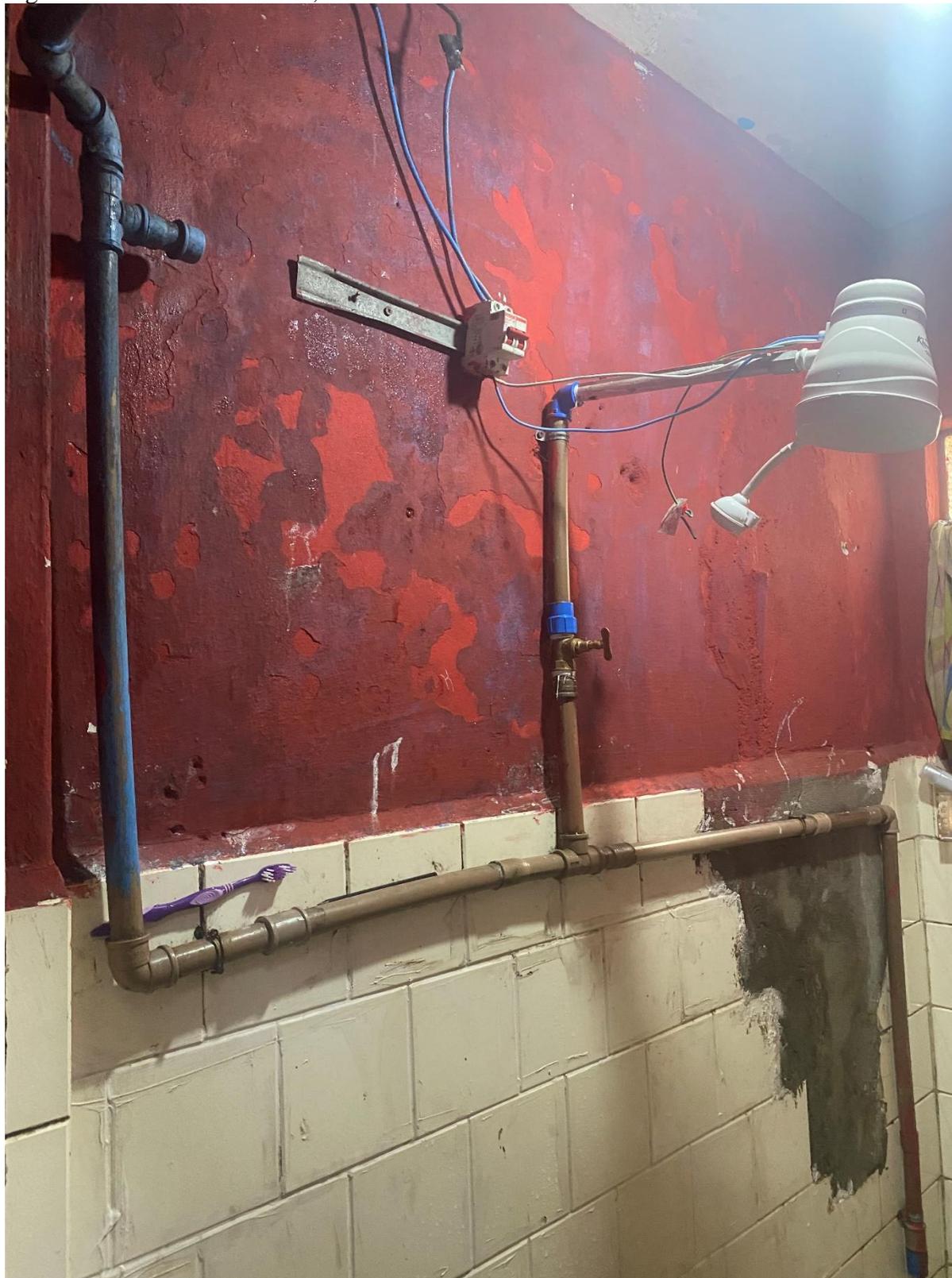
Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.29: Banheiro externo, em frente aos cômodos.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.30: Banheiro externo, em frente aos cômodos.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

3.4.4 Cena quatro: Dimensões sobre conflitos

De acordo com Santos (2018, p.211), acompanhei duas situações sobre o conflito que aconteceu dentro da ocupação: uma vez, a polícia entrou trazendo um jovem, querendo saber se ele morava lá; mas não, apenas sua mãe trabalhava na Mauá, por isso com relação a dimensões sobre conflitos na Ocupação Mauá completa o autor:

Ela foi chamada para conversar e acertar a situação do rapaz. E a segunda vez, dois policiais entraram acompanhando um morador, que estava sendo revistado, para pegar seu documento de identidade. Nesse momento, a porteira não estava, era uma moradora que cobria a sua ausência momentaneamente, o que depois virou um problema, **pois a ordem é que sem mandado a polícia não pode entrar no prédio.** O jovem foi levado em uma viatura para averiguação e os moradores que acompanhavam o episódio anotaram o número da viatura e avisaram, por *WhatsApp*, a coordenação da ocupação do ocorrido. (SANTOS, 2018, p. 211, grifo nosso).

Nesse sentido, cabia a mim observar todos os episódios que envolviam as personagens desta dissertação, mas diferentemente de Santos (2018), não cheguei a presenciar conflitos envolvendo policiais e moradores. Presenciei um episódio com Branca, quando cheguei a São Paulo, para mais uma visita. Mandeí mensagem para ela e fui surpreendida com uma agressão que seu marido sofreu. Precisamos desmarcar a entrevista, e Branca precisou se ausentar e socorrer o marido. Foi um momento de tensão, eu não sabia o que falar, como falar ou até mesmo confortá-la. Seu marido tinha lesões no rosto. Branca me escreveu, estava desanimada e desesperada com o ocorrido. A partir dessa situação, precisando cuidar das filhas e do marido, compreendi as dimensões dos conflitos, dentro da ocupação e, ainda, como se manifestam por diferentes formas.

Outro acontecimento que chegou até mim foi quando os policiais apareceram na Ocupação Mauá. Eles não chegaram a invadir o edifício, “*sem mandado a polícia não pode entrar no prédio*”, Branca me enviou um áudio pelo *WhatsApp*, contando sobre o ocorrido. Depois que os policiais apareceram, fiquei dois meses sem frequentar a Mauá. Primeiro que uma lesão no meu joelho me impossibilitou; posteriormente, porque tive receio e não quis usar essa situação para assustá-los, ou fazer uma série de perguntas. Afinal, meu papel sempre foi estudar a ocupação, como pesquisadora, e não como jornalista. Logo, essa tentativa de Reintegração de Posse deixou os moradores apreensivos. Conforme Rodrigues (2017), essas trajetórias são marcadas pela inconstância, onde, dentro de uma ocupação, um dia você janta e no outro dia você não sabe se almoça.

Conforme SANTOS (2018, p.211) “, a ocupação de um imóvel é um evento urbano e político que se consolida uma experiência, no espaço-tempo da cidade, na qual faz desdobrar, a partir dali uma série de conflitos, em dimensões urbana, política, jurídica e imobiliária”. Mesmo a ocupação sendo organizada e os movimentos sociais presentes, as regras internas são estabelecidas nessa ordem, mas mesmo assim aparecem divergências e conflitos.

Tentei ter acesso a essas regras internas e cheguei a pedi-las a Tânia, pois conversando com as moradoras tive a informação que, dentro do edifício, não é permitido o uso e consumo de drogas, assim como também não é permitido agressões. Então, fui atrás desse documento que ditava essas regras. Perguntei pelo *WhatsApp* sobre o documento e Tânia me respondeu: “*estou meio corrida, por isso estou sem poder te responder agora, tá bom?*”. Eu me informei se existia uma versão digitalizada sobre essas regras, Tânia enfatizou “*eu não tenho*”. A sequência de resposta também veio com “*estou bem ocupada, por favor. Depois eu vejo isso*”. Não insisti, mas fiquei processando esses acontecimentos e me perguntando: se a própria coordenadora não tinha o documento, quem teria?

Dessa forma, eu poderia entender a situação de Branca, quando, em uma das visitas, ela comentou comigo que estava querendo sair da Ocupação Mauá. Estava construindo seu barraco na cidade Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. O semblante de Branca era triste, ela estava muito chateada com todos esses conflitos, sem contar o caso de sua filha que foi agredida com uma facada. Fiz desse ouvir paciente, o seu momento de desabafo, pois Branca já estava desmotivada em não terem resolvido sua situação. Acontecimentos que fizeram com que ela se programasse para se mudar de casa.

Caderno de campo, julho de 2022.

A partir desse contexto, percebi como eu deveria trazer as situações do meu diário íntimo para esta dissertação, porque Branca e sua família estava refém da injustiça, da violência e agressões que também envolvem o “*mundo do crime*”. Começou com uma agressão à filha, deixei de lado essa informação, porque o foco estava sendo o edifício, a organização dos movimentos sociais e os deslocamentos habitacionais de mulheres da ocupação. Porém, após a agressão que seu marido sofreu, e nem foi dentro da ocupação, precisei trazer esses acontecimentos que marcaram a trajetória de Branca. Não saía da minha cabeça a mensagem por *WhatsApp* “*vou precisar desmarcar com você, porque meu marido foi agredido, ele precisa*

de mim, eu preciso cuidar dele”. Junto à mensagem, veio uma foto anexada. Aquela foto me deixou em choque. Como as organizações acolhem famílias nessa situação?

Branca era uma pessoa querida, que me abriu portas dentro do edifício, envolveu-se nos movimentos sociais, e agora estava triste, deprimida com toda essa situação. Ela, inclusive, questionava-se, *“por que tudo isso está acontecendo comigo?”* Giovana, sua filha, se mudou. Agora são seis pessoas que dividem uma área de 31m². Branca não vê a hora de se mudar também.

3.5 CASA DE MARILENE

Era um sábado de manhã e precisei mudar os planos. Depois do conflito com o marido de Branca, precisei visitar Marilene, mesmo sem avisá-la, para que eu pudesse aproveitar minha viagem até a Ocupação Mauá. Apareci de surpresa, porque Marilene estava incomunicável, então encaminhei uma mensagem no *WhatsApp*. Tânia que providenciou tudo e conseguiu se comunicar com Marilene. Tem um lado muito positivo na liderança dos movimentos sociais, eles vão se comunicando e repassando as informações pelos grupos do *WhatsApp*.

Como Marilene estava incomunicável e sem celular, precisei esperá-la chegar da rua e por sorte consegui visitá-la. Quando entrei no saguão, já havia uma pessoa para me acompanhar até sua casa. Eu estava acompanhada por Sirlene, mulher negra, moradora da ocupação e liderança do edifício.

Cheguei à casa de Marilene (Figura 3.31), localizada no antigo salão de Capoeira. Foi uma alegria reencontrá-la. Da última vez que nos falamos, ela estava com 31 anos, agora ela já havia completado 34, e a pandemia foi um fator considerável, na qual se explica esse espaço-tempo. Eu estava feliz em poder me reaproximar.

Figura 3.31: Casa de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora.

JULHO DE 2022.

Sexta-feira à tarde, quando fui visitar Marilene; aquele dia era específico para Marilene. Prefiro fazer essas visitas isoladas, para processar e ter tempo de separar as personagens. As visitas eram destinadas cada dia com uma. Quando conheci Marilene, ela tinha acabado de ganhar bebê, isso era final de 2019. De todas as mulheres com quem eu tive contato, dentro da Ocupação Mauá, a Marilene me chamou a atenção por morar em um dos **maiores cômodos** – o antigo **salão de capoeira** que virou a sua casa, como ela mesmo diz “**o meu espaço**”. Esse salão serve de moradia provisória, Marilene sonha em conquistar sua casa própria e ser contemplada com um financiamento de Habitação de Interesse Social (HIS).

Em uma de nossas conversas, nesse sábado, ela lembrou Simone, sua comadre, que saiu da Ocupação Mauá e foi morar em um apartamento “*a prestação dela é muito alta, tem chuveiro a gás, mas agora ela trabalha, faz faxina e ganha razoável*”. Perguntei qual o valor que ela pagava na Ocupação Mauá e ela me respondeu: “*duzentos e trinta reais, esse é um valor simbólico para cobrir os gastos aqui na ocupação*”. Quando perguntei também sobre qual era o valor que ela já achava caro, Marilene me respondeu: “*uma prestação de mil reais para mim já está caro*”.

Eu havia realizado duas entrevistas com Marilene, e, fora isso, conversei algumas vezes sem a formalidade do gravador. Nosso contato pelo *WhatsApp* foi no pós- pandemia, pois ela ficou um tempo sem o celular. Durante o período em que a Ocupação Mauá ficou fechada para visitas, perdemos o contato. Mas, eu fiz desse *contornamento* uma oportunidade para continuar entendendo a realidade de quem vive dentro do antigo Hotel Santos Dumont e sempre complementava a minha investigação com o Documentário *Ocupa Mauá*. Essa forma de executar a pesquisa entre a formalidade das entrevistas e a informalidade, sem o gravador, me permitiu obter meus melhores resultados.

De acordo com Pierobon (2018) “as questões que se elaboraram para mim são como sair da formalidade e entrar no universo da intimidade? **Como sair da hegemonia e entrar na vida das mulheres?**”. Assim, mais do que adentrar na Casa de Marilene, entender este processo marcado pelo deslocamento habitacional, significou entender a realidade de mulheres que contornam diariamente a situação do “*onde*” e do “*como*” morar.

Assim, adentrar a Casa de Marilene exemplificou como se dá esse *contornamento*, até a espera de uma casa própria. Portanto, “o que está em jogo neste trabalho é o **compartilhamento do mundo**. Por isso, conforme ela (s) foram me mostrando o seu dia-a-dia,

os assuntos que eram para mim de suma importância, a saber a luta pela moradia no centro”, acabaram delineando as prioridades metodológicas e **fiz desse escutar paciente as histórias de vida**. (PIEROBON, 2018, p. 25).

3.5.1 Cena um: casas anteriores

Cada detalhe me interessava e, assim como e fui convidada a entrar na Casa de Marilene, também faço um convite para mergulharmos, juntos, nessa realidade. Marilene é uma mulher negra de trinta e quatro anos. Atualmente, ela é dona de casa e está desempregada há cinco anos. Teve quatro filhos – esse é um fator importante para conseguir um maior cômodo dentro da ocupação – onde, atualmente ela mora com três filhos e o marido. Sua filha mais velha, Nicole, casou-se recentemente e se mudou.

Quando a conheci, Nicole ainda morava com Marilene e tinha dezessete anos. Também conheci Isac, seu filho mais novo, que tinha poucos meses, e hoje tem dois anos. Junto com sua família ela vive na Ocupação Mauá, mas antes mesmo de se mudarem para o edifício, ela e o marido já haviam morado dentro de uma ocupação.

A moradora me contou que chegou a viver em uma ocupação, quando era pequena, onde vivia com os pais e a irmã. Ela se recorda que o prédio ficava localizado no bairro Bela Vista e que a ocupação ficou conhecida como Ocupação Abolição. Depois que os pais se separaram, sua mãe foi viver de aluguel, então a amiga de sua mãe as convidou para morar na **Ocupação Plínio Ramos**, onde ficaram por três anos. Posteriormente, houve uma Reintegração de Posse e as famílias foram despejadas e voltaram a morar de aluguel.

“Se hoje eu sair daqui para pagar aluguel, a gente passa necessidade”, falou Marilene sobre a Ocupação Mauá. Pausa. Ela lembrou da época em que saiu da Ocupação Plínio Ramos e voltou a pagar aluguel, onde passou aperto. Marilene só saiu da casa de sua mãe quando se casou. Depois de casada, também foi viver de aluguel.

Ela e o marido foram morar na pensão, que ficava localizada na Rua João Teodoro, no bairro Brás, no centro de São Paulo. *“Fica a quinze minutos da Ocupação Mauá”*, ela tentou me situar. *“Eu pagava seiscentos reais no cômodo: tinha uma cama de casal, uma cama para minha menina, um fogão e uma geladeira”*. Nessa época, Marilene já tinha dois filhos. Quando ela terminou de descrever o cômodo, onde havia morado, perguntei como foi que conheceu a Ocupação Mauá.

Ela recordou: *“foi através da minha mãe, que já tinha morado na Ocupação Plínio Ramos e veio aqui para a **Ocupação Mauá**, porque já conhecia o movimento de moradia. Era o mesmo movimento da outra ocupação onde ela já havia morado”*. Marilene ainda completou: *“minha mãe foi atrás da liderança e como já conhecia o **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**, conseguiu um espaço aqui na Ocupação Mauá.”* Depois de um tempo, ela conseguiu um quarto para Marilene também. *“Meu filho tinha um ano e hoje ele já tem quatorze.”* Foi por causa da sua mãe que você está aqui então?”. *“Foi SIM!”* ela me respondeu. *“Já faz três anos que ela faleceu.”* Pausa.

Então me diga “o que fez você decidir vir morar na Ocupação Mauá?” ela me disse: *“foram as condições. Eu não passei pelo Grupo de Base, já entrei direto, porque conhecia minha mãe, ela me indicou e arrumaram um espaço para minha família”*. Nesse momento, fiquei ligando um ponto ao outro para entender como esse *contornamento* havia sido feito, principalmente por sua mãe já estar morando na Ocupação Mauá, e na indicação para conseguir um espaço.

“Tirando a Ocupação Mauá, qual foi a sua última?”, perguntei, tentando entender e fazendo um mapa mental, ao mesmo tempo. Ela me respondeu: *“foi a **Ocupação Plínio Ramos**, já a do meu marido foi a Ocupação Prestes Maia, ele morou lá. Quando nos casamos, cada um saiu da sua casa e fomos morar de aluguel”*, ela me contou. Nesse caso, seu marido morava na ocupação enquanto ela morava com a mãe e irmã na pensão.

Insisto que, quando pequena, Marilene morou na **Ocupação Abolição**, depois foi viver de aluguel em **pensão**, foi para a **Ocupação Plínio Ramos**, passou a alugar **outro quarto** onde viveu de aluguel, passados alguns anos, ela se mudou para a **Ocupação Mauá**, na qual está até hoje. Esse deslocamento habitacional traduz a inconstância de residir em um único endereço, quando ainda não se conquistou a casa própria. Em certa altura da entrevista, Marilene reafirmou *“só meu marido trabalha, ao todo somos cinco”*.

A história parece se repetir e o ciclo continua. A família de Marilene ainda não foi contemplada com o financiamento de uma Habitação de Interesse Social (HIS) e nessa espera, incessante, a trajetória de Marilene é evidenciada, ora por uma ocupação, ora pelo aluguel de quarto em uma pensão.

Em geral, comecei a entender melhor sobre as habitações anteriores de Marilene, somada às experiências que a mãe e o marido tiveram com as ocupações no centro de São Paulo. Acredito que a decisão de sair do aluguel e vir para a ocupação não significava apenas estar próxima de sua mãe, mas também pela localização próxima ao centro. “O que você acha da localização do prédio?”, ela soltou rapidamente: *“ótimo! Aqui é perto de tudo, da escola, do*

mercado, da UBS República. Tudo o que eu preciso está aqui. Meus filhos já se acostumaram, aqui é perto de tudo, do cinema, do Shopping Ligth". Finalizou Marilene.

Caderno de campo, novembro de 2019.

3.5.2 Cena dois: movimento de moradia

Marilene mora no antigo salão de Capoeira, liderado pelo **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**. *"Faz tempo que você vive nessa ocupação?"*, perguntei. *"Faz treze anos que moro aqui."* Ela me respondeu. Depois ela completou que morou em outros cômodos dentro da **Ocupação Mauá**, mas como sua família cresceu, o movimento de moradia os realocou. *"Morei no salão de festa, fui para o terceiro andar, depois vim para o antigo salão de capoeira e isso já tem oito anos"*. Foi no antigo salão de Capoeira que Marilene conseguiu construir um banheiro dentro de casa. Agora ela estava melhor acomodada com seus quatro filhos. Quando ela mudou para ocupação ela tinha dois.

Voltando para os movimentos, a moradora me contou que busca sempre estar presente nas reuniões do **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**, que abrangem os moradores do térreo, do primeiro e do segundo andar, mais as casinhas da Vila. *"Eu participo só das assembleias com os moradores, que acontecem todo segundo domingo do mês. Através dessa assembleia, ocorreu recentemente uma nova ocupação na Vila Mariana: a Elza Soares, que já tem dois meses."*

Sendo assim, entender a importância dos movimentos de moradias fazia parte dos objetivos e desde quando comecei a investigação na Ocupação Mauá, olhando de dentro, compreendi que os movimentos existem para cuidar das situações internas, a fim de organizar a ocupação e também continuam a luta para que mais imóveis abandonados possam ser ocupados. A luta continua, porque *"quem não luta, tá morto"*.

Em certa altura na entrevista, perguntei: qual a sua participação no **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**? *"Eu participo de tudo, desde o ato do mutirão de limpeza, que ocorre uma vez ao mês, até os encontros nas assembleias. Já é uma luta de muitos anos"*. Achei interessante como o grupo leva a bandeira, através dessas assembleias, pois continuam expandindo o movimento, buscando alternativas para continuarem ocupando imóveis no centro paulistano e ajudando famílias que não têm condições financeiras de pagar um alto valor de aluguel.

Quando a conheci, ela me contou que pagava **setecentos reais em aluguel** – esse valor era sem o banheiro dentro do quarto – seu marido recebia um **salário mínimo**. Ou ela pagava o aluguel ou ela comia. E ao perguntar o que a Ocupação Mauá significava para ela, Marilene me respondeu: *“A Mauá para mim é tudo. Eu me sinto segura e sei que posso deixar os meus filhos aqui. Eu não sei o que seria de mim, ia para a rua, porque eu não tinha para onde ir”*.

Desespero! Ela completou.

Por outro lado, em 2022, quando a reencontrei, ela me disse: *“meu marido ganhava quase dois mil reais e agora ganha trezentos reais por semana. Ele está trabalhando com a venda de gás, da outra vez que você veio, ele estava trabalhava em outra empresa, era o motorista.”* Esperei ela falar mais um pouco, senti que aquele momento estava sendo um desabafo e ela continuou: *“ficou bem difícil, quando ele saiu da empresa. Ele entregava mercadoria e dirigia, mas o patrão mandou todos os funcionários embora”*. O som das crianças, brincando no pátio, virou um ruído na comunicação, eram gritos e barulho de bola sendo chutada na parede.

Caderno de campo, novembro de 2019.

3.5.3 Cena três: adaptando o espaço

A casa de Marilene possui a dimensão de **5,15m x 9,40m** e foi adaptada para atender sua família. Pouco tempo depois, sua filha mais velha casou-se e mudou de cidade. Fiquei sabendo dessa mudança um ano depois, devido à falta de comunicação na pandemia. *“Eu estou sem celular”*, disse Marilene. Então ia ser difícil falar com você, eu disse. Ela completou *“muito!”*. Embora a situação, após o vírus Sars-Cov-2, ter nos distanciado, o fato de Marilene não estar com o celular dificultou. Só vindo aqui mesmo? Perguntei. *“Só, porque ele quebrou, agora para arrumar esse celular, só Deus sabe quando”*, Marilene respondeu.

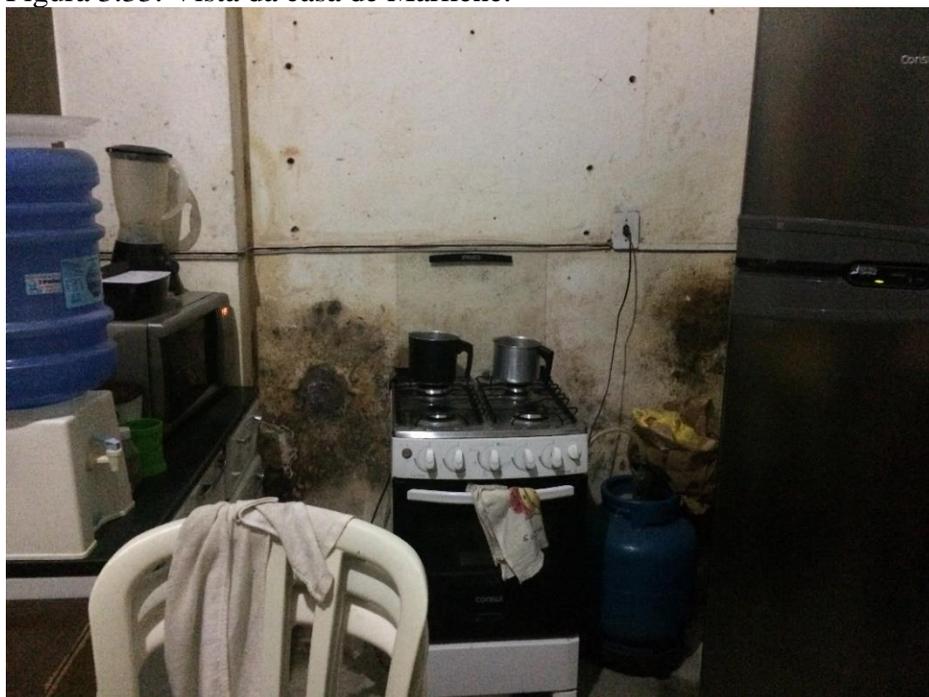
Eu comecei a tossir. Pedi desculpas. A gente fica sem jeito, principalmente por sempre achar que é gripe, mas nesse caso eu não estava com gripe e foi uma alergia que me atacou, não sei explicar ao certo, mas o cheiro me levou a tossir. As marcas de infiltração e bolor estão bem nítidas na parede, mas a pintura está intacta. Contraditório, porém a cor lilás pintada na parede sobressai ao branco com as marcas de bolor – manchas aparentes em cada canto do teto. O bolor fica perto da geladeira, do fogão e da pia (Figuras 3.32 e 3.33).

Figura 3.32: Vista da casa de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.33: Vista da casa de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

Não consegui segurar minha alergia, ao sentir aquele cheiro. A casa de Marilene fica em frente ao esgoto do prédio, que melhorou desde minha última visita. *“No meu caso é pior, eu não me acostumei com esse cheiro, ninguém se acostuma com essas coisas. Mas a gente tem que viver, né?”*, Marilene aponta o local de onde vinha o cheiro do esgoto. Senti-me até mal, porque não é possível que um ser humano precise chegar a essas condições precárias e insalubres – mesmo que as melhorias sejam feitas com as pinturas na parede, a infiltração volta e, conseqüentemente, o bolor, pois é um problema estrutural do prédio. Depois dessa conversa, pude perceber que a história descrita nessa dissertação pode ser contada não apenas “porque fiz sequências de entrevistas, mas porque participei e compartilhei muitos anos das experiências, muitas vezes confidentes” (PIEROBON, 2018, p. 26).

Assim, ao escolher este percurso metodológico e habitar a vida de Marilene me desafiou inverter a lógica de enxergar a precariedade, mas também investigar como os movimentos sociais trabalham internamente para fazer melhorias dentro do edifício. Dessa forma, as imagens fotografadas em 2018 serviram de comparação para melhorias, em frente à Casa de Marilene, a começar pelo ralo do esgoto que foi arrumado em 2019 (Figuras 3.34 e 3.34).

Figura 3.34: Esgoto aberto.



Fonte: Elaborada pela autora (2018)

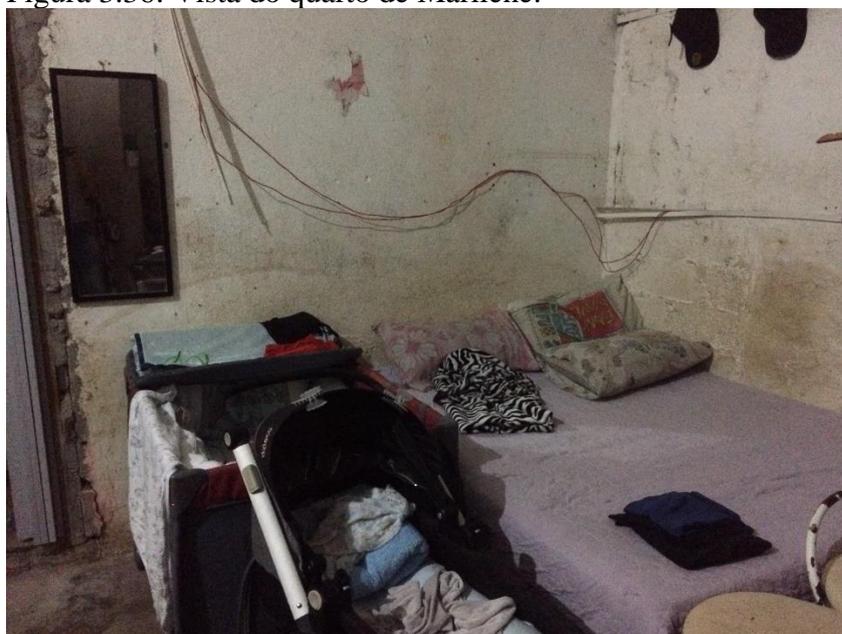
Figura 3.35: Esgoto arrumado.



Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Através das Figuras 3.36 a 3.39, é possível compreender a dimensão da casa de Marilene e a organização desse espaço para abrigar sua família.

Figura 3.36: Vista do quarto de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Figura 3.37: Vista do quarto de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.38: Outra vista do quarto de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2019)

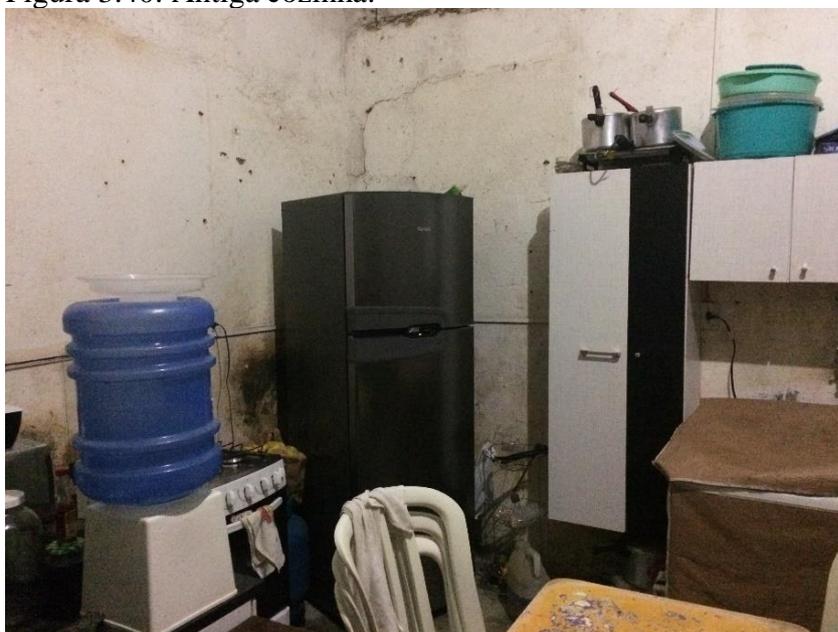
Figura 3.39: Vista atual do quarto de Marilene.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

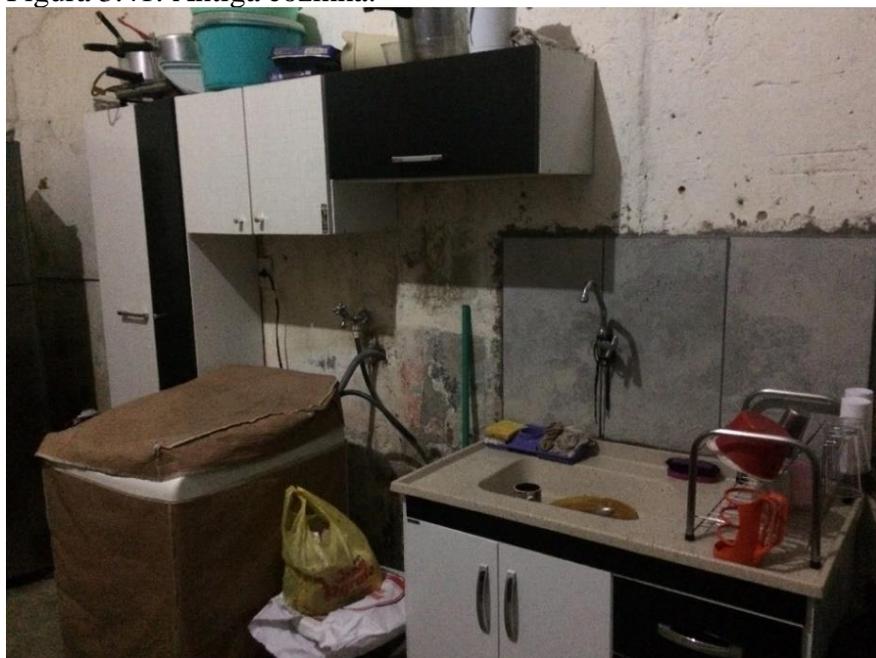
A cozinha precisava de reparos, e essa investigação acompanhou a melhoria do espaço e a tentativa de adaptação para improvisar uma moradia, como visto nas Figuras 3.40 a 3.43.

Figura 3.40: Antiga cozinha.



Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Figura 3.41: Antiga cozinha.



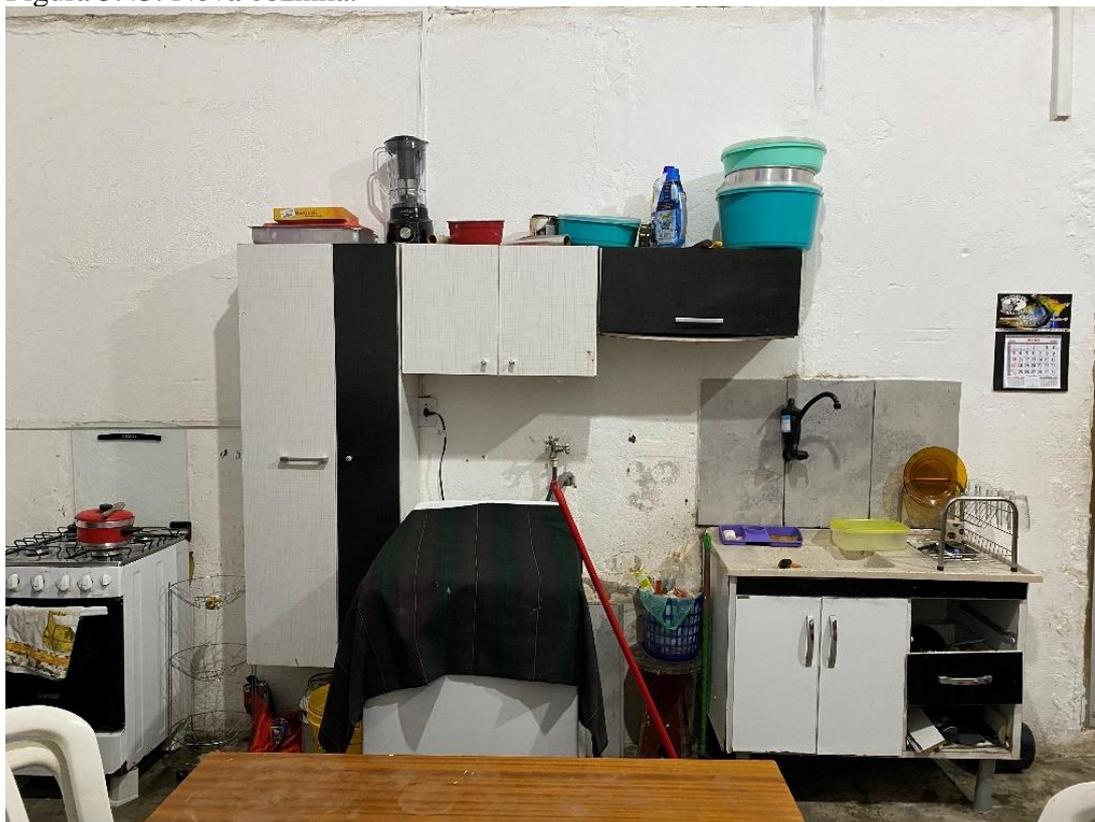
Fonte: Elaborada pela autora (2019)

Figura 3.42: Nova cozinha.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 3.43: Nova cozinha.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Depois que a filha mudou, Marilene passou a dividir o espaço com cinco pessoas, incluindo ela. Durante esses oito anos morando no antigo salão de Capoeira, o espaço passou por mudanças. Sobre essas adaptações, ela comentou: *“esse espaço tinha três janelas de vidro, eu fechei a porta do lado esquerdo e construí outra aqui do lado direito”*. Além disso, ela falou sobre o banheiro construído com o próprio dinheiro do marido *“aqui dentro é a gente que arruma, é a gente que paga do bolso”*. Ou seja, cabe a cada morador ficar responsável pelas melhorias, incluindo pinturas e reformas *“quando você nos visitou, meu banheiro estava mais arrumadinho”*. O banheiro interno já existia, dentro do antigo salão de Capoeira, só foi reformado.

Algumas famílias já se adaptaram e construíram seu próprio banheiro, como é o caso de Marilene, mas existem diversas pessoas que ainda compartilham os banheiros coletivos. Por curiosidade, perguntei se todo mundo daquele andar tem a chave do banheiro compartilhado e Marilene me confirmou que tinham. Nessa situação, algumas famílias se adaptaram e construíram um banheiro interno, incluindo idosos e uma Pessoa com Deficiência (PCD).

Caderno de campo, julho de 2022.

3.5.4 Cena quatro: reaproximação

Depois que a situação pandêmica melhorou, visitei a Marilene. Senti saudades de nossas conversas. Ela se recordou da entrevista anterior e falou “*Ah, você se interessou pela minha história e a da Branca?*”. Respondi que sim e que estava escrevendo sobre as duas. Acho engraçado como as moradoras me confundem como uma jornalista, então digo que sou uma arquiteta e a reação é gostosa de ver. Elas se encantam e começamos a conversar sobre casas.

Como relatado por Pierobon (2018, p.19) “em muitos momentos fui confundida pelos moradores que supuseram que eu fosse uma advogada da OAB”; depois a autora completa que isso até viraria um tópico sobre **notas que aprendi em campo**. Portanto, fazer-me próxima, explicar meu trabalho como arquiteta e pesquisadora, foi um reforço em toda entrevista que realizava com as moradoras.

Cheguei e sentei-me no sofá da sala. Marilene estava acompanhada de dois filhos. Peguei o gravador do celular e pedi autorização para iniciarmos a gravação. Pedi que Marilene falasse um pouco mais sobre suas casas anteriores na Ocupação Mauá, ela relatou: “*Não tem muito o que falar, não. Eu morava de aluguel em um espaço pequeno, o banheiro era coletivo. Eu pagava o aluguel em dia, mas já aconteceu de atrasar*”. Depois dessa pergunta, indaguei por que decidiu vir morar na Ocupação Mauá: “*Foram as condições*”. Por que você continua aqui? Queria entender e fazia parte do roteiro semiestruturado. Ela respondeu: “**Porque não tive condições até hoje**”.

Nesse momento, pensei no significado da **palavra casa**, depois fui pesquisar no dicionário. Segundou o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a origem da palavra se deriva do latim “*casa, ae*”, com o sentido de **cabana** e significa **construção usada para morar, com distintos formatos e tamanhos**. Depois procurei a **palavra habitação**, o dicionário dizia: lugar em que se habita: casa, lugar de morada: residência, vivenda; domicílio: **habitação ampla e confortável**. Fiquei refletindo que “casa” significa ser habitável, digna e confortável. Portanto, entender o porquê essas mulheres continuam “nessa casa” fazia parte do trabalho de campo.

Foi então que Marilene me disse: “**Se eu sair daqui para pagar aluguel, a gente passa necessidade**”, ainda completou que tem mais famílias nessa situação e por não conseguirem pagar o aluguel, moram na ocupação. Ela ainda me relatou que existem famílias que saem da Ocupação Mauá e que depois querem voltar por não terem condições de manterem um valor de aluguel. Marilene parou para mexer o arroz.

CONCLUSÃO.



4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender a **habitação precária** e os **domicílios improvisados**. Nesse sentido, trazer o contexto das ocupações como alternativas de moradia no Brasil, especificamente em São Paulo, no Bairro Bom Retiro, significou interpretar os deslocamentos habitacionais marcados por trajetória de mulheres. Para este cenário servir como exemplo de um contexto maior, pareceu-me justo analisar as informações quanto ao déficit habitacional no último período: tratou-se de uma tendência de aumento, com um crescimento, em números absolutos, de 1.296.754 habitações precárias em 2016 para 1.482.585 em 2019. Nesse cenário, **os domicílios improvisados**, que representavam 9,5% passaram a caracterizar **13,4%** em 2019 (DRUMOND, 2021).

Por outro lado, tendo a região **Sudeste como referência**, nota-se que a cidade de São Paulo possui **1.385 imóveis ociosos**, abandonados, subutilizados ou apresenta terrenos sem edificações. Isso significa que o **centro paulistano** possui prédios vazios que são vistos como alternativas para a Prefeitura aumentar o número de unidades habitacionais destinadas à moradia popular (SANTIAGO; MURARO, 2018).

De acordo com Fukasawa, *et al* (2012), com relação **ao morar no centro**, observa-se que foi nessa área que ocorreram os primeiros núcleos populacionais quando houve o espraiamento da cidade. Como consequência, seu crescimento proporcionou um “inchaço” para as franjas periféricas. Desse modo, cabe ressaltar que o centro apresentou uma desocupação e logo um esvaziamento central, provocando uma desvalorização na área.

Por um lado, existe essa desvalorização, com diversos imóveis abandonados; por outro, conforme a Fundação João Pinheiro (2021, p.141), faltam unidades habitacionais para as famílias de **zero a dois salários mínimos**. Portanto, de acordo com Santiago e Muraro (2018), o município precisaria de 358 mil novas moradias para zerar o Déficit Habitacional e, por isso, os prédios vazios chamam tanto a atenção de movimentos sociais de moradia, vez que esses edifícios não estão cumprindo a função social.

Nesse cenário, o resultado se evidencia na carência dos programas habitacionais, pois a forma aplicada não propicia o suficiente para atingir a camada da população a qual urge por moradia. Dessa forma, esses imóveis vazios passaram a ser atrativos aos **movimentos de moradia**. Em decorrência disso, os movimentos de moradia confiam nessa luta e conduzem a bandeira: “*quem não luta, tá morto*”, expressando que a luta deve ser diária e que morar no provisório, também significa **correr riscos**, já que ocupar também alude **morar na precariedade** e na insalubridade.

Por isso, retratar a trajetória de mulheres significou ressaltar a arte do *perambular*, pois elas encontraram uma oportunidade, nas ocupações, para fugir da **situação de rua**, ou até mesmo fugindo da diária de um hotel, onde saem em busca do aluguel de quartos, esperando pagar por um alojamento com *preço mais acessível*. Já que o acesso à moradia, a um alojamento, subordina-se ao pagamento pelo seu uso, seja de um cômodo, ou até mesmo pelo uso de uma cama.

Assim, retratar essas realidades compreendeu evidenciar os *contornamentos* e adaptações que essas mulheres transitaram nas fronteiras porosas do “*legal e do ilegal*” para esse *contornamento* diário. Por isso, evidenciar os deslocamentos habitacionais expressos pelas trajetórias de três mulheres da Ocupação Mauá, traduz no *perambular* de famílias que lutam por moradia, levando-as a não terem um lugar fixo. Dessa forma, são submetidas a viver na improvisação e precariedade.

Conforme Salcedo e Martins (2017), o que existiu foi um incentivo para a preservação e reabilitação de edifícios para a Habitação de Interesse Social (HIS), em áreas centrais, que foram: o *Programa de Arrendamento Residencial (PAR)* e a *Locação Social do Programa Morar no Centro*, respectivamente, durante a gestão de 2001 a 2004 e no período de 2004 a 2008, pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Ou seja, os investimentos que existiam não contemplavam as famílias **de zero a dois salários mínimos**, que compreendem as pessoas que buscam uma ocupação.

O *Programa de Arrendamento Residencial (PAR)*, parceria entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal, apenas contemplou as famílias com renda **de três a seis salários mínimos** com interesse no financiamento da reforma de edifícios para Habitação de Interesse Social (HIS) (SALCEDO; MARTINS, 2017).

Dessa forma, colocar as ocupações em evidência, como resultado da carência habitacional, surge também como solução para essa faixa econômica. Além do mais, a questão econômica do morar próximo ao trabalho custa caro, está relacionada com a infraestrutura que existe no centro. Por isso, a região central tornou-se atrativo para essa população. Nessa dinâmica, em busca da proximidade ao trabalho e da infraestrutura de uma cidade, surgem os movimentos sociais que lutam pela moradia na região central.

Assim, a **região central acolhe essas pessoas** que procuram morar perto da infraestrutura da cidade, porque, tanto as políticas públicas como as elites, ainda insistem em manter a população pobre longe, onde não chega luz, sem infraestrutura nenhuma. Portanto, o centro de São Paulo tem sido uma alternativa de habitação para os mais pobres e, “**não é por**

outra razão que a guerra dos lugares é potencializada exatamente no centro de São Paulo, onde se tem maior facilidade de acesso à infraestrutura urbana da cidade" (RAMOS, 2009, p.25).

Cabe, portanto, neste capítulo, retratar a casa (a *residência*) como uma forma de identificar a pessoa humana através de uma localização (endereço) e com base nessa premissa, estudiosos, na vertente do Rapoport, retratam a casa como uma forma física de construção para a vida do ser humano, que difere das formas de organização relativas às outras questões – como as culturais (GRESSLER, 2007, p.63).

Esses grupos organizados buscam uma localização (endereço) como identidade e direito de pessoa humana. Como dito por Afonsin (1997), a questão de residir em uma área não regularizada, entra em jogo **o direito de morar**; aí implica, indiscutivelmente, o direito de viver, e viver num contexto ordenado, onde outras liberdades e vidas, igualmente, têm de ser respeitadas. Ou seja, assegurar o direito de propriedade implica também exercer os direitos e garantias fundamentais do ser humano – o que consta na Constituição Federal (1988), como direitos inter-relacionados e interdependentes. Nesse sentido, fica bem claro que para se ter direito à propriedade, há que se cumprir a sua função social.

Tais formas de abrigo não resultam da realização do direito à moradia, como um *direito universal*. Trata-se de formas resultantes do processo indiscriminado de valorização da terra e de segregação espacial (ALFONSIN, 1997, p. 43). Nesse contexto, é imprescindível resgatar, para além da função social da propriedade, a lógica das necessidades básicas de qualquer ser humano:

Não se pode morar um dia e **no outro não morar**. Morar uma semana **e na outra não morar**. No limite da necessidade, é possível – malgradadas consequências funestas – almoçar um dia e no outro não, almoçar e não jantar. (RODRIGUES, 2017, p. 14, grifo nosso).

Isso significa que, dentro desses *contornamentos* diários, as famílias que ocupam um edifício como alternativa de moradia improvisada, ainda presenciam situações de despejos e reintegrações de posse. De acordo com a autora Rodrigues (2017, p.14), essa população fica *à mercê e na inconstância* “de almoçar um dia e no outro não almoçar, ou então almoçar e não jantar”. Logo, mesmo que a Constituição Brasileira (1988) assegure que todos nós temos direito à moradia, o acesso para as famílias **de zero a dois salários mínimos** ainda é escasso, pois faltam investimentos para a Habitação de Interesse Social (HIS) voltado a essa faixa econômica.

Ainda assim, as capitais brasileiras são as cidades que mais sentem esse *boom* e conforme Gameiro (2021), 31% das pessoas estão na rua há menos de um ano, sendo 64% por perda de trabalho, moradia ou renda. Destes, 42,8% afirmaram que se tivessem um emprego, sairiam das ruas. Os dados representados pelo psicólogo sanitário, Marcelo Pedra, apresentaram dados de cadastro de serviços do SUS que mostram que houve um aumento de **35% das mulheres em situação de rua** (GAMEIRO, 2021).

Dessa forma, as ocupações surgem como alternativa de moradia, pois é assim que essas pessoas sobrevivem e *contornam as dificuldades*, segundo Fernandes (2020, p.14), “é assim que as teorias se renovam, quando se insiste em dobrá-las e obrigá-las a enfrentar o incômodo das situações dramáticas [...]”. Por isso, as ocupações aparecem como *oportunidade* de sair de situação de rua, porque provisoriamente ela *conforta* e *contorna*. Portanto, como explica Fernandes (2020, p. 14), “às vezes, o trágico e o dramático de certas circunstâncias é desfeito e refeito por intermédio de práticas de **contornamento das dificuldades**”. Nesse contexto de contornar as dificuldades, as famílias brasileiras passam a se adaptar, nos edifícios abandonados, que não cumprem a sua função social, e essas ocupações passam a se caracterizar como alternativa de moradia encontrada por famílias que improvisam uma casa.

Logo, estabelecer esse diálogo entre as dinâmicas familiares, os deslocamentos habitacionais e a gestão dos movimentos de moradia, depositado por meio da “crença no trabalho de campo”, através de percursos de sensibilidade e afetação, pela *incursão prospectiva* nas entrevistas, **permitiu traçar a história do antigo Hotel Santos Dumont**, a fim de entendê-lo de fora (pela rua) para dentro (o edifício).

Para tanto, importa compreender a atuação do Movimento Frente de Luta por Moradia (FLM), filiado a outros três movimentos: Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), Movimento de Moradia do Centro (MMRC) e a Associação Sem-teto do Centro (ASTC). Assim sendo, os **fenômenos contemporâneos** que compreendem a alternativa de moradia no Brasil foram analisados pelo trabalho de campo.

Tais experiências com os registros fotográficos, além da prospecção de entrevistas, ressaltam a investigação do prédio, sua infraestrutura e **suas adaptações que caracterizam as vidas improvisadas**. Nesse sentido, a análise permitiu ressaltar o processo transitório na mudança e permanência de ocupações, no centro paulistano, evidenciadas pelos deslocamentos habitacionais, que apontam habitação improvisada, com o propósito de “esperar” por uma habitação definitiva.

Assim, registrar as vivências, realizadas no trabalho de campo permitiu-me “*ser afetada*” pelas surpresas encontradas no caminho desse método. Contudo, permanecer em

contato com a realidade dessas mulheres, significou “apreender uma dimensão central do trabalho de campo e reconsiderar a noção de afeto” (FAVRET-SAADA, 1990). Para complementar esse assunto, Rizek (2013) denota que:

[...] A elaboração das **etnografias urbanas**, em particular, talvez seja necessária pensar **as relações e os vínculos** que se estabelecem no **trabalho de campo**, como forma de *afetação*, **que envolve o próprio pesquisador de um modo bastante peculiar** (RIZEK, 2013, p. 20, grifo nosso).

Ou seja, o *trabalho de campo* foi fundamental nessa metodologia – como abordado pela autora – porque, sem o trabalho de campo seria impossível realizar uma pesquisa etnográfica. Dessa forma, esboçar o que foi observado fez parte do estudo inicial, antes das transcrições e do texto final. Por isso, para entender melhor essa metodologia, a pesquisa estudou o antigo Hotel Santos Dumont, inaugurado **em 1953**, pelo comerciante polonês *Mayer Wolf Sznifer*, com o intuito de atender à demanda turística, na região do bairro da Santa Ifigênia²⁹, hoje como Bairro Bom Retiro, em frente à *Estação da Luz*. (OLIVEIRA, 2017, n.p).

O **Hotel Santos Dumont**, caracterizado como popular e modesto, se comparado aos demais localizados na Rua Mauá, conforme a categorização estabelecida pela Comissão Estadual de Preços, era classificado na *categoria E*, onde funcionava para hospedar pessoas mais simples e com uma condição financeira mais baixa. Essa informação foi obtida pelos estudos de classificação, em que os hotéis se encaixavam em categoria *A*, como mais luxuoso até *E*, como mais simples. Portanto, com o passar dos anos e para melhor atender seus clientes, o hotel foi reformado, atualizou suas normas, conforme os registros documentados na segunda parte desta dissertação.

Esses documentos foram desarquivados para que as datas fossem ordenadas por ano, a fim de traçar uma trajetória do edifício. Assim, a pesquisa apontou que, em **1986**, 33 anos após sua inauguração, o edifício sofreu a última reforma para atender as normas de atualização, desde o forro até as escadas de emergência e portas corta-fogo. Logo, o Hotel Santos Dumont passou a se atualizar e atender ao *Art. 19 do decreto 10.87874 da Prefeitura do Município de São Paulo* com suas plantas e documentos reajustados e atualizadas

De acordo com Santos (2018, p.31), ao longo dos anos 1980, o antigo Hotel Santos Dumont entrou em decadência e nos anos 1990 foi completamente abandonado. Esse abandono

²⁹ O endereço do edifício Rua Mauá, 340 fazia parte do bairro Santa Ifigênia (1953) e depois de alguns anos determinado pela Lei de Zoneamento no centro de São Paulo, essa mesma rua veio a fazer parte do bairro Bom Retiro.

perdurou 20 anos e sem perspectiva de uma reforma para a reativação do imóvel – que já foi alugado para escritórios – o edifício passou a acumular lixo no local. Nesse contexto, o antigo Hotel Santos Dumont ganhou vida, quando foi ocupado **pela primeira vez em 2003**, onde as famílias permaneceram por 35 dias para ocupação e depois se desfez.

Essa primeira ocupação se deu de forma bem rápida, em concordância com *Mário Lobo Sznifer*, neto do proprietário do imóvel, já que existia interesse em uma possível negociação com os moradores sem-teto: “*Vamos negociar para que eles consigam dinheiro para comprar da gente*”, afirmou. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003).

Nesse sentido, os movimentos de moradia entraram em cena, pois alegaram que o prédio já tinha uma dívida de mais de 20 anos, sem o pagamento do Imposto Predial Urbano (IPTU); portanto, **o edifício não cumpria sua função social** e as dívidas referentes aos impostos estavam sendo acumuladas (MMLJ, 2018).

Já, **na segunda tentativa de ocupação**, em 26 de **março de 2007**, a justificativa continuou a mesma. Ninguém estava morando no edifício, e a propriedade não cumpria a sua função social. Dessa forma, as lideranças envolvidas, nos movimentos de moradia, pronunciaram-se e justificaram a segunda ocupação – que se consolidou. Por isso, escolher a **Ocupação Mauá**, estudo desta dissertação, significou entender que ela se difere das outras da região central, pois “foi realizada e mantida, não por um, mas por três movimentos diferentes” (SANTOS, 2018, p.31).

As diferentes organizações se uniram para ocupar o antigo hotel Santos Dumont. Dentre os movimentos filiados à **Frente de Luta por Moradia (FLM)** estão os três movimentos: **o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC)**, a **Associação Sem-Teto de São Paulo (ASTC- SP)** e o **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

Conforme citado por Santos (2018, p.31), os seis andares do prédio foram divididos entre esses **três movimentos**, determinado um coordenador por andar e um coordenador geral para todo o conjunto, posição ocupada por Tânia, coordenadora do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

O edifício compreende as dimensões formadas por quartos individuais de **9,80m²**, **10,36m²** e ainda de **13,69m²** com banheiros compartilhados. Além disso, outros andares com dimensões de **10,50m²** a **34, 30 m²** que abrigam 237 famílias, distribuídas no terreno: o edifício e a Vila, com suas casinhas construídas no quintal.

Assim, para entender a vida e morte do edifício, essa pesquisa analisou as documentações referentes à **certidão de transcrição do imóvel**, habite-se, comunique-se e memorial descritivo. Elas comprovaram que *Mayer Wolf Sziner adquiriu o imóvel por*

compra feita a *Antônio Gordinho Filho* e sua mulher *Leonidia Cintra Gordinho*, nos termos da escritura de 30 de julho de **1945**. O adquirente do terreno foi *Antônio Gordinho Filho*, brasileiro, proprietário, casado com *Leonidia Cintra Gordinho*, residente e domiciliado em São Paulo na Rua Bela Cintra, 24. Já seus transmitentes foram *Dr. Armando Crissiúma Paranhos* e sua mulher *Teolinda de Araújo Jorge Paranhos*, brasileiros, proprietários, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro, na Av. Atlântica n° 1076.

De acordo com Jacomino (2021), os documentos sobre a localização do terreno registraram como **Rua Mauá, 354**, cujo lote foi adquirido pelo preço de Cr\$1.652.840,00 cruzeiros, medindo **13m de frente para a referida rua por 80m** – mais ou menos da frente aos fundos 9,90m. Em suma, o terreno com casinhas passou por vários proprietários que foram transmitentes até chegar às mãos de *Antônio Gordinho Filho*, **que vendeu o imóvel** para *Mayer Wolf Sziner*, em 1945. Ele se interessou e foi o responsável pela contratação do engenheiro Hugo Sterman para a construção do edifício. Seu formato em “U” passou a ser esquecido e passaram-se 23 anos não cumprindo a função social.

Sendo assim, além do estudo sobre **o edifício e sua infraestrutura**, a pesquisa ainda analisou as tipologias habitacionais, adaptadas para a moradia. Nesse contexto, contar a trajetória de Tânia, Branca e Marilene exemplificou as vidas improvisadas, dentro desse edifício, e o contato com essas mulheres permitiu entender melhor a situação na qual elas presenciam dentro dos movimentos sociais de moradia.

Por conseguinte, compartilhar suas histórias de vida e compartilhar ao mundo esses deslocamentos habitacionais, realizados por cada uma delas, foi uma maneira de verificar as adaptações e reformas realizadas dentro dos espaços na Ocupação Mauá. Esse olhar desfez a ideia de insalubridade e precariedade, pois essas realidades são contornadas pela ampliação de cômodos, pinturas e construção de banheiro interno nos quartos.

Vale ressaltar que as personagens possuem nomes fictícios para preservar a identidade de cada uma delas. Além disso, a justificativa em escolher essas mulheres, justifica-se na disposição delas em colaborar comigo, sendo que as características das particularidades de cada uma delas foram inerentes para esta pesquisa. Logo, os aspectos que se somaram à escolha dessas mulheres também estão relacionados ao questionamento: *“um cômodo é o suficiente para abrigar uma família com cinco pessoas?”* que foram evidenciadas no Documentário Ocupa Mauá: *“para mim, um cômodo é suficiente, mas se eu tivesse uma mulher e filhos um cômodo seria suficiente?”*.

Dessa maneira, entender a gestão interna dos três movimentos de moradia, das regras internas da ocupação, permitiram analisar o funcionamento do edifício, onde não é permitido

agressões ou situação de violência, uso e consumo de drogas e ainda penalizam o morador que deixar o lixo, entulho, bicicleta ou brinquedo no corredor, chegando à penalidade de R\$200 reais. Assim, entender sua organização, vai além de pensar na flexibilidade da arquitetura e na adaptação que essas famílias realizavam dentro da Ocupação Mauá.

Inclusive, essa adaptação em “quebrar” as paredes de divisória e aglutinar os espaços para ampliar os cômodos que se expressou a Casa de Branca, evidenciando a necessidade de moradia e a arte do “*contornamento*”, por meio de **cômodos improvisados**. Outro fator que colaborou para verificar a Casa de Branca e a Casa de Marilene partiu da curiosidade em analisar os diferentes movimentos sociais dentro de uma mesma organização. Enquanto Marilene participava do **Movimento de Moradia da Região Central (MMRC)**, Branca e a Tânia eram atuantes do **Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ)**.

As trajetórias, aqui apresentadas, são marcadas pelo protagonismo feminino que aparece como (*re*)*definição* dessa luta e reafirma como divulgado pela Fundação João Pinheiro (2019, p.155) sobre os dados estatísticos comprovarem sobre o déficit habitacional *ser feminino*. Assim, entender essas mulheres e as dinâmicas desses movimentos, que atuam na luta pela moradia, significa entender as tramas, nas quais são narradas as trajetórias das mulheres, que *perambulam* de uma ocupação a outra. Elas expressam a realidade *do formal e do informal, do legal e do ilegal* e, mesmo na precariedade, encontram uma nova maneira de viver. Logo, evidenciar esse gênero, significa entender que o déficit “vai de mudanças demográficas, arranjos familiares, à reprodução histórica de violência que atravessam as **trajetórias de vida de mulheres**” (SANTORO, *et al*, 2021).

Portanto, essa trama é a tentativa **de narrar uma história** contada de fora (pela rua) para dentro (o edifício), por meio de um ensaio fotográfico, pela realização de uma incursão **através da prospecção de entrevistas** e ainda pelo documentário *Ocupa Mauá*.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDOUMALIQ, Simone. **Improvised Lives: Rhythms of Endurance in an Urban South**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 120p, 2019.

ALFONSIN, Betânia de Moraes. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1997. 91p.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BONDUKI, Nabil. Dos movimentos sociais e da luta pela reforma urbana na Constituinte ao Estatuto da Cidade (1981-2001). *In*: BONDUKI, Nabil (org.). **A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo**. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. p. 81-136.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10657746/artigo-182-da-constituicao-federal-de-1988/artigos>. Acesso em: julho de 2019

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF.

CAVALCANTI, Emanuel Ramos *et al.* **MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS VAZIOS NAS ÁREAS CENTRAIS E O ENFRENTAMENTO INCLUSIVO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: os casos de São Paulo e Natal. OS CASOS DE SÃO PAULO E NATAL**. 2022. Rio de Janeiro, Vol. 14, N.01., 2022, p. 138 - 169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdc/a/cBqy8RQcn4yPmgZtLQV7jYk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DEUTSCHE WELLE BRASIL. **Quase metade da população mundial vive na pobreza: banco mundial afirma que 3,4 bilhões de pessoas em todo o mundo têm renda inferior a 5,50 dólares por dia**. 2018. Emissora internacional da Alemanha que produz jornalismo independente em 30 idiomas. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quase-metade-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mundial-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/a-45933653>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DOCUMENTÁRIO OCUPA MAUÁ. Direção de Lorena Medrado. Roteiro: Lorena Medrado. Música: A Cada Vento. São Paulo: Chá das 5 Produtora de Vídeos, Filmes e Conteúdos, 2018. (2906 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=74CF6VdRBsY>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DRUMOND, Débora. **Ônus excessivo com aluguel é componente destaque do Déficit Habitacional no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/onus-excessivo-com-aluguel-e-componente-destaque-do-deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em jun. 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 1990. “**Être Affecté**”. In: *Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de l’Anthropologie*, 8. pp. 3-9.

FELTRAN, Gabriel de Santis, **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. Campinas- SP, 2003, 261 p.

FELTRAN, Gabriel. **Diário intensivo - a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto**. 2011 (4): 01-44. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*. Disponível em: <https://seer.pgskroton.com/adolescencia/article/view/261>. Acesso em: 27 out. 2022.

FELTRAN, Gabriel. **Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana**. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2010, v.53 n°2.

FERNANDES, Adriana. **Escuta Ocupação: uma etnografia**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2020. 355 p.

FOLHA DE SÃO PAULO (São Paulo). **Donos do antigo hotel Santos Dumont foram surpreendidos e deixaram o local; invasora diz que não tinha outra opção: proprietários moravam em prédio invadido**. Proprietários moravam em prédio invadido. 2003. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2207200303.htm/>>. Acesso em 26 jul. 2021.

FUKASAWA, Bruno Nogueira *et al.* **Projeto Mauá, 340**. 2018. Disponível em <<https://projetomaua340.wordpress.com/author/bfukasawa/>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

FUKASAWA, Bruno Nogueira *et al.* **Reabilitação da moradia e o morar no centro: Ocupação Mauá** 2012. 236 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharias Civil e Ambiental e Arquitetura e Urbanismo, Escola Politécnica e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte, 2021, 169p. Diretoria de Estatística e Informações (Direi). Disponível em <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

GAMEIRO, Nathália. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GRESSLER, Sandra. **Habitação e Design: Um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, E.U.A.** RISCO, *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo* n.5, 2007.

JÚNIOR, Joab Silas da Silva. “**O que é referencial?**”; *Brasil Escola*. Disponível em: <http://brasilescuela.uol.com.br/o-que-e/fisica/o-que-e>

referencial.htm#:~:text=Um%20referencial%20C3%A9%20o%20corpo,em%20determinad o%20lugar%20no%20espa%C3%A7o. Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

LOPES, João. **Nós, os arquitetos dos sem-teto**. Revista Brasileira de estudos Urbanos Regionais, São Paulo, v.2, n2, p. 237-253, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/JWztTSTtMDbYM5pFrckb37j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2022

MALDONADO, Janaína. **Jogando meu corpo no mundo: relações entre “conflito urbano” e acumulação social da diferença**”. 2020, 177 f. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de São Carlos.

MMLJ, 2018. Movimento de Moradia na Luta por Justiça, São Paulo.

MOURA, Renata; FELLET, João. **Especialistas ainda tentam decifrar por que prédio em SP desabou em tão pouco tempo**. 2018. BBC Brasil. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43964029>>. Acesso em: 27 maio 2018.

NASCIMENTO, 2022. 8º Oficial de Registro de Imóveis. São Paulo.

NATALINO, Marco. **Estimativa da População em situação de rua no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA em set 2012/mar 2020. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812%20. Acesso em: 22 set. 2021.

OLIVEIRA, Israel Dias de. **Ressignificação do espaço de consumo**. 2017. Livro Reportagem em revista, publicado na artigos e reportagens, ISSN 2526-1118. Disponível em <<https://livro-reportagem.com.br/ressignificacao-do-espaco-de-consumo/>>. Acesso em: 26 jul. 21.

PICCINI, Andrea. **Cortiços na cidade**. Conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. Selo Universidade, 2ª edição, São Paulo, Annablume, 2004.

PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. 2018. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PONTE JORNALISMO. **Exclusivo: Imagens internas do despejo da Ocupação São João**. Produção de Dani de Lamare. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2014. Youtube (4:24 min.), P&B. Fotografia e Reportagem: Rafael Bonifácio e Caio Palazzo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BHoyIxnvnoMM>. Acesso em: 31 out. 2022.

RAMOS, Diana Helene. **A Guerra dos Lugares: nas ocupações de edifícios abandonados no centro de São Paulo**. 2009. 148 f. Dissertação - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Linha de Pesquisa: Sociedade, Economia e Território. Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional., Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Cap. 6

RAPOPORT, Amos. **Vivienda y Cultura**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilí, S. A., 1969. 220 p. Título da obra original: House form and culture.

RIZEK, Cibele Saliba. **Etnografias Urbanas: cultura e cidade de dentro e de perto**. Periódico redobra. ISSN: 2238-3794. Volume 4, número 12, p. 19-24, nov, 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras: habitação e especulação, o direito à moradia e os movimentos sociais**. 10 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017, 72 p.

ROLNIK, Raquel. 2018. **Arquivo da tag: moradia adequada**. Entrevista à rádio USP, a urbanista Raquel Rolnik fala com a jornalista Sandra Capomaccio sobre a tragédia anunciada produzida pela política de habitação atual. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/moradia-adequada/>. Acesso em: 27 out. 2022.

ROLNIK, Raquel. **A política habitacional da prefeitura e do governo do Estado, hoje, produz ocupações**. 2018. Entrevista à rádio USP. Disponível em < [https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/moradia-adequada />](https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/moradia-adequada/). Acesso em 16 out. 2022.

SACONI, Rose. **Como era São Paulo sem a Estação da Luz: Local antes era um grande pasto, conhecido como Campo do Guaré, ou Caminho Guarepe**. 2013. Acervo do Estadão. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,como-era-sao-paulo-sem-a-estacao-da-luz,8946,0.htm>. Acesso em: 23 ago. 22.

SALCEDO, Rosio; MARTINS, Juliana. **Preservação e Reabilitação de Edifícios no Centro Histórico: Prefeitura Municipal de São Paulo - Programas e Projetos de Habitação Social**. 2017. XI Congresso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Pesquisa/EFNOB-KM01408/rosio-cicop.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SANTIAGO, Tatiana; MURARO, Cauê. **Cidade de SP tem déficit de 358 mil moradias e 1.385 imóveis ociosos**: apesar da falta de moradias populares, cidade tem mais de mil imóveis vazios ou subutilizados que poderiam ser habitados, especialmente na região central. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/cidade-de-sp-tem-deficit-de-358-mil-moradias-e-1385-imoveis-ociosos.ghtml>. Acesso em: 01 jun. 2022

SANTOS, Renato Abramowicz. **Cartografias políticas de uma ocupação – cotidiano, território e conflito**. 2018, 281 f. Dissertação – Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, Cap.4.

TELLES, Vera. **Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal**: anotações de um percurso de pesquisa. anotações de um percurso de pesquisa. 2013. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 115, p. 443-461. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/z85868cDQKL9CyvYxk9bFBg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 21.

UCHOA, Pablo. **A pobreza está mesmo diminuindo no mundo?** Em menos de uma geração, mais de 1,1 bilhão de pessoas saíram da pobreza no mundo, segundo o Banco Mundial. 2019. Serviço Mundial da BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50077214>. Acesso em: 02 jun. 2022.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 379 p. Tradução: Maria Lúcia de Oliveira.

6 ANEXOS

A intenção, neste apêndice, é apresentar o **ensaio fotográfico** como complementação da pesquisa arquivística e dos estudos etnográficos. Meu olhar interventor como arquiteta e urbanista fez com que eu me aproximasse das ciências sociais e a partir dessa visão lancei o meu diário falando da Ocupação Mauá e as questões relacionadas aos edifícios ocupados no centro de São Paulo como uma reflexão sobre a cidade. Dessa forma, quando desenhei essa pesquisa – que acabou virando um estudo multi- metodológico por conta da pandemia – utilizei o ensaio fotográfico e midiático para complementar a dissertação.

Por isso, os documentários, filmes, reportagens e o ensaio fotográfico do edifício foram etapas para inteirar os estudos metodológicos que foram afetados na pesquisa. Vale ressaltar que os envolvidos na prospecção de entrevistas ainda não estavam imunizados – como assegurado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no contexto do vírus *Sars- Cov-2*. Além disso, a relevância do trabalho midiático contribuiu para aprofundar os estudos relacionados aos movimentos sociais na região central de São Paulo. Pois, o Movimento de Moradia no Centro nasceu em um período em que o povo sofria com as altas taxas de água, luz e Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), abuso no valor dos alugueis dos cortiços e os despejos não avisados.

Dessa maneira, os movimentos sociais chegaram no centro no final dos anos 80 como forma de pressionar o Estado, no contexto vivenciado, através das ocupações em edifícios vazios. Logo, a partir do olhar por fora (pela rua) e por dentro (pelo edifício) surgiram estas fotografias que selam os movimentos sociais como sendo os sujeitos do campo de tensão e de forças.



















ROTEIRO DE ENTREVISTA

Objetivo da entrevista: conhecer a trajetória de mulheres que saíram de sua cidade natal/ de um aluguel caro/ ou de uma situação de rua, tendo como foco de estudo registrar seus caminhos até a ocupação de edifícios vazios, no contexto de escolha entre “*pagar o aluguel*” ou “*dar comida para os filhos*”. Sendo assim, o roteiro de entrevista tem o objetivo de desvendar essa luta pela moradia, através de movimentos sociais e entender o *porquê* elas continuam ali na precariedade, na insalubridade, sujeitas a riscos de incêndio, na atual estrutura do prédio.

Público Alvo: mulheres da Ocupação Mauá e da Ocupação Prestes Maia, ambas localizadas no centro de São Paulo. Elas são protagonistas do enredo, e suas trajetórias elucidam que a ocupação significou uma alternativa para saírem da situação de rua, de um aluguel caro, de uma diária de hotel ou até mesmo para “fugirem” de relacionamentos abusivos e seguirem a vida como mães solas.

Preâmbulo: *O estudo realizado, aqui na ocupação, versa sobre as mulheres atuantes, nos movimentos sociais, que saíram de suas cidades natal/ de um aluguel caro/ e até mesmo de situação de rua, em busca de moradia e encontraram, na ocupação, alternativa para resolver a carência dos programas habitacionais, voltados à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. Acredito que pela vivência e experiência, poderiam me auxiliar muito. Perguntei se poderia dar-me uma entrevista sobre o assunto.*

Ok. Eu também necessitaria gravar essa entrevista como forma fidedigna das informações passadas. Quero salientar também que a identidade será eticamente resguardada, independente das informações dadas.

Roteiro:

PARTE 1: PERGUNTA PESSOAL

1. Nome do morador:
2. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você?
3. Com qual gênero você se identifica?
4. Com qual cor você se identifica?
5. Qual sua idade?
6. Qual sua profissão?
 - 6.1 Onde fica o seu trabalho?
7. Quanto tempo leva para você chegar?

8. Estado Civil (Casado/ separado/mora junto)?
9. Escolaridade:
10. Você tem filhos?
 - 10.1 Quantos?
 - 10.2 Qual a faixa etária?
 - 10.3 Ele (s) costuma (m) ficar sozinho (s) em casa?
 - 10.4 Você tem disponibilidade para levá-lo (s) à escola?
 - 10.5 Ele (s) tem vale transporte?

PARTE 2: QUESTÃO EMERGENCIAL

- 11 Você está recebendo alguma ajuda alimentícia da escola dos seus filhos?
- 12 Você desenvolve uma atividade extra para complementar a sua renda?
- 13 Quem são as pessoas que contribuem na renda da família?
- 14 Você conseguiu um auxílio emergencial?
- 15 Seu salário é suficiente para as despesas mensais?

PARTE 3: OCUPAÇÃO MAUÁ/ PRESTES MAIA

- 16 Faz tempo que você vive nessa ocupação?
- 17 Fale um pouco do lugar em que vivia antes de vir pra cá.
- 18 Em qual andar você mora? Qual movimento social lidera a ocupação desse andar?
- 19 Como você conheceu a ocupação?
- 20 Você já passou por outras ocupações?
 - 20.1 Quantas?
- 21 Tirando essa ocupação, qual foi a sua última?
 - 21.1 Onde?
 - 21.2 Era de qual movimento social?
- 22 Você saberia me dizer o que fez você decidir vir morar aqui?
- 23 Por que você continua aqui?

PARTE 4:

INCÊNDIO NA PRESTES MAIA

- 24 Você já estava na ocupação quando aconteceu o incêndio?
- 25 Como ficou sabendo do incêndio?
- 26 Como foi sua reação naquele dia? Me conta um pouco.

- 27 Como foi a reação dos moradores do 1º e 2º andar (que foram os mais atingidos)?
- 28 Você conhecia algum desses andares? Tem como me explicar um pouco mais sobre isso?
- 29 O movimento Frente de Luta por Moradia (FLM) já havia preparado vocês para isso?
- 30 Você sabe se a organização (FLM) chegou a procurar o corpo de bombeiro para dar um curso aos moradores?
- 30.1 Você sabe me dizer se foi antes ou depois do incêndio?
- 31 Você saberia me dizer como o incêndio foi combatido?

INCÊNDIO NO EDIFÍCIO WILTON PAES (2018)

- 32 Você tinha noção do tamanho do incêndio no Lago do Paissandu?
- 33 Conhecia algum morador do edifício?

PARTE 5: PRECARIIDADE DO EDIFÍCIO

- 34 Você saberia me dizer quantas famílias já deixaram a ocupação depois de alguma coisa grave?
- 34.1 Você já passou por isso ou conhece alguém?
- 35 Com base na sua experiência, essa precariedade nos edifícios ocupados te preocupa?
- 36 Você conhece alguém que saiu daqui e conseguiu ir para uma melhor infraestrutura? Conhece alguém que conseguiu financiamento no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades?

PARTE 6: RELAÇÃO SOCIAL DENTRO DO PRÉDIO

- 37 Como é a distribuição da família dentro dos quartos?
- 38 37.1 Quantas pessoas dividem o mesmo cômodo, incluindo você?
- 39 Você fez alguma adaptação nesse cômodo?
- 40 Conte um pouco sobre a acessibilidade do edifício. Existe algum cadeirante aqui?
- 41 Você morou em outro andar aqui do prédio?
- 41.1 O cômodo era menor?
- 42 O que você acha da localização do prédio?
- 42.1 É perto de seu trabalho?
- 43 Como é sua relação com os moradores desse andar?
- 43.1 E os moradores do edifício?
- 44 Você fez alguma amizade quando cursou o grupo de base?

PARTE 7: A IMPORTÂNCIA DE UM MOVIMENTO DE MORADIA

- 45 Qual sua participação no movimento?
- 46 Você é/ já foi coordenadora de andar? Qual é/era sua atuação?
- 47 Você frequenta as assembleias dos moradores?
- 48 Como têm sido os encontros e formações dentro da ocupação (em tempos de pandemia)?
- 49 Com base na sua experiência, o que acha sobre a articulação do movimento, do papel?
- 50 Qual o seu nível de envolvimento dentro do movimento de moradia ASTC, MMLJ, MMRC?

Parte 8: PRODUTORES DE MÍDIA: REGISTRO VISUAL

- 51 Você já prestou depoimento ou entrevista para a produção de materiais midiáticos? (Existem filmes e documentários sobre a ocupação em estudo).
- 52 **O que acha dessas pesquisas, dos produtores midiáticos** para o fortalecimento do movimento e registro da ocupação?
- 53 Na sua opinião, acha que esses registros são importantes para a ocupação?

Desfecho: *Estou finalizando a entrevista e gostaria de saber se de tudo o que falamos, teria alguma outra coisa para comentar, algo que eu não tenha perguntado e você acha importante falar sobre o assunto? Quero agradecer pela entrevista. Vou escutar a gravação e, caso tenha alguma dúvida, poderia retornar novamente para conversarmos? Ok. Muito obrigada!*

PESQUISA MIDIÁTICA:

- *Documentário Leva (2012):*
<https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o&t=2408s>
- *Documentário Ocupa Mauá (2018):*
<https://www.youtube.com/watch?v=74CF6VdRBsY>
- *Filme Aquarius*
- *Filme: Era o Hotel Cambridge (2016)* <https://www.youtube.com/watch?v=hPUK0qh61zQ&t=4855s>

- Reportagem Projeto Nova Luz
(2019): <https://www.youtube.com/watch?v=A6o0MHEnDq0>
- Profissão Repórter 01/11/2017 <https://www.youtube.com/watch?v=hJQ9yt52trA>
- Profissão Repórter 02/05/2018 <https://www.youtube.com/watch?v=s9qYNuFMHeI>
- *Filme: Edifício Master (2002)*: <https://www.youtube.com/watch?v=-KDNVQv3E9k>
- *Bastidores Edifício Master*: https://www.youtube.com/watch?v=YCd-ygUN_Xs
- *Reportagem Projeto Nova Luz (2012)*:
<https://www.youtube.com/watch?v=cptmzku7vhk>

